

**METAS
E BASES
PARA
A AÇÃO
DE GOVÉRNO**

SÍNTSE

PCG

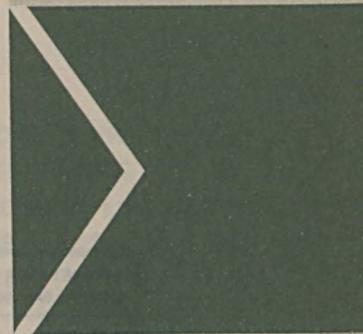
Presidente da República	EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI
Vice-Presidente	AUGUSTO HAMANN RADEMACKER GRÜNEWALD
Gabinete Militar	JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Gabinete Civil	JOÃO LEITÃO DE ABREU
Ministros de Estado	
Justiça	ALFREDO BUZAI
Marinha	ADALBERTO DE BARROS NUNES
Exército	ORLANDO GEISEL
Relações Exteriores	MÁRIO GIBSON ALVES BARBOZA
Fazenda	ANTÔNIO DELFIM NETTO
Transportes	MÁRIO DAVID ANDREAZZA
Agricultura	LUIZ FERNANDO CIRNE LIMA
Educação e Cultura	JARBAS GONÇALVES PASSARINHO
Trabalho e Previdência Social	JÚLIO DE CARVALHO BARATA
Aeronáutica	MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Saúde	FRANCISCO DE PAULA DA ROCHA LAGOA
Indústria e do Comércio	MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES
Minas e Energia	ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR
Planejamento e Coordenação Geral	JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Interior	JOSÉ COSTA CAVALCANTI
Comunicações	HYGINO CAETANO CORSETTI
Chefe do S.N.I.	CARLOS ALBERTO DA FONTOURA
Chefe do EMFA	MURILLO VASCO DO VALLE SILVA



Presidência da República

metas e bases
para a
ação de governo

SÍNTESE



BD /
MPCG
338.26
B823ms
Síntese

setembro — 1970

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - PR SETOR DE DOCUMENTAÇÃO - BRASÍLIA	
REG. N.	412187
DATA: 15-12-87	

tel: 186^H
ext: 1555

● ESTAS "METAS E BASES" NÃO CONSTITUEM NÔVO PLANO GLOBAL. TRATA-SE DE DOCUMENTO DE SENTIDO EMINENTEMENTE PRÁTICO E MAIS VOLTADO PARA A EXECUÇÃO, DEFININDO OS OBJETIVOS NACIONAIS E AS METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS, AS REALIZAÇÕES PRINCIPAIS PROGRAMADAS E OS PROJETOS DE ALTA PRIORIDADE NOS PRINCIPAIS SETORES.

● É ORIENTAÇÃO DO GOVÉRNO EVITAR A LINGUAGEM DAS PROMESSAS. POR ISSO, AO ENUNCIAR OS OBJETIVOS NACIONAIS E AS CONQUISTAS BÁSICAS QUE SE BUSCARÁ ALCANÇAR, APRESENTOU-SE, NOS CAPÍTULOS DA PARTE I CONCERNENTES A AÇÃO DE GOVÉRNO E NOS PROGRAMAS SETORIAIS DAS PARTES II E III, A PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, A UTILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTRUMENTAIS E O ELENCO DE PROJETOS PRIORITARIOS DESTINADOS A CONSEGUÇÃO DOS OBJETIVOS E À MATERIALIZAÇÃO DAS REALIZAÇÕES PROGRAMADAS.

● EFETUOU-SE PLANEJAMENTO VOLTADO PARA O APERFEIÇOAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, NAS DIFERENTES ÁREAS; PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES; PARA A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE INCENTIVOS AO SETOR PRIVADO, NO CAMPO ECONÔMICO; E PARA A VIBILIDADE DE UM SISTEMA ECONÔMICO COM EQUILÍBRIO ENTRE O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO, A FIM DE REALIZAR O DESENVOLVIMENTO COM LIBERDADE.

Índice

PARTE

1

objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento

I — a grande tarefa nacional	1
Sentido Positivo e Autenticidade da Revolução	1
A Perspectiva Mundial e os Problemas do Nosso Tempo	5
Herança e Tarefa Nacional	6
II — as conquistas essenciais	9
III — objetivos, estratégia, grandes prioridades	15
Objetivos Básicos	15
Progresso Social e Distribuição de Renda	22
Metas Estratégicas	23
Estratégia de Desenvolvimento	24
Grandes Prioridades	27
IV — integração nacional e integração social	29
Programa de Integração Nacional	29
Programa de Integração Social	32
V — ação para o desenvolvimento	33
Programa de Investimentos	33
Instrumentos de Ação	34
VI — ação no campo administrativo	37
Realizações Principais	37
Projetos Prioritários	41
VII — ação no campo da segurança	43

ação setorial: grandes prioridades

ação setorial em outras áreas

I — infra-estrutura econômica	77
Na Área de Energia	77
Na Área de Transportes	80
Na Área de Comunicações	82
II — desenvolvimento industrial e mineração. comércio, turismo	87
II.1 — Desenvolvimento dos Ramos Industriais Prioritários	87
II.2 — Mineração. Pesquisa de Recursos Minerais	90
II.3 — Comércio. Turismo	91
III — infra-estrutura social: habitação, trabalho e previdência social	93
Na Área de Habitação	93
Na Área do Trabalho e Previdência Social	95
IV — desenvolvimento regional e urbano	97
V — justiça. relações exteriores	101
V.1 — Justiça	101
V.2 — Relações Exteriores	101

VI — projetos prioritários nas diferentes áreas	105
VI.1 — Infra-Estrutura Econômica	105
VI.2 — Indústria, Mineração, Pesquisa Mineral	111
VI.3 — Infra-Estrutura Social: Habitação, Trabalho e Previdência Social	114
VI.4 — Desenvolvimento Regional e Urbano	116
VI.5 — Justiça, Relações Exteriores	118
VII — fôrças armadas	121
VII.1 — Ação de Governo: Realizações Principais	121
Marinha	121
Exército	122
Aeronáutica	123
VII.2 — Projetos Prioritários	125

apresentação

Preservando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, define-se o atual Govêrno pela continuidade da missão revolucionária: continuidade com aperfeiçoamento, pois a existência de um sistema permanente de planejamento, institucionalizado pela Revolução, permite inovar e corrigir sem descontinuar.

Consoante essa orientação, o III Govêrno da Revolução não procederá, de imediato, à elaboração de novo plano global, permanecendo em vigor os programas e projetos já aprovados, naquilo que não seja modificado por estas "Metas e Bases para a Ação de Govêrno".

A opinião pública brasileira tem revelado impaciência com relação a novos documentos de planejamento. Essa atitude decorre, em geral, da proliferação, antes de 1964, de planos não executados; do irrealismo e ausência de objetividade de certos programas e projetos elaborados em alguns setores, mesmo em época mais recente; e do descompasso entre a elaboração de projetos e a sua implementação, em determinados órgãos, dando-se a impressão de excesso de planos pela insuficiência de execução.

O atual Govêrno, votado a intensa ação executiva, deseja fazer as coisas importantes no menor prazo. Por isso, utiliza o planejamento para assegurar melhor execução, de modo a cuidar das prioridades mais altas, racionalizar e coordenar

a sua ação e garantir a existência de meios para realizar o que programou. Trata-se, pois, de planejamento que busca evitar distorções identificadas pelo bom senso.

O trabalho de programação governamental, com fundamento nestas "Metas e Bases", irá completar-se com dois outros documentos:

1) O novo Orçamento Plurianual de Investimentos, a ser submetido ao Congresso Nacional, com vigência no período 1971/1973, passível de revisão anual, até para acréscimo de um ano em substituição ao exercício executado, a fim de se manter sempre um horizonte de três anos para a programação das despesas de capital;

2) o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para vigência no período 1972/1974.

Ficará, assim, estabelecida, consoante os Atos Complementares n.º 43 e 76, de 1969, a sistemática segundo a qual cada governo executará o último ano do Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado anteriormente, com as correções que julgar necessárias, e preparará o seu próprio plano, cuja duração se estenderá até o primeiro ano do mandato presidencial seguinte.

É importante tornar clara a natureza destas "Metas e Bases", que, como já se assinalou, não constituem novo plano global. Documento de sentido eminentemente prático e mais voltado para a execução, define os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais, as principais realizações programadas e os projetos de alta prioridade nos principais setores.

Relevante é notar que o número de projetos prioritários por setor depende, como é óbvio, da natureza dêste, pois, em áreas como Trabalho e Previdência Social, Justiça, Relações Exteriores, Planejamento, Fazenda e outras, o que prevalece são, primordialmente, definições, políticas, medidas preferenciais.

Pressupõem as "Metas e Bases" trabalho sistemático de programação global e setorial, como o que se vem realizando, em tempos recentes, no Brasil, e que culminou com o esforço concentrado dos últimos meses. Sem embargo, aqui se apresentam os resultados concretos dêsse trabalho, sob a forma de objetivos, projetos e ações.

Constitui êste documento um conjunto orgânico de decisões de Governo, representando a seqüência e o desdobramento natural de sucessivos pronunciamentos

do Chefe da Nação, desde o discurso de 7 de outubro de 1969 até a Mensagem ao Congresso Nacional e outros pronunciamentos de particular significação.

Em obediência a instruções emanadas do Presidente da República, sua preparação se verificou por esforço conjugado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e de todas as demais Secretarias de Estado, tarefa em que as equipes de Governo se acostumaram a trabalhar em conjunto e a adquirir consciência comum das prioridades.

objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento

a grande tarefa nacional

Sentido Positivo e Autenticidade da Revolução

A Revolução de março de 1964, pelo seu sentido positivo e sua autenticidade, vai ao encontro das aspirações nacionais e, particularmente, da nova geração de brasileiros.

Sentido positivo, porque não se esgota no combate à corrupção e à subversão, dando a esse combate o caráter de preparação dos pré-requisitos para o desenvolvimento.

Autenticidade, porque se destina a criar, no Brasil, as condições básicas para o verdadeiro desenvolvimento, democracia e soberania.

O verdadeiro desenvolvimento dirige-se a todos, com ampla participação, nos seus resultados, da classe média e dos trabalhadores. A verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições, para transformar o panorama político tradicional brasileiro, no qual, até pouco, sem embargo das forças políticas dedicadas ao bem comum na República velha e na nova, a inautenticidade era, não raro, a nota característica, ora da representação, ora do sistema político. A verdadeira soberania exige que o País realize o esforço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, aliás relevante como complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia.

A autenticidade nos três campos, tal como acima particularizada, depende, antes de tudo, de um governo sem compromissos com interesses de grupos, classes, setores ou regiões.

A Revolução de 1964 veio completar o ciclo de revoluções a que a República assistiu, nas últimas décadas. Revoluções que, como as de 1930 e de 1945, tinham, em geral, o senso claro das reformas políticas para eliminar as velhas oligarquias e, em certa medida, a consciência das injustiças sociais; mas não possuíam plena consciência do desenvolvimento como objetivo primordial.

O crescimento do final da década dos 50 não conferiu sentido autêntico ao desenvolvimento nem à democracia, não obstante o considerável progresso industrial realizado. O governo imediatamente anterior a 1964 malogrou em todos os campos: no do desenvolvimento, da democracia, das reformas sociais, da justiça social e até mesmo no da segurança nacional. A consequência foi a conjugação de estagnação com iminência de hiperinflação, a par de forte crise de motivação no sistema econômico, social e político.

A Revolução veio para dotar o País das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como grande potência.

Aos dois primeiros Governos da Revolução coube a tarefa gigantesca, realizada com êxito, de reconstrução econômica do País, de criação das bases para o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável e de implantação de reformas estruturais inadiáveis.

Os resultados essenciais, quantitativos e qualitativos, dêsse trabalho refletem-se na simultânea aceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que se elevou de 1,5% em 1963 para cerca de 8,4% em 1968 e 9% em 1969 (segundo estimativa preliminar), e na redução da taxa de inflação, que caiu de 90% em 1964 para o nível de 20% em 1969 (índice geral de preços); na sistemática correção de distorções e aumento da eficiência do sistema econômico, com racionalização das políticas fiscal, monetária, de preços e salários; no esforço de aumento da produtividade do setor público e de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964, inclusive com redução do deficit da caixa do Tesouro Nacional, a preços de 1970, de Cr\$ 4 510 milhões em 1963 para Cr\$ 820 milhões previstos para o corrente exercício, e com elevação da poupança em conta corrente do setor público, de (—) 0,3% do PIB em 1963 para (+) 4% no nível atual; na realização de investimentos maciços na infra-estrutura econômica (Energia, Transportes, Comunicação de longa distância), indústrias básicas (notadamente a Indústria Petroquímica e a Construção Naval) e infra-estrutura social (particularmente Habitação e Educação); no desenvolvimento de poderoso mecanismo de transferência de recursos federais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e, em geral, para os Estados e Municípios; na racionalização do setor externo, permitindo-se melhor integração do Brasil na economia internacional em expansão, com aumento substancial na receita de exportações do País; e na efetivação sistemática de reformas econômicas e sociais, dentre as quais se ressaltam a Reforma da Educação, a Reforma Agrária e a Reforma Administrativa.

A Perspectiva Mundial e os Problemas do Nosso Tempo

Importa considerar a posição brasileira na perspectiva mundial de nossa época. Na década de 70, como se tem assinalado, ocorrerão grandes avanços científicos e tecnológicos na terra, no mar e no espaço; e, possivelmente, no mundo desenvolvido e no mundo subdesenvolvido, assistir-se-á à exacerbção de tensões sociais e políticas.

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, irá defrontar-se com importantes problemas, que reclamam solução sem delongas.

Em primeiro lugar, o problema econômico do subdesenvolvimento, pela necessidade de crescer acima de 7% ao ano, a fim de reduzir-se a distância em relação aos países desenvolvidos e superar-se, de muito, o aumento da população, de modo a permitir elevação considerável da renda *per capita* e dos padrões de bem-estar do povo.

Nesse contexto de áspera preparação interna para os caminhos do progresso, o Brasil não aspira apenas a crescer. Almeja, no final do século, ser parte integrante do mundo desenvolvido.

Ora, na sociedade moderna, o poder de competir entre as nações e de acelerar o crescimento depende cada vez mais da aplicação do conhecimento. Ou seja, do progresso tecnológico em sentido amplo — abrangendo a educação, a pesquisa, a inovação —, pela sua crescente capacidade de transformar e tornar mais eficientes os demais fatores de produção, representados pela mão-de-obra, o capital, os recursos naturais. Daí estarem as disparidades de renda entre as nações cada vez mais condicionadas pelo chamado hiato tecnológico, ou sejam, as disparidades crescentes de progresso na área científica e tecnológica.

Em segundo lugar, estão os dois grandes problemas éticos do nosso tempo.

De um lado, o da participação das massas nos frutos do progresso material, tornada exequível pela revolução da tecnologia e pelos princípios da justiça social, que objetivam assegurar padrões mínimos de bem-estar a tôdas as categorias sociais.

De outro lado, o da garantia de acesso ao mundo desenvolvido do maior número de países em desenvolvimento, dotados de viabilidade política e econômico-social, para que aquêle mundo se converta efetivamente numa sociedade aberta; e, concomitantemente, o do progressivo asseguramento de padrão de vida mínimo satisfatório a tôdas as áreas subdesenvolvidas, inclusive pela aplicação dos mesmos princípios da justiça social — de não reciprocidade, de amparo ao menos forte, de oportunidade para os que emergem no cenário mundial — às relações entre povos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Herança e Tarefa Nacional

Seria lugar-comum recordar os desniveis que configuram o Brasil de hoje e resultam, em grande parte, do mal aproveitamento da riqueza do País e de distorções econômicas e sociais acumuladas em muitas décadas. Há, ademais, o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica, avaliada esta pelo Produto Interno Bruto (PIB), bem como o desnível entre o dinamismo da economia após a Revolução e as condições de bem-estar de importantes segmentos da população, expresso na observação de que a economia pode ir bem, mas boa parte do povo ainda vai mal.

A esse último respeito, o descompasso assinalado dá origem a duas frentes de atuação do Governo: a da melhoria da distribuição de renda, para assegurar a autenticidade e a viabilidade econômico-política do processo de expansão; e a da luta pela eliminação do subdesenvolvimento, visando à elevação das condições de vida do País. Pois, limitada é a sua dimensão econômica, relativamente baixos os níveis de produtividade e a renda **per capita**, e, em consequência, baixos são os níveis médios de bem-estar, muito embora, pelo esforço da Revolução, haja crescimento acelerado, ou seja, melhoria rápida daqueles níveis de renda e bem-estar, ainda insuficientes.

Na condução dessas duas linhas de ação, sem excesso redistributivista que sacrifique a aceleração da taxa de crescimento nacional, a estratégia de desenvolvimento levará em conta a estreita interdependência existente entre a expansão do consumo interno, principalmente com vistas à criação de um mercado de massa para produtos industriais; o aumento da taxa de expansão do emprêgo da mão-de-obra; e a repartição dos frutos do desenvolvimento, a fim de fortalecer ampla classe média e a classe trabalhadora. Nas medidas concretas a serem adotadas, procurar-se-á orientar essa interdependência no sentido de processo de crescimento mais dinâmico e mais integrado do que na fase anterior, quando a industrialização constituiu, praticamente, o único fator atuante, insuficientemente articulado com a agricultura e a infra-estrutura de serviços.

Consolidando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, ao III Governo caberá dar importante passo com o objetivo de eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do País; e por essa forma, durante o seu período, impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado e auto-sustentável, conduzindo-o, ao mesmo tempo, efetivamente, à relativa estabilidade de preços em clima de segurança e de estabilidade social e política. Na última área, realizar-se-á esforço realista de progressiva evolução no sentido de construir uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de

aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e de descentralização da atividade econômica.

Em visão mais ampla, esse pleno desenvolvimento deve ocupar-se não apenas do aumento de riqueza do País e de sua equitativa distribuição, mas também das condições de vida do homem, em todas as suas dimensões. Cumpre-lhe interessar-se pelo progresso material, principalmente porque o País ainda é subdesenvolvido; e, outrossim, pela qualidade de vida do brasileiro, na sua existência real de cada dia, no atendimento das suas necessidades básicas quanto à alimentação, saúde, educação, habitação; quanto ao seu bem-estar material e não-material, na busca de preservação dos valores humanos em sociedade sob vertiginosa transformação tecnológica e, não raro, impiedosa para com o indivíduo. Nessa sociedade será necessário abrir ao maior número a oportunidade de realizar-se, de valorizar-se, de efetivar suas aspirações.



as conquistas essenciais

A execução da tarefa nacional assim definida irá basear-se no jôgo da verdade, que o Governo vem fazendo com a Nação desde o pronunciamento de 7 de outubro de 1969.

Esse jôgo da verdade obedece a um conjunto de cinco normas básicas de atuação do Governo, a seguir analisadas sumariamente:

1) Ausência de compromissos, salvo com o interesse nacional, e colocação dêste na base de todas as definições de política, interna e externa, sem recurso a soluções extremadas, nem preconceito contra a colaboração procedente do exterior.

Tal posição consagra a necessidade de encontrar-se a Nação a si mesma na formulação do seu projeto nacional, consciente das suas responsabilidades perante o hemisfério, o mundo subdesenvolvido e o mundo ocidental cristão em que se integra.

2) Decidido esforço para consolidar autêntica soberania, em relação à colaboração externa, no campo da cooperação econômica e técnica e da transferência de tecnologia.

Quanto mais bem sucedido e poderoso êsse esforço, maior capacidade de manobra terá o Brasil para estabelecer, dentro de seu programa de desenvolvimento, o volume, forma e oportunidade daquela colaboração.

3) Combate à rotina, mediante planejamento objetivo e criador, aperfeiçoamento da execução, definição de prioridades e maior racionalização nas decisões de Governo.

4) Fuga às promessas e à criação de expectativas exacerbadas. Não dispondo de poder milagroso, prefere o Governo a linguagem concreta das decisões e dos fatos.

5) Participação da juventude, dos trabalhadores, dos intelectuais, dos servidores públicos, enfim, de todas as categorias sociais, na construção do progresso nacional.

Fundado nessas normas básicas, o programa a executar-se terá em mira, primordialmente:

- Modernizar o núcleo mais desenvolvido da sociedade brasileira.
- Aproveitar ao máximo os recursos humanos, que constituem o fator básico do desenvolvimento.
- Tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do País, mediante estratégia que promova o progresso de áreas novas e a ocupação de espaços vazios, sem comprometer o ritmo de crescimento objetivado para o núcleo desenvolvido e o produto global do País.

As conquistas essenciais, em número de doze, a serem alcançadas por meio de medidas e instrumentos cuja definição concreta constitui a finalidade principal destas "Metas e Bases", são:

I — Consolidação, no Brasil, de um sistema econômico de equilíbrio entre Governo e setor privado, com a presença da emprésa pública, da emprésa privada nacional e da emprésa privada estrangeira em proporção que assegure, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema. Para êsse efeito, definir-se-ão claramente as funções básicas do setor público e promover-se-á a adoção de medidas concretas de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964, de forma a manter, no menor nível possível, a participação do Governo no produto nacional, seja quanto ao volume de dispêndio, seja quanto à carga tributária.

Para que êsse sistema misto, inspirado no princípio da descentralização, promova o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável do País, é indispensável que não lhe falte capacidade para modernizar-se e operar com eficiência.

II — Criação de condições para o funcionamento de setor público moderno e eficiente, revertendo-se a tendência, observada antes de 1964, para a deterioração dos serviços, a expansão desmedida de atribuições e do número de servidores, e o crescente desequilíbrio financeiro das entidades de administração indireta.

Para consolidar os resultados já alcançados pelos dois primeiros Governos da Revolução, manter-se-á, no serviço público direto e autárquico — para estabelecimento de administração eficiente e motivada —, uma política de austera contenção de dispêndios burocrático-administrativos; de gradual redução, em certos órgãos, de pessoal excedente; de criação de sistema de assessoramento de alto nível para os órgãos de decisão; de revalorização do sistema do mérito; de consolidação progressiva da carreira do funcionário em tempo integral; de treina-

mento intensivo nas áreas prioritárias, para atualização de conhecimentos e incorporação de novos métodos de trabalho; de equipamento adequado dos principais órgãos de decisão e execução. Nas empresas governamentais, modernizar-se-á a administração, estabelecendo-se sistemas de controle de custos e, bem assim, diretorias técnicas relativamente estáveis, com o propósito de fazê-las funcionar tão eficientemente como as do setor privado.

III — Criação de condições efetivas para a preservação de setor privado ativo, atento às oportunidades de investimento e que, nas áreas principais, atue no mercado internacional competitivamente quanto à qualidade e aos preços dos produtos, mediante proteção e incentivos adequados. Para isso, cumpre fixar regras de jogo relativamente estáveis e compatíveis com a liberdade de iniciativa, atendido o interesse público e coibidos os abusos do poder econômico, eliminando-se, no sistema de mercado, distorções resultantes da operação não eficiente do setor público.

Por outro lado, faz-se indispensável assegurar, no processo de expansão, adequada combinação de grandes, médias e pequenas empresas, com participação variável nos diferentes setores, a fim de se atender a critérios de eficiência e interesse público. A grande empresa deve situar-se em áreas de importância substancial da economia e de considerável refinamento tecnológico, enquanto a média e pequena empresa, em países como o Brasil, de empresariado ainda em estágio de maturação, devem atuar em áreas de menor significação das economias de escala, funcionando, porém, como instrumento de democratização da riqueza.

IV — Desenvolvimento da empresa nacional, nos setores onde demonstrar suficiente "know-how", capacidade gerencial e de investimento, como condição de viabilidade do sistema econômico preconizado.

Evitar-se-á, assim, a predominância crescente, na economia, de empresas estatais, de um lado, ou empresas estrangeiras, de outro. Criar-se-á, para tanto, sistema financeiro de apoio à reorganização e modernização dos setores industriais, com predominância da empresa nacional, a fim de fortalecer-lhes o poder de competição no mercado interno e permitir-lhes a expansão para o exterior.

Não veda a legislação brasileira que empresas estrangeiras atuem nos diferentes ramos da indústria. Sem embargo, na definição do papel da empresa estrangeira no programa nacional de desenvolvimento, procurar-se-á criar condições para orientar seus novos investimentos de preferência em setores onde a empresa nacional não apresente as condições aludidas, e induzir a empresa estrangeira a acelerar a transferência de tecnologia, contribuindo, assim, para o balanço de pagamentos do País, seja pela economia de divisas na efetiva substituição de

importações, seja pelo estímulo ao reinvestimento, seja, principalmente, pela expansão das vendas no exterior, abrindo-se novas frentes na promoção de exportações.

V — Impugnação de barreiras que impeçam o acesso brasileiro, latino-americano e do mundo subdesenvolvido, em geral, ao potencial de crescimento representado pela expansão de renda do mundo desenvolvido. É preciso que não se frustrre o esforço dos povos subdesenvolvidos, no sentido de adquirir poder de competição internacional, pelo não atendimento dos compromissos de *status quo* assumidos pelos países desenvolvidos, no tocante à não introdução de novas restrições alfandegárias e, notadamente, não alfandegárias, às exportações das nações subdesenvolvidas.

VI — Preparação do homem brasileiro para o desenvolvimento na sociedade contemporânea e democrática, mediante, sobretudo, grande impulso à universalização do ensino fundamental e à intensiva alfabetização de adultos na faixa de idade de 15 a 35 anos; a qualificação de recursos humanos de alto nível; e a educação permanente, quanto possível, para os adultos em geral. Procurar-se-á dotar o País de sistema educacional moderno, com adaptação constante de currículos, para atender aos novos interesses da população jovem e às necessidades do progresso científico e tecnológico.

VII — Ingresso na era nuclear, pela construção da primeira Central Nuclear brasileira, para 500.000 kW, e pela realização de projetos que permitam assimilar a tecnologia de exploração de minerais atômicos e reatores nucleares, assim como as aplicações da ciência nuclear aos diferentes campos do desenvolvimento; ao mesmo tempo, procurar-se-á chegar ao conhecimento adequado das disponibilidades brasileiras quanto a combustíveis do futuro, notadamente o urânio, por meio da intensificação e concentração de pesquisa nas áreas mais promissoras.

VIII — Ingresso na II Revolução Industrial, em áreas selecionadas e de forma racional, sem sacrifício das metas de expansão do emprêgo da mão-de-obra; simultaneamente, ingresso definitivo, de forma seletiva, na era espacial, pela aceleração dos projetos tecnológicos e científicos na sua área de aplicação, incorporando-se esse novo campo ao progresso nacional, principalmente no que respeita aos setores de comunicações, educação, meteorologia, navegação e sensoreamento remoto.

A par disso, implantar-se-ão determinados projetos integrados de ensino, pesquisa e indústria, e promover-se-á — por meio de centros aplicados de ciência e tecnologia nas universidades e instituições de pesquisa — melhor aproveita-

mento das contribuições do progresso científico e tecnológico ao planejamento e ao desenvolvimento nos domínios da tecnologia industrial, da agricultura tropical e de métodos novos na área da administração e gerência, tais como a pesquisa operacional, a análise de sistemas, etc.

IX — Desenvolvimento da produção de recursos minerais prioritários, seja para exportação, seja, como em muitos casos ainda é possível, para substituir importações. Cabe destacar, de um lado, o minério de ferro, o alumínio, o zinco, o estanho, o cobre, a cassiterita, a bauxita, o potássio; e, de outro, os metais estratégicos, destinados à indústria aeronáutica e espacial (níquel, titânio, magnésio e ligas metálicas de alta qualidade) e à indústria nuclear pacífica. Reduzir-se-á, assim, o relativo atraso do setor, em comparação com o desenvolvimento da produção industrial brasileira.

X — Avanço substancial no sentido da progressiva transformação da agricultura tradicional, ainda predominante em áreas do Centro, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, mediante incentivos de crédito, preços e assistência técnica capazes de lhes modificar os métodos de produção, as relações de trabalho e as condições de vida do trabalhador, simultaneamente com substancial elevação de produtividade.

Ao mesmo tempo, expansão econômica da região central do País, com implantação, ainda no quadriênio, sob o impulso da efetiva transferência da capital para Brasília, de programa especial de aproveitamento agropecuário dos "cerrados" e de ocupação de espaços vazios, no Planalto Central, Meio-Norte e Nordeste, notadamente em terras já em poder de entidades governamentais. Esse programa, racional e realista, fundado em estímulos fiscais e financeiros e destinado à ampla absorção de mão-de-obra, deverá ser convertido em instrumento de expansão do mercado interno e de ocupação econômica orientada de novas regiões, sem prejuízo do crescimento global do País.

XI — Integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação econômica da Amazônia, mediante implantação do Programa de Integração Nacional, já dotado de Cr\$ 2 000 milhões para o período 1971/1974. A política de desenvolvimento do Nordeste deverá assegurar-lhe taxas de crescimento médio superior a 7% ao ano, por meio de política de industrialização viável e maior ênfase no crescimento agrícola, com a implantação do Plano de Irrigação do Nordeste e a colonização de vales úmidos; e, à região semi-árida, maior resistência às secas, inclusive com a utilização, para fins agrícolas, dos açudes e barragens já existentes.

XII — Implementação do Programa de Integração Social, como novo instrumento de assegurar a participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, de forma compatível com o fortalecimento da estrutura das empresas e a expansão acelerada da economia nacional. Ficou criado o Fundo de Participação, do qual os assalariados irão participar em função de seu salário e do tempo de serviço.

O enunciado dessas conquistas essenciais ficaria meramente no plano das intenções do Governo se já não houvesse indicação clara dos instrumentos e medidas que serão adotados para convertê-los em realidade. Concretamente, pela apresentação do programa de investimentos, indicação das diferentes políticas a serem utilizadas, especificação da ação dos Bancos Oficiais e do conjunto de projetos e providências concretas a serem executadas, estas "Metas e Bases" mostrarão, no Capítulo V da Parte I e, em geral, nas Partes II e III, como pretende o Governo promover tais realizações, de forma compatível com os objetivos nacionais.

objetivos, estratégia, grandes prioridades



Objetivos Básicos

A explicitação dos objetivos nacionais, em consonância com a definição feita da tarefa essencial do III Governo da Revolução, será realizada mediante a apresentação de um Objetivo-Síntese e dos objetivos básicos em que se decompõe. Proceder-se-á, igualmente, à definição das perspectivas de crescimento dos setores e de colimação das metas estratégicas a serem alcançadas, nas áreas prioritárias. Em seguida, definir-se-á a estratégia de desenvolvimento, apoiada no estabelecimento das grandes prioridades para o período.

São os seguintes os objetivos nacionais:

I — Como Objetivo-Síntese, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência.

Na década de 70, essa tarefa global deverá consubstanciar-se num Projeto Nacional de Desenvolvimento, de que o povo não pode ser mero espectador e, sim, o protagonista principal, com vistas à realização de um plano de ação nacional para "coordenar, integrar, catalizar nossos esforços". O projeto assenta na decisão política de promover o desenvolvimento pelo trabalho e pela inteligência, construindo-se para toda a nação um futuro capaz de romper com as dimensões do passado.

Pressupõe esse projeto a capacidade para a tomada de grandes decisões com o fim de selecionar, estratégicamente, os setores e projetos de maior prioridade para garantir o poder de competição do País no cenário internacional e sua determinação de integrar-se na comunidade dos Estados desenvolvidos, dentro de seus condicionamentos sócio-políticos. É, outrossim, fundamental a concentração, nas áreas de alta significação, dos fatores básicos de desenvolvimento, representados pela mão-de-obra, o capital, os recursos naturais, o progresso tecnológico.

Com o objetivo de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, o projeto nacional considera três perspectivas: a perspectiva de médio prazo, mediante

programa operativo para o período 1970/1973, dentro do presente mandato presidencial; a perspectiva da década, para o cumprimento de um decênio (1970/80) de real desenvolvimento; e a perspectiva de uma geração, até o ano 2000, para a construção do Brasil plenamente desenvolvido.

Consciente de sua responsabilidade perante o País, preocupa-se o atual Governo primordialmente com os destinos do Brasil durante o atual mandato, inclusive pelo fato de que a aceleração do desenvolvimento nesse período representa condição essencial para o desenvolvimento auto-sustentável no futuro. Esforçar-se-á, além disso, por lançar as bases para um desempenho cada vez mais dinâmico, a êsse respeito, na próxima década e nas seguintes.

O projeto nacional, como tarefa de uma geração de brasileiros, será executado por etapas, dentro do sistema de Planos Nacionais de Desenvolvimento instituído pelos Atos Complementares 43 e 76/69.

No atual Governo, serão conjugados, na formulação desse projeto, os três instrumentos principais já definidos, a saber: estas "Metas e Bases da Ação de Governo", o novo Orçamento Plurianual de Investimentos e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social (a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 1971).

II — Consecução de metas, no período 1970/1973, que assegurem à economia brasileira alcançar, como ordem de magnitude, a dimensão caracterizada pelos valores globais previstos no Quadro I para 1973 (a preços de 1970, ou seja, em valores de poder aquisitivo constante).

Nesse período, serão preparadas as bases para que a economia brasileira, alcançando crescentes taxas médias de desenvolvimento, possa, em sucessivos períodos, pelo menos dobrar o seu nível de renda **per capita**, entre 1969 e 1980. Isso significa duplicar, até o final da década, os níveis médios de bem-estar e produtividade do País (representados pelo Produto Interno Bruto por habitante), assim como aumentar de 170% a sua dimensão econômica, expressa pela produção global nacional (ou seja, pelo mesmo PIB).

III — Realização, ainda, destes Objetivos Básicos, pelos quais se incrementará o processo de desenvolvimento, imprimindo-se-lhe auto-sustentação e preservando-se o seu sentido integrado:

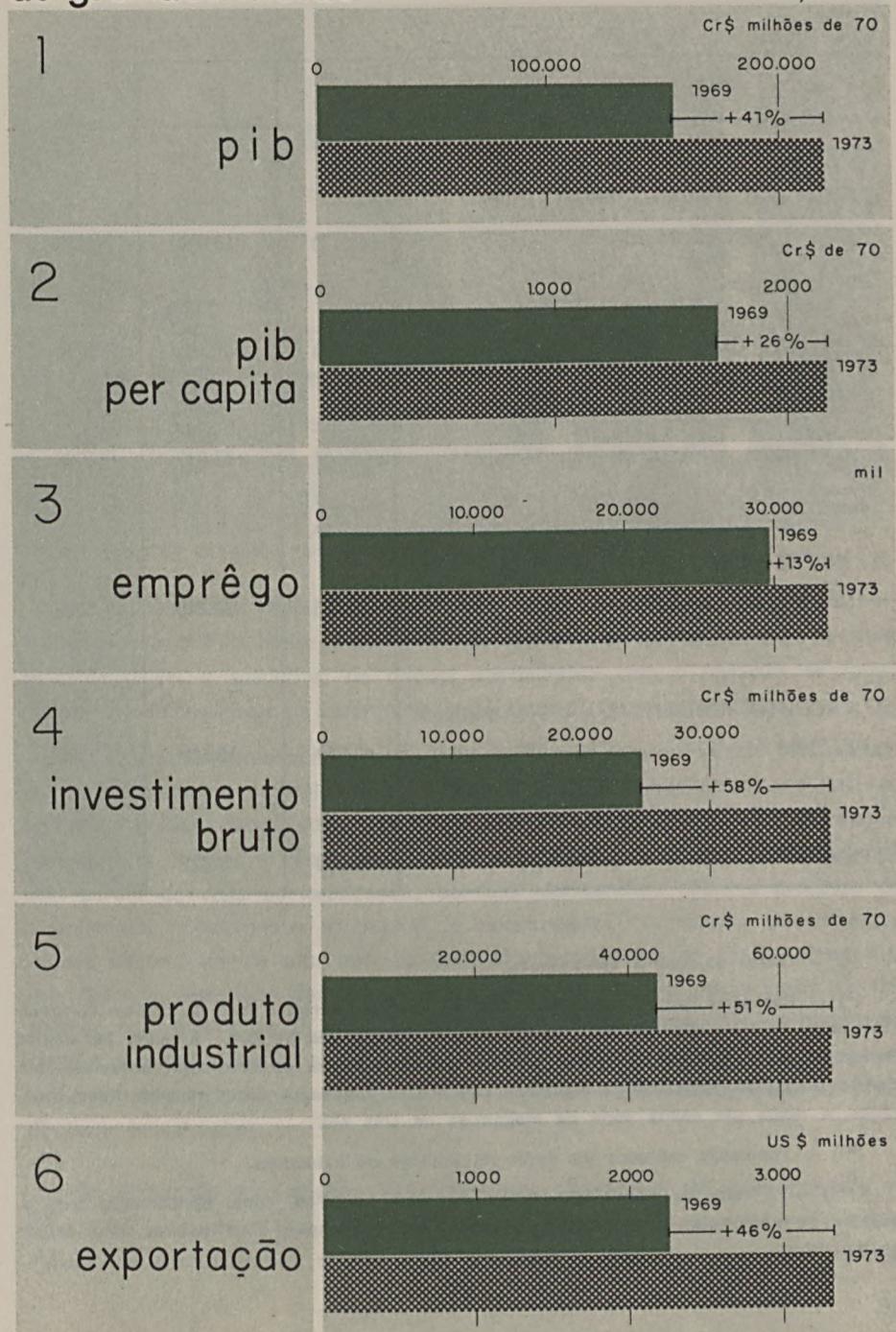
● Crescimento Econômico: taxa crescente, que alcance no mínimo 7 a 9% ao ano no período e evolua para 10%.

A efetivação dessa meta colocará o Brasil entre os países de mais rápido crescimento do mundo, nos últimos tempos.

GRÁFICO I

as grandes metas

1969/1973



QUADRO I

DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 1973

VALORES GLOBAIS	1969 ¹	1973	AUMENTO
1) PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) — Cr\$ milhões de 1970 *	154.470	218.000	41%
2) PIB PER CAPITA — Cr\$ de 1970 (**)	1.700	2.150	26%
3) EMPRÉGO — (1.000 trabalhadores) ***	29.600	33.500	13%
4) INVESTIMENTO BRUTO (fixo) — Cr\$ milhões de 1970	24.715	39.240	58%
5) PRODUTO INDUSTRIAL — Cr\$ milhões de 1970	43.800	66.500	51%
6) EXPORTAÇÕES — US\$ milhões	2.269	3.322	46%

(¹) — Dados sujeitos a confirmação.

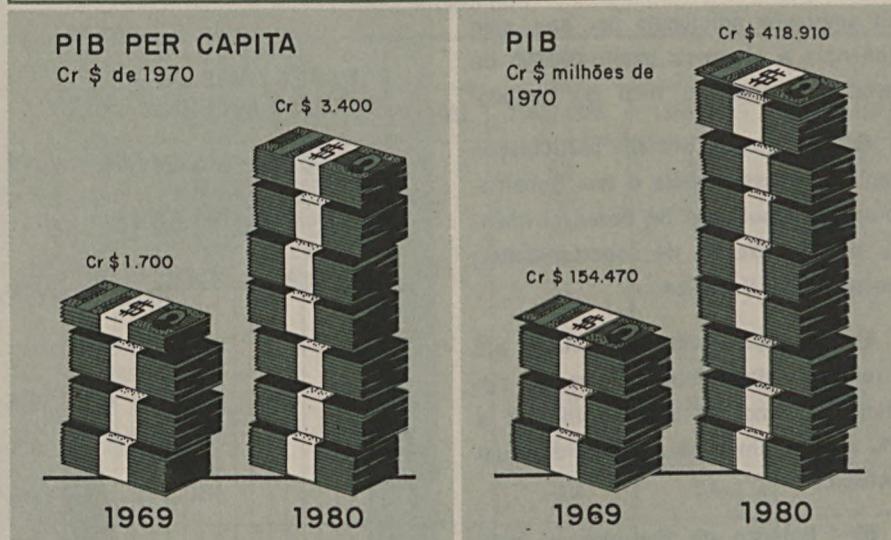
(^{*}) — Não seria correto converter o PIB em dólares usando a taxa de câmbio corrente. Com base na estimativa do IPEA, que atualizou metodologia da ONU, a renda per capita do Brasil em 1969 seria da ordem de US\$ 350, deixando-se de considerar a revisão das Contas Nacionais recentemente divulgada pela F.G.V. Se êsses dados revistos forem adotados, a renda per capita seria da magnitude de US\$ 440.

(^{**}) — População estimada em 1973: 101 milhões de habitantes.

(^{***}) — À falta de dados efetivos de emprego, tomou-se, como aproximação para o estoque de mão-de-obra empregada, a população econômicamente ativa, apenas como ordem de grandeza.

GRÁFICO II

A DUPLICAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA PER CAPITA ATÉ 1980 *



* - POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1980: 123 MILHÕES DE HABITANTES.

A experiência de vários projetos nacionais bem sucedidos no período do pós-guerra revela que o limite superior ao crescimento da produção nacional será bastante móvel e suscetível de romper abertamente com o passado, se forem criadas condições novas de esforço nacional esclarecido e concentrado.

No tocante ao crescimento demográfico, não compete ao Estado tomar como seu o problema do controle da natalidade, que deve permanecer na alçada da unidade familiar. Cabe, todavia, ao País desenvolver uma política de população, que permita utilizar o potencial demográfico em benefício do desenvolvimento, sem perder de vista as implicações do fator demográfico sobre o processo de crescimento, notadamente: a) quanto às necessidades de maiores investimentos sociais decorrentes da alta taxa de expansão demográfica do Brasil (ainda que seja baixa a densidade demográfica nacional) e da elevada percentagem da população com menos de 15 anos; b) quanto ao limitado coeficiente da população econômica ativa; c) quanto à inadequada distribuição geográfica da população que leva, em alguns casos, à excessiva concentração demográfica em áreas de base física pobre.

● Expansão do Emprêgo: Taxa crescente, elevando-se da recente média de 2,8% a 2,9% ao ano para a ordem de 3,3% na altura de 1973. Isso tornará possível reduzir, progressivamente, o índice de desemprego estrutural existente em seg-

mentos da atividade urbana e rural; e significará, ainda, a necessidade de criação, ao início, de aproximadamente 880 mil empregos adicionais por ano, com tendência a elevar-se para 1.000.000 de novos empregos, no final do período.

- Progresso Social: participação ampla da classe média e dos trabalhadores nos resultados de desenvolvimento; democratização de oportunidades; ausência de privilégios.

- Inflação: taxa decrescente, até a relativa estabilidade de preços, significando ritmo de inflação inferior a 10% ao ano, ainda no mandato do atual Governo.

- Balanço de Pagamentos: política racional, atendendo aos requisitos da estratégia de desenvolvimento.

- Correção Gradual de Desequilibrios Regionais e Setoriais; incorporação da economia de subsistência.

- Continuação das Reformas Económicas, Sociais e Políticas: Reforma Educacional (inclusive a Reforma Universitária e das instituições de pesquisa). Reforma Agrária. Nova etapa da Reforma Administrativa, Reforma do Sistema de Pessoal. Reorganização Industrial. Transformação da estrutura econômico-social do Nordeste.

- Estabilidade Política.
- Segurança Nacional.

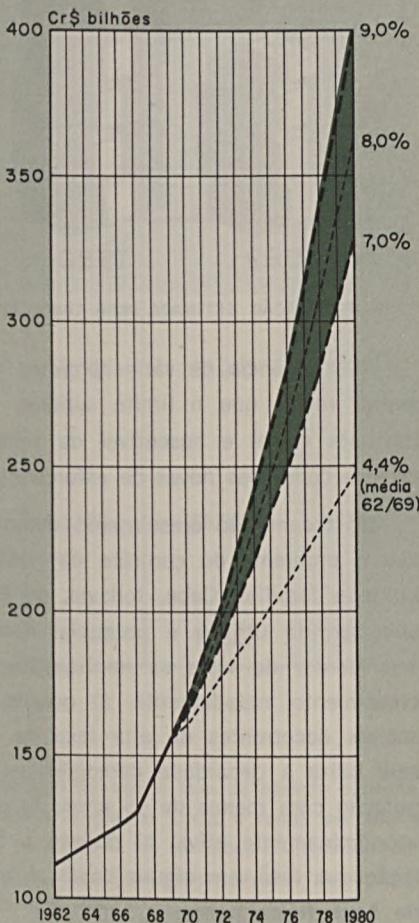
IV — Crescimento dos setores contidos no Quadro II, assinalando-se que a perspectiva de crescimento mínimo dos principais setores se situa, em geral,

GRÁFICO III

PERSPECTIVAS DO PRODUTO INTERNO BRUTO

MUDANÇA DE TRAJETÓRIA
NA DÉCADA DOS 70

PIB EM Cr\$ BILHÕES DE 1970



QUADRO II
CRESCIMENTO MÍNIMO POR SETORES (%)
1969/1973

SETORES	TAXA MÉDIA ANUAL			
	1950/1961	1962/1966	1966/1969	1969/1973
INFRA-ESTRUTURA	7,9	4,6	9,3	9/10
Transportes — Comunicações	8,1	4,4	9,4	8/10
Energia Elétrica	7,2	5,9	9,1	10/11
PRIMÁRIO (Vegetal-Animal)	4,7	3,1	4,4	6/8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL	9,5	3,0	8,8	9/11
CONSTRUÇÃO CIVIL	6,1	-4,5	10,9	7/9
OUTROS SERVIÇOS	7,3	3,0	7,4	7/9
PIB	7,1	3,1	7,4	7/9

Fonte dos dados até 1969: FGV (Contas Nacionais)

muito além do observado na década de 60 e mesmo na década de 50. Cabe destacar: a Agricultura, com a taxa mínima esperada de 6 a 8% ao ano; a Indústria de Transformação (inclusive Extrativa Mineral), com 9 a 11%; a Infra-Estrutura, com 9 a 10%; e a Construção (inclusive Materiais de Construção), com 7 a 9%.

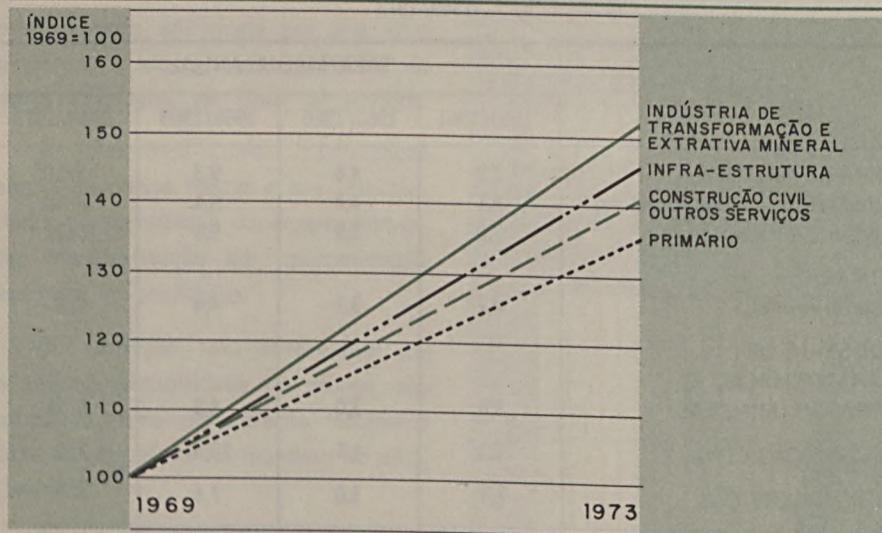
V — Expansão dos fatores básicos do crescimento do PIB, sem falar nas metas relativas a aumento do emprêgo já mencionadas, mediante:

- Elevação progressiva do investimento da média recente de 15 a 16% para mais de 18%, até 1975 (a preços de 1953).
- Contribuição ao progresso tecnológico, em nível superior ao observado na última década.
- Ampliação das importações de mercadorias, principalmente de bens de capital e matérias-primas industriais, de 7 a 9% ao ano. Para evitar aumento rápido do endividamento externo e tendo em vista o nível do serviço da dívida já existente, necessidade de expansão da receita das exportações pelo menos à taxa média de 7 a 10% ao ano, de modo a financiar parcela crescente das importações.

GRÁFICO IV

EXPANSÃO DO PIB A 9% AO ANO

Crescimento por Setores



Progresso Social e Distribuição de Renda

O Programa de Integração Social já foi apresentado como conquista básica, destinada a proporcionar a participação dos trabalhadores no produto nacional. Além desse instrumento, o objetivo de efetivar o progresso social mediante distribuição de renda mais equânime, sem prejuízo da aceleração do desenvolvimento, deve ser considerado sob vários aspectos.

Em primeiro lugar, as elevadas metas de crescimento permitirão aumento muito mais rápido da disponibilidade geral de bens e serviços para todas as categorias sociais. Além disso, a política salarial em execução assegura, pela incorporação dos aumentos de produtividade e em face do crescimento previsto, substancial aumento do salário médio real (ou seja, descontada a inflação) das diferentes categorias de trabalhadores, aumento real calculado entre 3 e 4%, anualmente. Tais benefícios são permanentes e efetivos e não baseados em ilusórios aumentos nominais de salários, que depois se deteriorariam pela inflação acelerada.

Ampliar-se-ão, igualmente, até para os que já possuem ocupação, as oportunidades de trabalho, em decorrência do aumento do emprêgo nas áreas rurais e urbanas.

Em segundo lugar, a política fiscal progressiva realizará a redistribuição da riqueza por meio do imposto de renda e dos impostos indiretos.

Em terceiro lugar, novas transferências de renda e de riqueza, em favor das classes de mais baixo nível, efetivar-se-ão mediante política de atendimento das necessidades básicas da família brasileira no tocante à alimentação, educação, saúde e habitação, a ser exposta, sob a forma de medidas concretas e de projetos específicos, quando se focalizar a ação setorial do Governo. Em particular, o grande impulso tomado pelo setor Educação deverá constituir forma poderosa de elevação da renda real das classes média e trabalhadora, no presente e, principalmente, em futuro próximo.

Em quarto lugar, o desenvolvimento do mercado de capitais democratizará a propriedade do capital e levará o benefício de juros e dividendos a faixas progressivamente maiores da população.

Em quinto lugar, prover-se-á assistência, notadamente pelo sistema de crédito, à pequena e média empreesa nacional, nos setores onde puder operar com eficiência satisfatória.

Finalmente, executar-se-á definida política de valorização de certas categorias sociais de particular significação para o desenvolvimento econômico e social, tais como: o magistério de nível primário, médio e superior; os estudantes, pela participação na universidade e nos programas de desenvolvimento; o funcionalismo público, notadamente em certas categorias prioritárias; os profissionais jovens, pela ampliação de oportunidades de colocação, inclusive por meio de programas regionais e nacionais de interiorização de técnicos.

Metas Estratégicas

Nas áreas prioritárias, são definidas as metas estratégicas constantes do Quadro III, considerando-se indicativas aquelas referentes aos setores de responsabilidade da iniciativa privada. Nas Partes II e III, tais metas serão integradas nos respectivos programas setoriais. (*)

(*) As metas estratégicas apresentadas harmonizam, na medida do possível, os programas de dispêndios e investimentos setoriais, o elenco de projetos prioritários e as perspectivas de crescimento dos setores. Estas últimas, por sua vez, são compatíveis com os investimentos setoriais e com a taxa de crescimento global.

O enunciado dessas metas evidencia a nova dimensão que a Revolução deu ao Brasil. Apenas a título de ilustração:

— O número de matrículas, nos níveis de ensino médio e superior em 1963, era de respectivamente, 1.710.000 e 124.000; a previsão para 1973 é de 6.090.000 e 580.000, ou seja, aumentos de 256% e 368%; só no mandato do atual Governo a população escolar vai, virtualmente, dobrar nos níveis médio e superior.

— A produção de aço foi de 2.800.000 t em 1963 e deverá elevar-se para 7.700.000 t em 1973 (aumento de 175%); a produção de veículos foi de 174.000 unidades em 1963 e não deverá ser inferior a 518.000 em 1973 (aumento de 200%).

— A capacidade de geração de energia elétrica, que era de 6.350 mil kW em 1963, deverá ascender a 15.900 mil em 1973 (+ 150%). Para rodovias pavimentadas os números são de 11.400 km e 31.760 km, respectivamente (+ 180%).

No período 1970/1973, os avanços excepcionais que a Revolução já vinha realizando principalmente nos setores da Energia, Transportes, Comunicações e Habitação, não sómente continuarão, como alcançarão, ainda, o campo da Educação, Saúde, Saneamento, Agricultura, Mineração, Indústrias Básicas, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional, segundo revelam as metas do Quadro III.

Estratégia de Desenvolvimento

Para que se assegure a rápida aceleração do crescimento, com caráter auto-sustentável, no próximo estágio, será necessário desenvolver uma estratégia global de desenvolvimento, de que decorrem, orgânicamente, uma estratégia industrial e uma estratégia agrícola, na forma seguinte:

I — Promoção de ESTRATÉGIA GLOBAL (*) caracterizada essencialmente por:

— Objetivação de um desenvolvimento mais integrado, ou seja, menos dependente de um só setor — a indústria — e de um só fator dinâmico — o processo.

(*) Como é natural, um país em desenvolvimento e que se moderniza como o Brasil, deverá realizar esforço substancial de conciliar a modernização tecnológica de segmentos da atividade agrícola e industrial com a aceleração do aumento do emprêgo de mão-de-obra e com a política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado interno. Aquela conciliação exigirá, antes de tudo, a preservação de taxas de crescimento do PIB acima de 7%, a seleção de setores, na área urbana, para absorção maciça de mão-de-obra (como o de construção) e a continuação da ampliação da fronteira agrícola, na zona rural, além de políticas destinadas especificamente a qualificar e aumentar as oportunidades de utilização de mão-de-obra.

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
1) EDUCAÇÃO			
● Ensino Primário:			
— N.º de matrículas (milhares)	12.780	16.440	29
— Taxa de escolarização real (*)	72%	80%	—
● Ensino Médio: n.º de matrículas (milhares):			
— Ciclo ginásial	2.690	4.240	58
— Ciclo colegial	950	1.850	95
● Ensino Superior:			
— N.º de matrículas (milhares)	320	580	81
— Docentes em regime de tempo integral	1.900	6.000	216
— Docentes em regime de turno completo (**)	—	4.000	—
● Alfabetização: n.º de analfabetos entre 15 e 35 anos (milhares) ...	7.000	3.500	— 50 (***)
● Preparação de mão-de-obra industrial (número de trabalhadores treinados no ano)	80.000	155.000	94
● Dispêndios públicos no setor (Cr\$ milhões de 1970)	4.474	7.848	75
● Dispêndios federais no setor (Cr\$ milhões de 1970)	1.560	2.600	67
2) SAÚDE E SANEAMENTO	Ocorrências locais ou generalizadas	Erradicadas	
● Combate a endemias — malária, varíola, febre amarela			—
● Integração de serviços — unidades sanitárias locais	190	600	216
● Abastecimento de água — população urbana servida (em milhares)	25.340	45.340	79
● Esgotos Sanitários — população urbana servida (em milhares)	13.416	20.637	54

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
3) AGRICULTURA-ABASTECIMENTO			
● Exportações de produtos agropecuários não tradicionais prioritários (além da carne (em mil t):			
— Milho	640	2.000	213
— Arroz	41	200	388
— Soja	308	500	62
— Madeiras	800	1.200	50
— Algodão (pluma)	400	600	50
● Desenvolvimento tecnológico:			
— Consumo de fertilizantes (em 1000 t):			
Nitrogenados	145	330	128
Fosfatados	270	540	100
Potássicos	184	360	96
— Mecanização (tratores em operação) ..	80.000	120.000	50
— Irrigação (área irrigada, em hectares) ..	400.000	600.000	50
● Abastecimento — Centrais de abastecimento:			
Construídas (primeira etapa)	2	8	300
Projetadas	—	5	—
● Armazenagem — capacidade estática (em milhões t)	16	20	25
4) DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO			
● Dispêndios em projetos prioritários (Plano Básico) (Cr\$ milhões de 1970)	187	292	56
● Dispêndios com pesquisa de minerais atômicos (Cr\$ milhões de 1970)	7	34	386

OS GRANDES NÚMEROS DO

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
5) INDÚSTRIAS BÁSICAS			
● Siderurgia e Metalurgia (produção, em mil t):			
— Aço (capacidade)	5.200,0	7.700,0	48
— Alumínio	43,6	115,0	164
— Zinco	3,6	30,0	733
— Estanho	1,7	3,8	124
— Cobre	3,5	40,0	1.043
● Química (produção, em mil t):			
— Soda cáustica e barrilha	173,9	429,0	147
— Ácido sulfúrico	464,2	1.270,0	174
— Elastômeros	61,7	78,0	26
— Plásticos	115,2	320,2	178
— Fertilizantes (nutrientes)	145,6	731,0	402
● Mecânica e elétrica (produção, em mil t) ..	1.196,0	1.718,0	44
● Cimento (produção, em mil t)	7.820,0	11.415,0	46
6) MINERAÇÃO			
● Produção (em milhões de 1970)	2.150	4.300	100
● Exportação de bens minerais (em US\$ milhões)	200	450	125
— Exportação de minério de ferro (em mil t)	20.500	50.000	144
— Exportação de "pellets" (em mil t)	—	5.000	—
7) ENERGIA ELÉTRICA			
● Potência instalada (em mil kW)	10.137	15.900	54
● Consumo (em milhões de kWh)	31.516	47.843	52

III GOVÉRNO DA REVOLUÇÃO

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
8) PETRÓLEO			
● Capacidade de refino (em mil barris)	149.474	262.836	76
● Investimentos em exploração e desenvolvimento (em Cr\$ milhões de 1970)	414,0	1.030	149
9) RODOVIAS			
● Rêde pavimentada federal (em km)	21.757	31.760	46
10) NAVEGAÇÃO			
● Capacidade da Marinha Mercante (em TDW):			
— Longo curso	1.026.112	2.076.542	102
— Petroleiros	696.238	861.888	24
— Graneleiros, navios frigoríficos, navios-tanques	174.136	695.166	300
11) COMUNICAÇÕES			
● Sistema nacional de microondas (Troncos, em km)	4.940	11.489	130
— Troncos em tropo-difusão (em km)	—	5.105	—
● Rêde interurbana da CTB			
— n.º de circuitos	6.954	18.554	167
● Rêde urbana da CTB (n.º de terminais, em milhares):			
a) Estado da Guanabara	314	481	55
b) Estado de São Paulo	433	615	42
c) Estado de Minas Gerais	69	107	55
d) Total da rêde urbana (inclusive Estados do Rio e Espírito Santo)	827	1.309	58

METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS⁽¹⁾

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
12) HABITAÇÃO			
● Unidades residenciais construídas no ano pelo Sistema Financeiro da Habitação (BNH)	94.000	209.000	122
13) TRABALHO E PREVIDÊNCIA			
● Benefícios da Previdência Social (INPS) (Cr\$ milhões de 1970)	5.256	7.696	46
14) INCENTIVOS FISCAIS REGIONAIS (****)			
● Região Nordeste (Cr\$ milhões de 1970) ..	609,5	940,0	54
● Região Amazônica (Cr\$ milhões de 1970) ..	205,0	375,0	83
15) TRANSFERENCIAS DA UNIÃO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS			
● Fundo de Participação e Fundo Especial (Cr\$ milhões de 1970)	1.291	1.895	48
● Recursos vinculados (impostos únicos: combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, mineração)	1.202	1.724	44

(1) — As metas indicam ordens de magnitude. Quanto ao setor público, são, em geral, valores mínimos a serem alcançados; para o setor privado, têm sentido meramente indicativo, como perspectiva de crescimento do setor, em face dos incentivos aprovados.

(*) Proporção de matrículas na população em idade escolar (7 a 11 anos)

(**) Regime a ser implantado a partir de 1970

(***) A taxa negativa exprime a redução prevista do analfabetismo

(****) Inclusive o Programa de Integração Nacional.

de substituição de importações — do que foi o período de pós-guerra. Isso significa, particularmente no Centro-Sul, a integração de um desenvolvimento industrial acelerado com um crescimento mais rápido da agricultura que na fase anterior, para permitir uma expansão complementar de demanda nos dois setores, simultaneamente, capaz de sustentar o aumento do PIB no ritmo programado de pelo menos 7 a 9% ao ano.

— A construção de uma sólida estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, como base do progresso na sociedade moderna e democrática. Isso permitirá o melhor aproveitamento possível do fator básico de desenvolvimento constituído pelos recursos humanos do País.

— A consolidação do esforço realizado no período 1964/1969 quanto à infra-estrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações.

— Na dimensão regional, expansão da fronteira econômica nacional, principalmente em relação ao Planalto Central, vales úmidos do Nordeste e, progressivamente, à Amazônia, para tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando o mercado interno pela incorporação de novas áreas e, simultaneamente, pela melhor utilização da mão-de-obra abundante.

— Nas áreas urbanas e rurais, incorporação de uma estratégia de absorção de núcleos de baixa produtividade na economia, de forma compatível com a aceleração do crescimento global.

II — Execução de Estratégia Industrial:

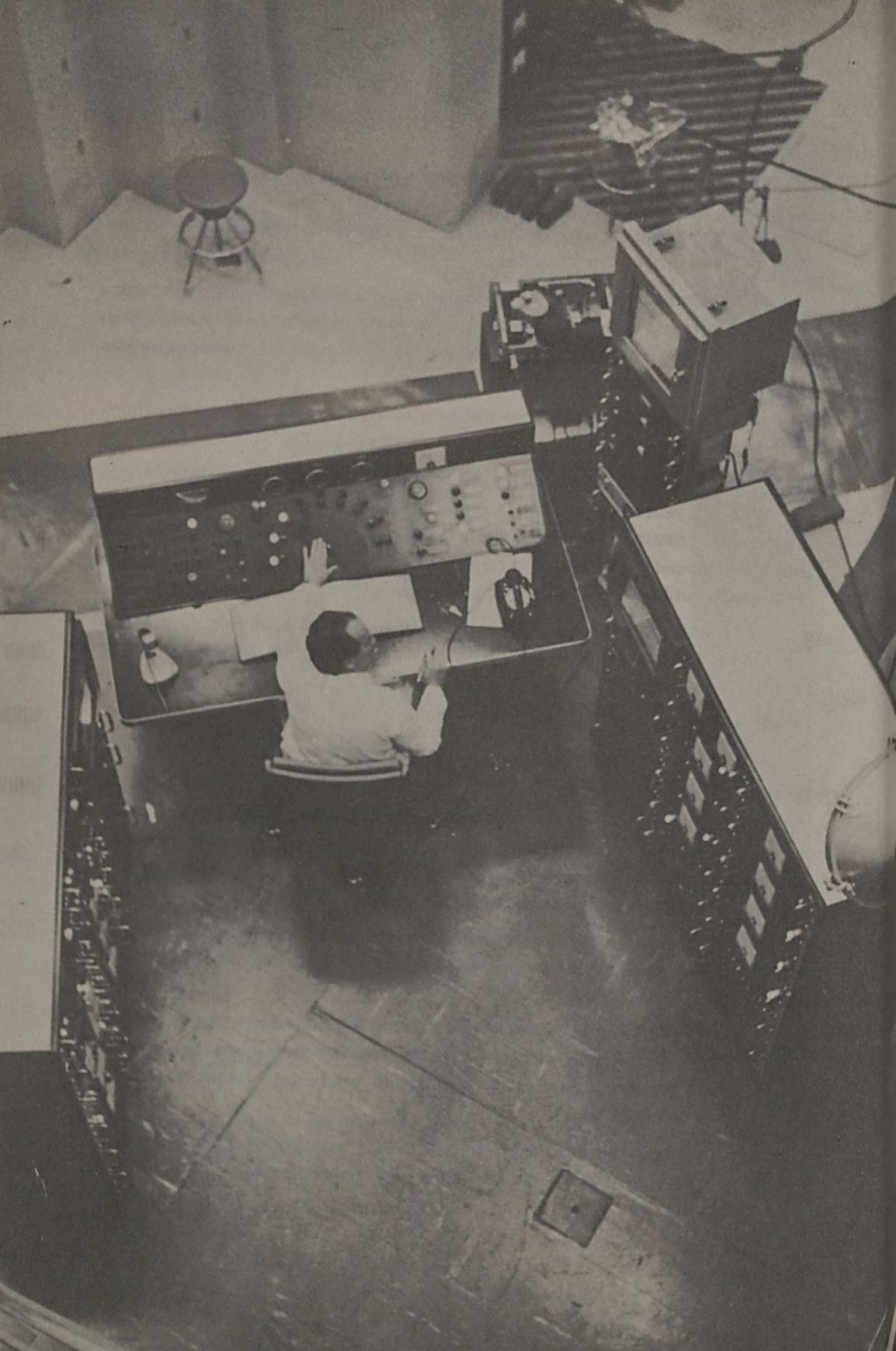
— capaz de impulsionar a indústria nacional para um crescimento médio de 9 a 11% ao ano, em comparação com menos de 5% no período 1962/1966;

— destinada a diversificar as fontes de dinamismo industrial, no sentido da expansão do mercado interno e da promoção de exportações, além da substituição de importações, ainda significativa em setores como as indústrias Químicas, de Metais Não-Ferrosos, Indústria Eletrônica, etc.;

— destinada a permitir o ingresso do Brasil na nova Revolução Industrial, de forma seletiva, sem prejuízo da consecução da meta global de expansão do emprêgo;

— de fortalecimento das indústrias tradicionais, importantes para o início de criação de um mercado de massa e pela sua contribuição ao emprêgo de mão-de-obra, mas que vêm apresentando crescimento insuficiente (abaixo de 1% ao ano, no período 1962/1968).

III — Execução de Estratégia Agrícola capaz de assegurar taxas de crescimento mínimas entre 6 e 8% ao ano, através das linhas de ação a serem desenvolvidas adiante.



Grandes Prioridades

Está na essência do projeto nacional, no próximo estágio, a seleção, dentre as principais áreas estratégicas, de quatro grandes prioridades, tendo em vista a construção de forte estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, e considerando o desenvolvimento mais integrado objetivado pela estratégia definida.

As grandes prioridades nacionais, para o período 1970/1973, serão:

I — REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO E ACELERAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO.

II — REVOLUÇÃO NA AGRICULTURA-ABASTECIMENTO.

III — ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

IV — FORTALECIMENTO DO PODER DE COMPETIÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL.

integração nacional e integração social

IV

A construção da sociedade desenvolvida, no Brasil, exige, além da consolidação do núcleo progressista industrial-agrícola do Centro-Sul, um esforço de integração em duas dimensões: a dimensão regional, pelo Programa de Integração Nacional, e a dimensão social, pelo Programa de Integração Social.

Programa de Integração Nacional

Ligado ao desenvolvimento regional integrado, ainda que de manifesto interesse para todo o País, é o Programa de Integração Nacional, instituído pelo Decreto-lei n.º 1106/70, com investimentos de Cr\$ 2 bilhões na primeira fase (1971/1974) e que, entre outros objetivos, se propõe a:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul.

6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação e realizar as metas de desenvolvimento programadas.

Os projetos prioritários da primeira fase do Programa de Integração Nacional são, principalmente:

a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá—Santarém, cuja primeira etapa é estimada em Cr\$ 350 milhões (ver descrição no Programa de Transportes);

b) o plano de colonização associado às citadas rodovias;

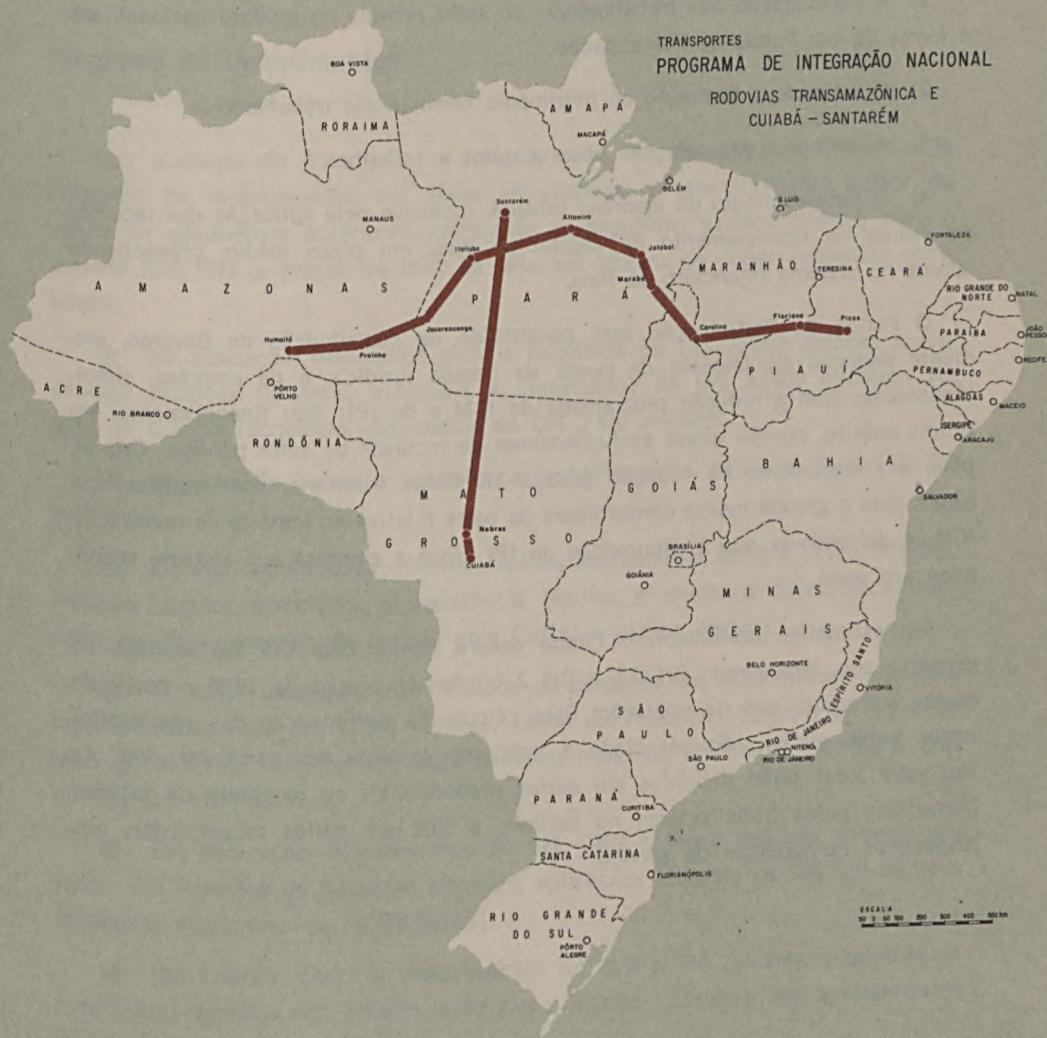
c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste.

O programa será financiado com 30% dos incentivos fiscais da SUDENE, SUDAM, Pesca, Reflorestamento e Turismo. Sem embargo, o Nordeste, pelo próprio PIN (Plano de Irrigação, principalmente) e por outros programas novos que o Governo Federal implantará na região, receberá investimentos adicionais da ordem de Cr\$ 1 600 a Cr\$ 1 800 milhões, bem acima do valor de sua contribuição, para o PIN, estimada em Cr\$ 1 200 milhões. Será dada garantia de continuidade ao esforço de industrialização e de execução plena aos programas do BNB e BASA, com crescimento real de suas aplicações e taxas satisfatórias.

Parte essencial e importante do Programa de Integração Nacional é o seu Plano de Colonização, acima mencionado.

Na forma já indicada no Decreto-lei 1.106/70, uma faixa de terra de até dez quilômetros, de cada lado das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, será reservada para colonização e reforma agrária. Em cada um dos canteiros centrais das obras das próprias estradas serão instalados núcleos de colonização contendo: escola primária, pôsto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, pôsto de comunicações e pôsto do Ministério da Agricultura. O processo de assentamento das famílias será espontâneo, vinculando-se a posterior titulação das terras à ocupação efetiva. Está prevista a futura integração da iniciativa privada no Programa, mediante o estabelecimento de incentivos fiscais para projetos privados de colonização na área de influência das estradas, a ser definida na regulamentação. Prevê-se, ainda, a utilização dos recursos do Programa na intensificação de investimentos nos Institutos Agronômicos de Belém e Recife, com vistas à realização de experimentação agrícola nas regiões beneficiadas, dirigidas especialmente para a produção de alimentos.

TRANSPORTES
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
RODOVIAS TRANSAMAZÔNICA E
CUIABÁ - SANTARÉM



ESCALA
10 0 50 100 200 300 400 500 km

Programa de Integração Social

O Programa de Integração Social, recentemente estabelecido por Lei Complementar, constitui importante instrumento de formação, no Brasil, de uma sociedade econômicamente aberta, tendo por objetivos principais:

- 1) A participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, sob a forma de um Fundo de Participação.
- 2) O estímulo à formação do patrimônio familiar dos trabalhadores.
- 3) A melhoria das relações entre capital e trabalho.
- 4) O fortalecimento da empresa privada, inclusive pela aplicação dos recursos do Fundo no financiamento de capital de giro, em prazo médio, preenchendo lacuna no sistema financeiro do País.

O Fundo de Participação será constituído de contribuição do Governo, mediante dedução do impôsto de renda da pessoa jurídica, e da empresa, simultaneamente com a redução programada do ICM e do IPI. Seu financiamento, em última análise, provirá quase exclusivamente de recursos do setor público. Cria-se, pois, um mecanismo de redução gradual da carga tributária, com transferência direta para a grande massa consumidora da parte relativa ao impôsto de renda e ao ICM, e deixando-se que a diminuição do IPI alivie a empresa e o sistema econômico em geral.

Em estimativa preliminar, o Fundo deverá contar com Cr\$ 500 milhões no primeiro ano, alcançando Cr\$ 1,5 a Cr\$ 2 bilhões (a preços de 1970) a partir do quarto ou quinto ano de operação. Para cálculo da participação dos empregados nesse fundo global, não associado a nenhuma empresa em particular, 50% de seu valor total serão divididos em partes proporcionais ao montante de salários percebidos pelos trabalhadores no período, e 50% em partes proporcionais aos respectivos quinquênios de serviço.

ação para o desenvolvimento

Programa de Investimentos

Sem aumento de ônus para o setor privado, promover-se-á a execução de programa de investimentos, em áreas estratégicas, substancialmente acima da média de quadriênios anteriores, consoante os seguintes valores globais, para o período 1970/1973 (a preços de 1970, ou seja, em valores de poder aquisitivo constante):

- Na Educação, dispêndios globais nacionais de Cr\$ 26 000 milhões e dispêndios públicos (federais, estaduais e municipais) de Cr\$ 23 900 milhões. Na área de Ciência-Tecnologia, dispêndios de Cr\$ 1 470 milhões.
- Na área de Saúde e Saneamento, investimentos públicos de Cr\$ 11 300 milhões.
- Em Agricultura-Abastecimento, aplicações federais de Cr\$ 12 000 milhões, inclusive fundos associados a assistência técnica e mudança tecnológica (mas exclusive financiamento de custeio pela CREA e outros órgãos).
- No setor Industrial (com elevada participação do setor privado), investimentos previstos de Cr\$ 18 500 milhões, sendo de ressaltar: Siderurgia, Cr\$ 4 600 milhões; Indústria Química, Cr\$ 4 000 milhões; Indústria Mecânica, Elétrica e Eletrônica, Cr\$ 3 600 milhões.
- Em Mineração, investimentos de Cr\$ 4 400 milhões (governo e setor privado). Em Pesquisa de Recursos Minerais, aplicações federais de Cr\$ 750 milhões (exclusive dispêndios da PETROBRAS).
- Em Energia Elétrica, investimentos de Cr\$ 11 700 milhões (inclusive os principais programas dos Estados e do setor privado). Em Petróleo, investimentos de Cr\$ 6 830 milhões.
- Em Transportes, investimentos federais de Cr\$ 10 870 milhões. Em Comunicações, investimentos federais de Cr\$ 3 500 milhões.
- Em Habitação, investimentos de Cr\$ 13 500 milhões por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação.

- Na Previdência Social, pagamento de benefícios da ordem de Cr\$ 26 800 milhões, inclusive dispêndios em assistência médica.
- Em Desenvolvimento Regional, investimentos governamentais no Nordeste e na Amazônia da ordem de Cr\$ 4 600 milhões e Cr\$ 940 milhões, respectivamente; incentivos fiscais do impôsto de renda na importância de Cr\$ 3 760 milhões e Cr\$ 1 500 milhões, respectivamente (inclusive o Programa de Integração Nacional).
 - Além disso, transferências de Cr\$ 13 000 milhões para Estados e Municípios em todo o País, pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios, o Fundo Especial e fundos vinculados (Fundo Rodoviário, Fundo de Eletrificação, etc.).

Assinale-se que, no período correspondente ao III Governo da Revolução, irá o setor público brasileiro despender em Educação, em termos reais, mais do triplo do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução.

Instrumentos de Ação

A utilização integrada das principais políticas instrumentais terá por objetivo principal a implementação da estratégia de desenvolvimento, a reversão da tendência à estatização e o fortalecimento da empresa privada. Reservando a enumeração mais pormenorizada das medidas específicas de fortalecimento da empresa nacional para o capítulo próprio (Parte II), cabe realçar as principais linhas de atuação e as realizações programadas no tocante ao uso dos mais importantes instrumentos de ação, como segue:

I — Execução da política fiscal e orçamentária com base nas seguintes definições e providências:

— Vedação de qualquer elevação da alíquota de impostos; prosseguimento do esforço de progressiva liberalização tributária, observada a situação do Tesouro (a exemplo das reduções em curso no ICM e no IPI).

— Remanejamento dos prazos de recolhimento dos impostos federais e estaduais (principalmente IPI e ICM), de forma a adequá-los aos prazos médios de venda.

— Proibição de admissões no serviço público (mesmo sob a forma de pagamento mediante recibo), aperfeiçoando-se o controle dessa determinação por meio do Cadastro Geral de Pessoal, já instituído junto ao DASP.

— Manutenção de déficit de caixa do Tesouro (na parcela financiada inflacionariamente) abaixo de 1% do PIB, como já se fêz em 1969 e segundo está programado para 1970 e 1971.

— Aperfeiçoamento do controle de contenção de dispêndios públicos, sobre tudo daqueles de caráter burocrático-administrativo.

— Sistema de entrega automática das dotações incluídas na programação financeira, como se tem feito de 1969 para cá.

II — Execução da política monetária e de crédito, de acordo com êstes critérios:

— Manutenção de níveis adequados de liquidez do setor privado, durante o processo de expansão, evitando-se as alternâncias de controle excessivamente rígido e de liberalização alimentadora da inflação de demanda.

— Política de redução progressiva da taxa de juros nominal, à medida que declina a taxa de inflação.

— Aperfeiçoamento das operações de "mercado aberto", como instrumento de regulagem da liquidez do sistema, para uma evolução isenta de crises.

III — Consolidação do patrimônio representado pelo grande avanço realizado no mercado de capitais após 1964, quanto à criação de instrumentos imunes à inflação e de novas instituições e, outrossim, quanto ao fortalecimento das bolsas de valores. Apoio à montagem do Mercado Nacional de Títulos.

Na condução dessa política, adotar-se-ão estas diretrizes:

— Delimitação das áreas de financiamento, entre os bancos de investimento e as financeiras, segundo a orientação em vigor.

— Aperfeiçoamento da sistemática do Decreto-Lei 157, inclusive com sua extensão, já efetivada, ao impôsto de renda pago na fonte.

— Aperfeiçoamento da regulamentação da abertura de capital das empresas, com o duplo objetivo de melhorar a estrutura financeira do sistema empresarial e intensificar a participação do público em geral no mercado investidor de ações.

— Consolidação do sistema oficial de crédito a médio e longo prazos. Criação de mecanismos de crédito a médio e longo prazos no sistema financeiro privado.

— Aperfeiçoamento dos órgãos normativos e de fiscalização do sistema. Estabelecimento de estreita colaboração entre as Autoridades, os órgãos de classe na área financeira e as principais entidades do setor, para efeito de fortalecimento da confiança do público no sistema.

— Nova legislação para constituição e funcionamento das sociedades anônimas.

IV — Execução de política definida em relação à cooperação econômica externa, com base no programa nacional de desenvolvimento e ênfase nos seguintes pontos:

- Oportunidade de acesso à expansão de mercados, representada pelo crescimento da renda do mundo desenvolvido, inclusive com a implementação do Mecanismo de Consulta e Negociação entre a América Latina e os Estados Unidos, criado pela VIII Reunião Extraordinária do CIES, para tornar efetivo o princípio do *status quo*.
- Na área de financiamento, tomada de decisões consequente à posição latino-americana de que a cooperação financeira internacional tem sido insuficiente, incerta e vinculada. Em particular, será importante obter definições claras sobre a ordem de magnitude da futura cooperação financeira internacional, principalmente a proveniente dos Estados Unidos; sobre a sua elevação progressiva para alcançar determinado limite mínimo; sobre o abrandamento das condições de prazos e juros; e sobre a sua programação plurianual. E efetivar a criação de um fundo de nivelamento da taxa de juros, para estabelecer um limite máximo à taxa paga a esse respeito, pelos países latino-americanos nos empréstimos externos.
- Quanto a capitais externos, em geral, fortalecimento da orientação que a Revolução vem aperfeiçoando e instrumentando, notadamente a partir de 1967, de positivo apoio à empresa nacional, sem discriminações. Isso significa eliminar as desvantagens em que ela se encontra e procurar colocá-la em igualdade de condições em relação à empresa estrangeira, quanto ao problema da evolução tecnológica, do acesso ao crédito e da carga tributária. Evitar-se-á que o uso indiscriminado de financiamentos externos possa acarretar agravamento da subutilização de capacidade, na indústria nacional.

V — Consolidação da política de promoção de exportações, que já permitiu à Revolução elevar o total da receita de exportações do Brasil, de US\$ 1 400 milhões em 1963 para mais de US\$ 2 200 milhões em 1969. É imperioso ingressar na fase de investir para exportar, deixando de tratar a exportação como atividade subsidiária, a fim de converter-se o Brasil em importante exportador de produtos agrícolas não tradicionais e de produtos manufaturados.

Esse novo estágio depende da criação, pelo Governo e pelo setor privado, de uma infra-estrutura para exportação; da manutenção da atual política cambial; da consolidação do poderoso sistema de incentivos já montado; e de estímulos à maior participação da empresa estrangeira no esforço de conquista de mercados externos.

ação no campo administrativo



Realizações Principais

No campo administrativo, os objetivos prioritários do Governo são:

- Ação coordenada de todos os Ministérios.
- Atuação dinâmica e planejada do serviço público federal, criando-se, na administração direta, um funcionalismo eficiente e de alto nível técnico, e, na administração indireta, um corpo relativamente estável de administradores de empresas, operando em níveis de eficiência pelo menos equivalentes aos do setor privado.

Essencial ao processo de consolidação e aumento de produtividade da administração pública é o controle de gastos, dentro da atual política de austera contenção de dispêndios de custeio burocrático-administrativo.

- Articulação com os Estados e Municípios, nas áreas econômico-financeira e administrativa, para constituir autêntica federação econômica.

Para consecução desses objetivos, são as seguintes as áreas de atuação e as principais realizações programadas:

I — Na área do Planejamento

- Aperfeiçoamento da execução de programas, em todos os Ministérios, pela melhor definição de prioridades e pela operação por meio de projetos, fortalecendo-se, para esse fim, os sistemas de planejamento, orçamento, programação financeira e estatística (ligados às Secretarias-Gerais dos Ministérios), assim como o mecanismo de informações.

- Forte atuação executiva, dentro de planejamento realista, evitando-se o acúmulo de projetos sem aplicação.

- Atribuição de alta prioridade à realização do Censo de 1970 (VIII Recenseamento Geral do Brasil).

II — Na área da Reforma Administrativa:

- Utilização da Reforma Administrativa como instrumento de melhoria da execução do programa de Governo, com atuação principalmente junto às Secretarias-Gerais dos Ministérios, eliminando-se os obstáculos institucionais à implementação dos projetos prioritários.
- Reformulação do sistema de atendimento ao público, para colocá-lo realmente a serviço dos que procuram as repartições.
- Prosseguimento do esforço sistemático de delegações de competência; de simplificação de rotinas; e de remoção de embaraços de natureza institucional.
- Descentralização Regional, estimulando-se as delegações de competência para os órgãos federais nos Estados, a celebração de convênios com Estados e Municípios e de contratos com a iniciativa privada.
- Programa Intensivo de Treinamento para a Reforma Administrativa.
- Projetos com o objetivo de liberar os cidadãos de entraves desnecessários em matéria de atestados, certidões e outros documentos oficiais.
- Reformulação da Organização Federal, mediante a execução dos projetos de nova estrutura básica dos Ministérios, regulamentos e regimentos, consoante a orientação dos Decretos-leis 200/67 e 900/69.

III — Na área da Política de Pessoal:

- Implantação, já em curso, da nova estrutura do DASP, baixada pelo Decreto 66.222/70, a fim de dar-lhe condições de atuar normativamente.
- Organização do Sistema de Pessoal da Administração Civil, estabelecendo-se a ligação funcional e sistemática entre o DASP e o órgão do Sistema em cada Ministério.
- Fixação de diretrizes para a elaboração de um novo Plano de Classificação de Cargos e Empregos.
- Revisão e atualização do Estatuto dos Funcionários Civis da União, levando-se em conta a nova Constituição e a Reforma Administrativa.

● Execução de política de diminuição gradativa do pessoal considerado excessivo no serviço público, mediante a absorção em outras áreas ou a redução do número de servidores nos diferentes Ministérios, sem envolver injustiça e respeitados os direitos adquiridos, e, sempre que possível, de forma associada à transferência dos núcleos centrais para Brasília.

● Progressiva implantação de política salarial tendente a valorizar o servidor público e corrigir as distorções que impedem a criação de um funcionalismo eficiente. Isso significa, acima de tudo: pessoal normalmente em tempo integral e carreira sistemática e fundada no sistema de mérito, capaz de absorver permanentemente os elementos qualificados, mesmo em funções técnicas. Devido ao vulto do dispêndio total com o pessoal federal civil e militar (atualmente da ordem de Cr\$ 9 000 milhões por ano), as distorções serão eliminadas gradualmente, na forma do que já se realizou para o magistério federal e do que se fará em breve em relação a certas funções prioritárias.

Simultaneamente, efetivar-se-á a progressiva implantação do dispositivo constitucional de paridade de vencimentos dos servidores, de um lado, entre a administração direta e as autarquias dentro do Executivo, e, de outro, entre o Executivo e os demais poderes. Evitar-se-á, nesse processo, a criação de distorções que poderiam levar à evasão de técnicos e outras categorias prioritárias do serviço público.

IV — Transferência dos núcleos centrais dos Ministérios e das principais entidades de administração indireta para Brasília, consoante a programação estabelecida e mediante providências coordenadas pelo GEMUD.

A curto prazo, o comando das decisões da Administração Federal deverá funcionar normal e integralmente em Brasília, para que se transforme em vitória estratégica a mudança nominalmente efetuada em 1960.

V — Para efeito da articulação com Estados e Municípios:

● Utilização das transferências por meio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e do Fundo Especial, como instrumento para a compatibilização dos programas nos três níveis de Governo e para a celebração de convênios de caráter setorial, notadamente quanto aos setores de Educação, Saúde e Agricultura.

● Ajustamento da atuação das companhias e bancos de desenvolvimento dos Estados e Municípios — assim como das demais entidades de crédito, regionais, estaduais e locais — ao plano de desenvolvimento nacional.

Projetos Prioritários

● VIII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL

O Recenseamento compreenderá a Censo Demográfico e os Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Complementarmente, realizar-se-ão inquéritos especiais sobre "mão-de-obra" e "fluxo de mercadorias" (procedência das compras e destino das vendas), com base em amostra a ser extraída do material relativo aos censos econômicos. Cr\$ 200 milhões.

● SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E INFORMAÇÃO

O projeto visa à implantação de infra-estrutura articulada e de alto nível que proporcione apoio técnico adequado ao atendimento das decisões do Executivo Federal voltadas para a gerência econômica e social do País. O sistema compreenderá, de um lado, um Banco de Dados, que armazenará e analisará científicamente os elementos estatísticos fundamentais, e, de outro lado, um instituto de pesquisa econômica e social aplicada, estreitamente vinculado ao Instituto de Planejamento Econômico e Social, ambos funcionando dentro do IPEA.

● CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS AO PLANEJAMENTO

O programa, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetiva colocar a ciência e a tecnologia a serviço do planejamento e da implementação de grandes programas e projetos, especialmente governamentais. As três principais áreas de atuação serão as de previsão tecnológica, análise de sistemas e pesquisa operacional.

ação no campo da segurança

O Governo atuará, de forma efetiva e integrada, em todos os campos, para a preservação da Segurança Nacional.

Mediante esforço global, criar-se-á um processo nacional de evolução política auto-sustentável.

A consecução dos objetivos primordiais do desenvolvimento constitui um dos requisitos básicos e duradouros para a Segurança Nacional. Dentro dessa orientação, consoante o que já se estabeleceu, o Governo concentrará os seus esforços na aceleração do crescimento, no progresso social e na garantia das oportunidades.

A ação subversiva de certas minorias e, notadamente, as investidas terroristas podem afetar seriamente o desenvolvimento, a democracia, a própria segurança do Estado. Falhará aos objetivos nacionais e à sua própria sobrevivência o regime que não fôr suficientemente sólido e instrumentado para preservar a ordem e as liberdades, o funcionamento normal das instituições políticas, econômicas e sociais.

Assim, para garantia da tranquilidade pública, da ordem e da paz contra a subversão, serão exercitados, quando necessário e oportuno, os poderes conferidos pela Constituição e legislação específica.

A comunicação social deverá assegurar a participação de todas as categorias sociais no esforço brasileiro de Desenvolvimento e Segurança.

Ao Ministério da Justiça cabe a realização de medidas que assegurem o funcionamento harmônico dos três Poderes, a preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais.

O Ministério das Relações Exteriores, além de sua valiosa contribuição no campo do desenvolvimento, colaborará, por meio da Política Internacional, com os objetivos da Segurança Nacional.

Os problemas atuais da Segurança Interna, oriundos de ações subversivas, com evidentes vínculos internacionais, impõem o judicioso emprêgo dos meios policiais, na sua área de competência. As Forças Armadas cabe o atento acompanhamento do processo da guerra revolucionária, o adestramento adequado e, sobretudo, o planejamento que assegure a aplicação, integrada e coordenada, de

todos os meios destinados a garantir a segurança interna, de forma a capacitar-se a atuação enérgica, pronta e eficaz, sempre que necessária.

No que respeita à Segurança Externa, as Fôrças Armadas devem-se manter aptas a atuar no cenário americano ou mundial, como decorrência dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e honrados pelo atual Governo, e, principalmente, na defesa da soberania nacional e da integridade territorial, isoladamente ou em aliança, que decorra dêsses acôrdos.

Impõe-se, portanto, o reaparelhamento das Forças Armadas, com vistas ao seu melhor adestramento, a fim de que possam bem cumprir suas funções constitucionais.

ação setorial: grandes prioridades

ação de governo: realizações principais



No campo das grandes prioridades nacionais, são as seguintes as principais realizações programadas:

Nas Áreas de Educação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico

I — Implantação de poderoso sistema financeiro para a educação e o desenvolvimento científico e tecnológico, sobretudo por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE (que contará, no período 1970/1973, com Cr\$ 500 milhões, oriundos de novas fontes); do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT (Cr\$ 300 milhões); do FUNTEC — BNDE (Cr\$ 110 milhões) e do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas — FDAE (Cr\$ 1 000 milhões).

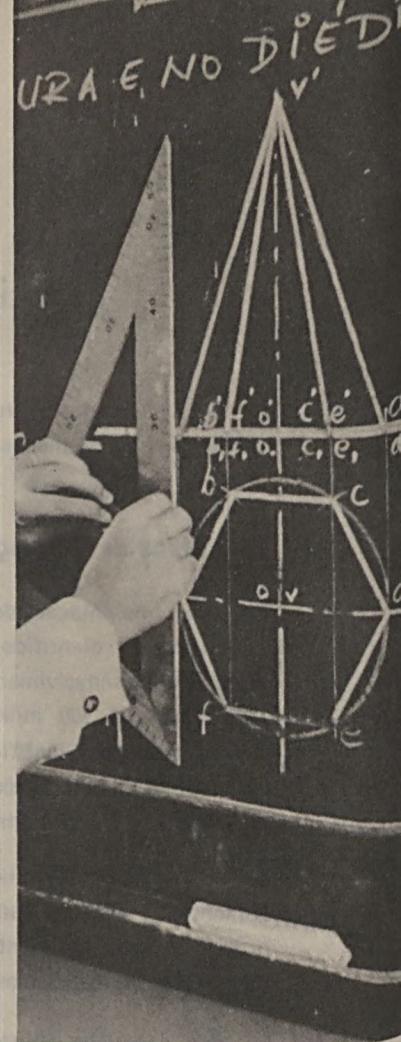
II — Efetiva Revolução na Educação, para melhoria da qualidade do ensino, aumento de produtividade do sistema educacional e integração da educação com o desenvolvimento científico e tecnológico e com o desenvolvimento global do País. Para tanto, promover-se-á:

● Expansão substancial dos dispêndios totais do País em Educação (Governo Federal, Governos Estaduais — Municipais e Setor Privado), dentro do binômio Expansão-Eficiência, de modo a alcançar montante aproximado de Cr\$ 26 000 milhões no quadriênio, a preços de 1970, correspondente à média de Cr\$ 6 500 milhões por ano.

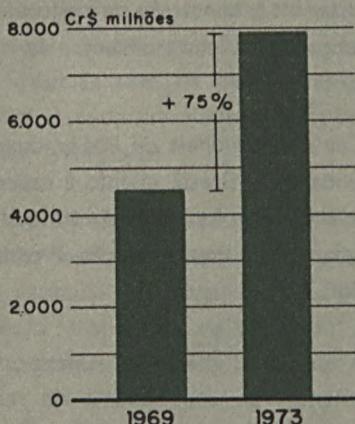
O total dos dispêndios públicos em Educação (Governo Federal, Estados e Municípios) deverá elevar-se a cerca de Cr\$ 23 900 milhões no período 1970/1973, em comparação com Cr\$ 14 670 milhões em 1966/1969 (aumento de 63% em termos reais) e com Cr\$ 7 750 milhões no quadriênio 1960/1963.

Isso significa, como já se salientou, que no período correspondente ao III Governo da Revolução, o setor público brasileiro despescerá em Educação, em termos reais, mais do triplo do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução.

O total de dispêndios federais em Educação deverá aumentar, de Cr\$ 1 560 milhões em 1969 para Cr\$ 2 600 milhões em 1973, registrando-se, pois, elevação



EDUCAÇÃO
DISPÊNDIOS PÚBLICOS
(A PREÇOS DE 1970)



de 67% em termos reais (inclusive recursos externos). Com isso, a participação dos dispêndios federais em Educação na despesa orçamentária da União, que era de 5,6% em 1963 e de 11,3% em 1969, aproximar-se-á de 15% em 1973 (excluídos os fundos vinculados).

Está em consonância, aliás, essa orientação, seja com o dispositivo constitucional que exige a aplicação de pelo menos 20% dos recursos orçamentários dos municípios em Educação, seja com a recente determinação (Decreto 66 254/70) de se destinar ao menos 20% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios ao mesmo setor.

● Criação de sólida estrutura educacional para o desenvolvimento, na forma das metas estratégicas apresentadas no Quadro III, objetivando realizar:

— Virtual eliminação do analfabetismo, na faixa etária dos 15 aos 35 anos, no decorrer da década de 70.

— Implantação do Ensino Fundamental, pela integração do curso primário com o ginásial, assim como a progressiva universalização dêste no Brasil, a fim de assegurar-se a todo brasileiro instrumental mínimo de trabalho. No tocante ao ensino primário, a meta é elevar a taxa de escolarização nacional para 80% até 1973 e assegurar a sua universalização na década de 70, quanto à faixa de idade de 7 a 11 anos. Em relação ao curso ginásial, implantar-se-á a rede nacional de ginásios orientados para o trabalho (ou ginásios polivalentes, não profissionalizantes, mas incluindo a sondagem de vocações).

— Reformulação do Ensino Técnico e, principalmente, do Ensino Industrial, para eliminar o dualismo existente no primeiro ciclo do nível médio (ginásios tradicionais, de um lado, e ginásios técnicos, de outro lado).

— Programação do segundo ciclo do ensino médio, de modo a constituir o primeiro nível de preparação para o trabalho, assegurando, por si só, ao indivíduo uma profissão; e disseminação, em larga escala, do colégio integrado, que conjugue a formação humanista moderna (parte comum a todos os alunos) à formação politécnica, permitindo, nessa parte, opção entre diversos campos, segundo o interesse do estudante.

— Consolidação da Reforma Universitária, mediante execução dos novos programas e projetos, já aprovados, quanto ao regime didático e científico, ao magistério, à integração da Universidade no processo de desenvolvimento e à integração do estudante na Universidade e nos programas de desenvolvimento (Programa de Implantação Progressiva de Tempo Integral no Magistério Superior, Programa de Monitores, "Projeto Integração", Operação Produtividade, etc.); conversão de certo número de Universidades brasileiras em Centros Avançados de conhecimento, de nível internacional.

— Progressiva implantação do sistema de Centros Regionais de Pós-graduação, de modo a eliminar a desvantagem em que se encontra o Brasil, quanto à especialização de recursos humanos do mais alto nível, e acelerar a formação de professores para o ensino superior (Programa de Centros Regionais de Pós-graduação, Programa intensivo de Pós-graduação, no País e no Exterior).

● Valorização do magistério, nos níveis primário, médio e superior, em consonância com as recentes medidas concernentes ao seu sistema de remuneração.

III — Implantação Progressiva de um Sistema de Tecnologia Avançada para a Educação, por meio de rôdes nacionais de rádio e de televisão educativa, instituindo-se no País os métodos de educação de massa, com elevado nível didático-científico, e instrumentos não convencionais de educação formal e informal.

Promover-se-á, por outro lado, a intensificação e expansão coordenada dos programas não formais de valorização dos recursos humanos, destacando-se os de alfabetização, educação continuada de adultos e outros; e a expansão e reformulação dos sistemas de treinamento de mão-de-obra, em articulação com os órgãos e entidades já atuantes nesse campo (PIPMO, programas do SENAI e SENAC).

IV — Implantação de mecanismos eficazes para a integração Escola-Empréss-Govêrno, tais como: execução do "Projeto Integração", para coordenação das iniciativas destinadas a oferecer estágios a estudantes universitários, em certas áreas prioritárias, em entidades públicas e privadas (em complementação ao Projeto Rondon e à Operação Mauá); contratação de Universidades para a realização do planejamento de microrregiões e para a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica; ampliação do número de centros de integração Universidade-Indústria, como o Instituto Euvaldo Lódi (da CNI) e o Instituto Roberto Simonsen (da FIESP), assim como dos centros de integração Escola-Empréss; criação de centros de ciência e tecnologia aplicados ao desenvolvimento regional, em Universidades selecionadas.

V — Aceleração do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Nacional, por meio de programa que já alcança dimensão excepcional, na América Latina e no mundo subdesenvolvido, com prioridade para:

- Política Tecnológica Industrial própria, a fim de permitir, de um lado, o desenvolvimento de certo número de indústrias intensivas de tecnologia (química, elétrica e eletrônica, siderúrgica, aeronáutica); e, de outro lado, definir perspectivas tecnológicas para os demais ramos industriais, acompanhando o progresso mundial e levando em conta a dotação de fatores de produção do País, em bases nacional e regional.
- Implementação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, constituído de projetos prioritários das principais instituições de execução ou estímulo às pesquisas, cujos programas consolidados representam, no quadriênio, dispêndios de Cr\$ 1 470 milhões, inclusive Cr\$ 110 milhões destinados exclusivamente à pesquisa de urânia.
- Criação de condições de trabalho satisfatórias para o pesquisador e tecnólogo, inclusive mediante a execução de um Programa de Implantação do Tempo Integral nas instituições de pesquisa, de forma análoga ao já estabelecido para o sistema universitário.
- Efetivo apoio à maior participação do setor privado no desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da concessão de incentivos fiscais à promoção da pesquisa e ao aproveitamento das inovações; da defesa da engenharia nacional; da absorção progressiva da engenharia de produto e da engenharia de processo (ou seja, da criação de modelos e processos realmente brasileiros) nos principais ramos industriais; e do estímulo a que a empresa estrangeira ative sua participação no esforço nacional de pesquisa e inovação.
- Criação, pelo Governo Federal, de um Centro de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Planejamento, com prioridade para a aplicação de novos métodos gerenciais à área de planejamento, administração para o desenvolvimento e execução de programas de desenvolvimento; e institucionalização de um Sistema de Informações sobre Ciência e Tecnologia, com o estabelecimento de um Banco de Patentes.

VI — Efetiva participação do Brasil, seletivamente, no Programa Espacial e no Programa de Energia Nuclear, segundo orientação a ser adotada, por intermédio do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, da Comissão de Energia Nuclear (CNEN) e de outros órgãos, para definir as prio-



ridades dos projetos em função do seu impacto sobre o desenvolvimento econômico e social do País.

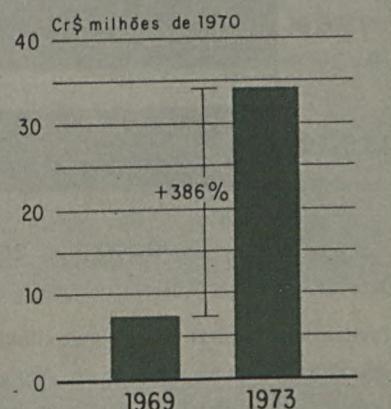
As aplicações do Grupo de Organização da CNAE, estimadas em Cr\$ 50 milhões, incluem os projetos de Sensores Remotos (que permitirão a coleta e análise de levantamentos de recursos do solo em escala impossível de ser realizada pelos métodos convencionais) e de Tecnologia Avançada para a Educação (em fase de estudo de viabilidade).

A participação do Ministério da Aeronáutica no Programa Espacial aparece no capítulo das Forças Armadas.

O programa da CNEN, no montante de Cr\$ 330 milhões, abrange os projetos de implantação da I Central Nuclear do Brasil, de pesquisa de urânio, de tecnologia de reatores, de tecnologia de materiais nucleares.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DISPÊNDIOS COM PESQUISA DE MINERAIS ATÔMICOS



Nas Áreas de Saúde e Saneamento

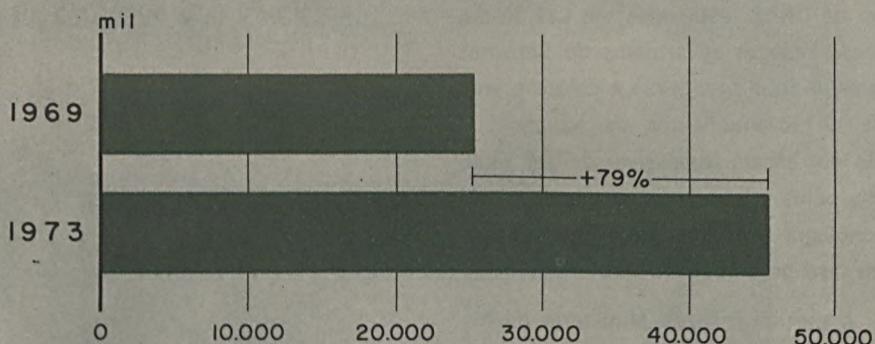
I — Aceleração do Programa de Saúde, mediante:

● Na área de Saúde Coletiva, obtenção de resultados substanciais na intensificação do combate às moléstias transmissíveis, tais como, principalmente, malária, doença de Chagas, esquistossomose, varíola, febre amarela, poliomielite epidêmica, lepra. Objetiva-se a erradicação da varíola, na fase de ataque, ainda em 1970; e, até 1973, a erradicação da malária, como doença de massa, e da febre amarela.

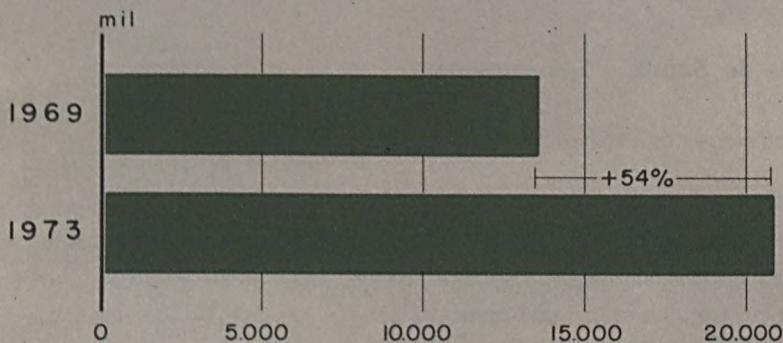
Ao mesmo tempo, implementar-se-á programa de integração progressiva dos serviços locais e regionais de assistência médica, quanto ao sistema de proteção e recuperação da saúde, dos níveis federal, estadual e municipal, mediante convênios associados ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Estabelecer-se-á, igualmente, a divisão de trabalho entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Previdência Social (INPS), no tocante à assistência médica.

SAÚDE – SANEAMENTO

POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM SERVIÇOS D'ÁGUA



POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM SERVIÇOS DE ESGÓTOS SANITÁRIOS



- Na área de Saúde Individual, além da integração de serviços já referida, reformulação do Plano Nacional de Saúde (PNS), para definir alternativa que remova os aspectos de inviabilidade identificados na formulação anterior, principalmente quanto ao esquema financeiro. A reformulação indicará qual o mínimo de cobertura a ser atendido e as etapas de implantação progressiva.

● Implementação de programa nacional de fornecimento de medicamentos básicos, a preços reduzidos, às classes de mais baixa renda, mediante coordenação entre os laboratórios, já existentes, de propriedade do Governo e a indústria farmacêutica privada.

● Implantação de uma Política Nacional da Criança, sob a orientação da Coordenação Nacional de Assistência Materno-Infantil e com execução descentralizada, por intermédio dos Estados e Municípios, em caráter progressivo, em áreas prioritárias. Atenção especial será dada aos problemas de nutrição, vacinação básica e assistência dentária.

● Efetivação do Programa de Interiorização de Médicos, para as áreas de maior deficit, em coordenação com os Estados e Municípios, por meio de esquemas como: contratação conjunta com Municípios de menor renda; utilização de hospitais regionais como centros de distribuição de médicos; montagem de unidades locais pré-fabricadas.

II — Criação de instrumentos (entre os quais legislação federal normativa) para coibir o processo de intensificação da poluição, do ar e da água, nas grandes áreas urbanas brasileiras, principalmente no Grande Rio e no Grande São Paulo.

III — Na área de Saneamento, execução de programa de financiamento coordenado dos Ministérios do Interior e da Saúde, capaz de assegurar, no período 1970/1973, o abastecimento d'água a mais 20 milhões de habitantes, dentro da metade de atender, até 1980, 80% da população urbana brasileira.

Ao mesmo tempo, promover-se-á a consolidação de um mecanismo de financiamento de sistemas de esgotos, no Ministério do Interior, de modo a elevar para, pelo menos 50%, até 1980, a proporção da população urbana atendida.

Na Área de Agricultura-Abastecimento

I — Efetivação de autêntica Revolução na Agricultura, mediante forte ação executiva e plena utilização dos instrumentos já criados e da ampliação dos incentivos existentes, conferindo-se prioridade a:

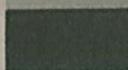
● Grande impacto no aumento dos investimentos e da produção agrícola, por meio do sistema de incentivos fiscais e financeiros já montado: incentivo de impôsto de renda, em vigor, para a expansão do investimento na agricultura; Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG); nova política de crédito rural, com taxa de juros mais baixa e incorporação dos recursos correspondentes a 10% dos depósitos de bancos comerciais; política de preços mínimos, sem limite para aplicações, com base nos preços internacionais e com fórmulas para alcan-

AGRICULTURA - ABASTECIMENTO

EXPORTAÇÃO | em mil toneladas

arroz

1969



41 + 388 %

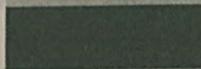
1973



200

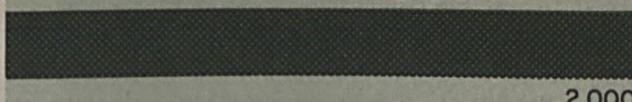
milho

1969



640 + 213 %

1973



2.000

soja

1969



308 + 62 %

1973



500

çar efetivamente o produtor; seguro agrícola, sob a forma de seguro para o crédito agrícola; estímulos especiais para o cooperativismo.

● Desenvolvimento tecnológico da agricultura, por meio de: programa de disseminação de insumos modernos, com redução ou eliminação de impostos sobre êles incidentes e consolidação dos esquemas de financiamento, fortalecimento da indústria nacional de fertilizantes e da indústria nacional de defensivos agrícolas; expansão do Plano Nacional de Mecanização Agrícola, para aumento de 50% do número de tratores em operação; reformulação do Programa de Pesquisa Agrícola, com a criação do Fundo de Pesquisa Agrícola.

● Desenvolvimento Acelerado da Pecuária, para acompanhar o aumento do consumo interno e expandir substancialmente as exportações de carne. Serão executados: o Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte na região Centro-Sul (Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo); o Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte na região Centro-Leste (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo); o Projeto de Controle da Febre Aftosa; o Projeto de Modernização das Bacias Leiteiras; e o Projeto de Modernização da Infra-Estrutura de Pesca.

● Modernização do Sistema Nacional de Abastecimento, pela implementação dos seguintes programas: Construção do Sistema de Centrais de Abastecimento e Mercados Terminais (Grande Rio, Grande São Paulo (ampliação), Pôrto Alegre, Niterói-São Gonçalo, Curitiba, Belo Horizonte, Belém, Recife, Salvador, Brasília, Fortaleza, Manaus, Maceió e Aracaju); Programa de Armazenagem, com ênfase em armazenagem ao nível intermediário, em projetos pioneiros ao nível das fazendas, e na construção de silos portuários.

II — Transformação do Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais, com as metas já definidas no Quadro III, destacando-se, além da carne, o milho, soja, madeira, alimentos naturais e industrializados.

III — Prosseguimento da Política de defesa de Produtos de Base, notadamente o café e açúcar (a cargo do MIC), cacau, algodão, etc., com os objetivos principais de preservar a receita em divisas para o País e o nível de renda do setor, considerado o impacto sobre o orçamento monetário.

No tocante ao Café, terá continuidade o esforço de sustentação dos preços internacionais, aliado ao objetivo básico de manutenção da nossa participação relativa no mercado. No plano interno, a política do Governo Federal objetivará o aumento da produção e da produtividade, através da sustentação de preços



AGRICULTURA – ABASTECIMENTO

IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO OU MERCADOS TERMINAIS



estimuladores e da concessão de financiamentos, buscando-se o equilíbrio entre oferta e procura. Especial atenção está sendo conferida ao fortalecimento da infra-estrutura cafeeira através do estímulo e do suporte financeiro para a criação de novas unidades de pesquisas no Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo e do apoio às entidades existentes para dotar o setor cafeeiro do indispensável suporte tecnológico, medida que se faz ainda mais necessária face ao aparecimento da "ferrugem alaranjada do café".

No tocante ao Cacau, terá prosseguimento o programa de recuperação da posição já ocupada pelo Brasil entre os produtores e de assegurar crescente participação no aumento da demanda mundial.

Terão seqüência os trabalhos de aumento da produção e produtividade da lavoura cacaueira, através da CEPLAC, em conjunto com outros organismos governamentais. Destacam-se a intensificação dos trabalhos de pesquisa e experimentação, de combate a pragas e doenças e de formação de técnicos.

A infra-estrutura econômica e social na região cacaueira será sobremaneira beneficiada a partir da construção de estradas de escoamento da produção e de programas de saúde e saneamento em benefício das populações rurais da zona cacaueira.

IV — Fortalecimento da Infra-Estrutura Agrícola do País, por meio da execução do Programa Nacional de Irrigação, para expandir em 50%, no período, a área total irrigada; do Projeto Eletrificação Rural; e da construção de um Sistema Integrado de Estradas Rurais, a fim de ligar as zonas de produção às estradas principais (com início no Rio Grande do Sul, Mato Grosso, e Espírito Santo).

V — Efetiva implantação da Reforma Agrária, através do INCRA, mediante execução de projetos nas áreas operacionais já selecionadas, no Baixo Jaguaribe (Ceará), na Zona da Mata (Pernambuco) e no Noroeste de Minas Gerais. Outras áreas operacionais serão selecionadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outras unidades da Federação.

VI — Expansão de Área e Colonização. Ocupação de espaços vazios.

A progressiva ocupação de espaços vazios, de forma racional, efetuar-se-á quanto aos vales úmidos no Nordeste, Meio-Norte e áreas selecionadas da Amazônia, assim como na zona de "cerrados", principalmente no Planalto Central (Goiás e Mato Grosso, Minas Gerais e sul do Pará).

O programa de colonização de áreas novas iniciar-se-á nas terras já pertencentes ao Ministério da Agricultura, INCRA, Estados e outros órgãos governamentais, num total estimado em 2.000.000 ha.

A utilização dos "cerrados", que se estendem por cerca de 2.000.000 km², far-se-á por seleção de áreas sobretudo com vistas à pecuária (cria e recria), mediante incentivos fiscais (na área da SUDAM) e linhas de crédito especiais.

Na Ação para o Fortalecimento do Poder de Competição da Indústria Nacional

I — Consoante a orientação da política de fortalecimento da empresa privada, principalmente nacional, desenvolvimento de linhas de atuação para o fortalecimento do poder de competição da indústria nacional, a fim de assegurar a sua viabilidade: definição dos ramos prioritários para a promoção de exportações, a expansão do mercado interno e a substituição de importações; políticas monetária, de crédito e fiscal compatíveis com o fortalecimento da indústria nacional; política de insumos industriais básicos, no tocante ao preço e oferta adequada de energia elétrica, transportes, comunicações, óleo combustível, aço, sal, carvão, álcool, borracha, cimento, enxôfre.

II — Na área da utilização dos instrumentos específicos de desenvolvimento industrial, adoção dos seguintes critérios básicos: quanto aos setores novos, exigência de escalas mínimas de produção eficiente, de índices de nacionalização que não signifiquem a perda do poder de competição internacional, e de tarifas alfandegárias decrescentes, no tempo, segundo prazos pré-estabelecidos; em geral, proteção contra as eventuais práticas de "dumping" por outros países, e adoção de mecanismo que compatibilize a política de componente importado com a redução progressiva de custos, nos setores que ainda não houvessem alcançado níveis razoáveis de eficiência.

III — Na área de utilização dos instrumentos gerais para o fortalecimento da empresa privada, principalmente nacional, adotar-se-ão as seguintes provisões concretas, além das políticas, anteriormente definidas, tendentes a evitar flutuações bruscas no nível de liquidez do sistema, a reduzir a taxa de juros, a consolidar o sistema de crédito a médio prazo, a reverter a tendência à estatização:

— Estabelecimento, já efetivado, de nova faixa especial de crédito para a pequena e média empresas, com recursos decorrentes da redução de 2% na taxa de recolhimento compulsório dos bancos comerciais.

— Criação, junto ao BNDE, do Fundo de Reorganização e Modernização Industrial, o qual permitiria realizar, principalmente na área das indústrias tradicionais, fusões e incorporações de empresas, nos setores de maior intensidade das economias de escala, e reorganização administrativa ou técnica de empresas.

— Estabelecimento de novas faixas de crédito a médio prazo, inclusive para complementação de estruturas industriais e sua colocação dentro do objetivo de progressivamente reduzir a dependência da empresa em relação ao desconto de duplicatas, com a criação do crédito à empresa.

— Adoção de medidas especiais de amparo ao empresário nacional, inclusive mediante financiamento e estímulos à pesquisa científica e tecnológica, em setores, como o da indústria farmacêutica, em que se faça necessário fortalecer a sua posição, para dar-lhe condições de crescimento satisfatório.

— Preferência às empresas nacionais, nas operações de crédito dos estabelecimentos oficiais, inclusive sob a forma de atendimento à pequena e média empresas.

projetos prioritários

(Com aplicações previstas no período 1970/1973, a preços de 1970):

EDUCAÇÃO

- **Operação-Escola** — Universalização progressiva do ensino primário, para assegurar escolarização de todas as crianças de 7 a 11 anos, na década de 70. Meta para 1973: taxa nacional de escolarização de 80%. Para 1976: taxa de escolarização de 95% na área urbana e de 80% na área rural. Cr\$ 110 milhões (contribuição da União).
- **Réde Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho** — Implantação, a nível nacional, de uma rede de Ginásios Orientados para o Trabalho, com vistas à reformulação e expansão do ensino médio. Meta para o período: construção de 276 novos ginásios e instalação de 1 660 oficinas. Cr\$ 400 milhões.
- **Centros Avançados do Conhecimento** — Construção do "campus" universitário (primeira etapa) de 5 ou 6 Universidades selecionadas para funcionarem como Centros Avançados do Conhecimento, de nível internacional, e nos quais será implantada, em sua plenitude, a Reforma Universitária. Projeto inicial: a Universidade Federal do Rio de Janeiro ("campus" do Fundão), com aplicação de cerca de Cr\$ 250 milhões.
- **Operação-Produtividade** (no Ensino Superior) — Racionalização acadêmico-didática e administrativa das universidades e estabelecimentos isolados, para propiciar, com o aumento da produtividade resultante, significativa expansão da oferta de vagas. Até 1973, serão atendidas 26 Universidades, além de todos os estabelecimentos isolados. Cr\$ 20 milhões.
- **Implantação Progressiva do Tempo Integral para o Magistério Superior** — Para consolidação da Reforma Universitária, criação de novos regimes de trabalho para o magistério, a fim de garantir remuneração correspondente a 200%, 330% e 400% (dedicação exclusiva)

dos vencimentos básicos. Meta para 1973: 7 000 docentes em regime de turno completo e 6 000 em regime de tempo integral. Cr\$ 500 milhões.

● **Remuneração do Magistério Primário e do Magistério de Nível Médio** — Estabelecimento de níveis mínimos de remuneração e reformulação da carreira para o magistério primário e o magistério de nível médio, em programa articulado com os Estados e Municípios. (Cr\$ 400 milhões de suplementação mediante transferências do Governo Federal).

● **Programa de Livros-texto Básicos em Áreas Prioritárias** — Cooperação financeira da União para publicação de entre 10 a 20 livros-texto básicos do ensino superior, a nível de graduação e pós-graduação, em cada uma das áreas prioritárias de Saúde, Engenharia e outras de natureza tecnológica, assim como nas de Economia e Administração. Cr\$ 110 milhões.

● **Projeto Integração** — Criação de mecanismo de coordenação, em nível nacional, dos programas sistemáticos de provimento de estágios aplicados para os alunos dos setores prioritários de Engenharia e outras áreas tecnológicas, Economia e Administração. Execução coordenada com as iniciativas de integração universidade-indústria e de escola-emprésa existentes, de forma complementar ao projeto Rondon e outras iniciativas existentes.

● **Programa de Monitores** — (tempo integral de estudantes) — Para efeito de integração do estudante na Universidade, criação de programa sistemático de bolsas de monitores para estudantes (com a meta inicial de 1 000 monitores) em regime de 30 horas semanais, em magistério, estudo e pesquisa. Ênfase nos setores prioritários de Saúde (especialmente Medicina), Engenharia e outras profissões tecnológicas.

● **Centros Regionais de Pós-Graduação** — Implantação, até 1973, de um sistema nacional de Centros de Pós-Graduação, concebido em termos de atendimento regional (e não de unidades estaduais ou locais) e que elimine séria deficiência, existente no Brasil, no que concerne à formação de recursos humanos de alta qualificação tanto para o campo da pesquisa quanto para o do magistério superior. A ação conjungada do CNPq, CAPES e BNDE-FUNTEC, com apoio ainda

do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, assegurará os recursos para a execução do programa (da ordem de Cr\$ 250 milhões), no quadriênio.

● **Nôvo Programa de Alfabetização de Adultos** — Ampliação e fortalecimento do programa nacional, de modo a reduzir-se até 1973 — com o esforço integrado da União, dos Estados e das próprias comunidades — o número de analfabetos do País, na faixa de 15 a 35 anos prioritariamente, de 7 para 3,5 milhões. Cr\$ 110 milhões.

● **Treinamento de Mão-de-Obra Qualificada** — Preparação de mão-de-obra, por meio de treinamento intensivo, para os diferentes setores da atividade econômica, com base na experiência do Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra (PIPMO). Para o período 1970/73, a meta é formar 40.000 trabalhadores para o setor agropecuário e 450.000 para o setor industrial. Cr\$ 64 milhões.

● **Implantação do Sistema Avançado de Tecnologia Educativa (SATE)** — Criação de sistema integrado de televisão e rádio para a Educação, nos níveis primário, médio e superior, atendendo à educação formal, à educação permanente, ao treinamento de professores e à integração da população de todas as regiões à cultura nacional. Montagem em duas etapas: estabelecimento de uma rede básica de estações, inclusive com a coordenação das iniciativas já existentes; e criação da futura rede integrada nacional, com base em estudo de viabilidade que consideraria as diversas alternativas tecnológicas (formas convencionais ou satélite para a educação).

Outros Projetos Prioritários

● **Programa de Equipamento dos Centros Avançados** — Cr\$ 250 milhões.

● **Treinamento de Professores para o Ensino Primário e Normal; Treinamento de Professores para o Ensino Médio** — Cr\$ 140 milhões.

● **Programa Integrado de Assistência ao Estudante** — Mecanismo de Financiamento da Educação e Cultura, para ampliação das oportunidades de acesso à educação formal e informal. — Cr\$ 500 milhões.

- Programa de Integração das Universidades nas Comunidades.
- Implantação e Desenvolvimento das Carreiras de Curta Duração.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PROJETOS DO GRUPO I (Programa Geral)

- Programa de Implantação do Tempo Integral de Pesquisadores em Instituições de Pesquisa — Em moldes análogos aos do magistério superior, estabelecimento de sistema de remuneração que permita a progressiva implantação do tempo integral de cientistas e tecnólogos nas principais instituições de pesquisa, em nível federal.
- Ampliação do Corpo Científico Brasileiro — Ampliação substancial do número de bolsas de pós-graduação, com prioridades para os setores de Química, Física, Matemática, Geologia e Agricultura. Meta para o quadriênio: 12 000 novas bolsas: Cr\$ 140 milhões.
- Programa Intensivo de Pós-Graduação, nos setores ligados ao desenvolvimento tecnológico — Seleção dos melhores alunos de 200 unidades de ensino superior, no Brasil, para assegurar-lhes ensino pós-graduado nos 20 melhores cursos de pós-graduação no País, em setores de desenvolvimento tecnológico. Em complementação, nas áreas ainda não atendidas do território nacional, expansão do programa de doutoramento e estágios práticos no exterior, dentro da orientação de enviar os melhores alunos egressos dos centros de pós-graduação brasileiros, em setores prioritários, para os melhores centros de treinamento no exterior. Articulação com a empresa privada, para fins de financiamento e garantia de oportunidade de emprêgo no regresso do bolsista ao Brasil.
- Criação, pelo Governo Federal, do Centro de Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento, para utilização de novos métodos de "management" e programação no que concerne à formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento.
- Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas — Implantação em esquema coordenado através do MIC (INT), CNPq, MRE e MPCG, inclusive levando em conta a viabilidade da criação de um Banco de Patentes.

● **Pesquisas sobre Nutrição Humana** — Implantação de um Centro de Referência e Informação, como base para a realização de estudos sobre nutrição humana, principalmente infantil (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto).

● **Estudo Geoquímico sobre a Formação de Solos em Condições Tropicais** — Conhecimentos dos processos e mecanismos da decomposição de rochas e formação de solos em condições tropicais e avaliação do comportamento dos macro e microelementos nesses processos, para utilização principalmente na agricultura (Instituto de Geociências da UFRJ, com a colaboração técnica da Universidade de Manchester).

● **Pesquisas sobre Fertilização de Solos** — Determinação das condições adequadas de adubação, especialmente para as culturas de feijão, milho, soja, trigo, amendoim e algodão, na região Centro-Sul (Programa patrocinado pelo BNDE e a Associação Nacional para a Difusão de Adubos).

● **Pesquisas sobre Apatitas de Araxá** — Melhor aproveitamento das grandes reservas existentes na região mediante o equacionamento de dois tipos de problemas básicos: concentração do minério e produção de fósforo elementar (Financiamento do BNDE, em convênio com o BDMG).

● **Pesquisas sobre Xisto Betuminoso** — Determinação da viabilidade de processos industriais para a extração do óleo e aproveitamento integral do enxófre (Instituto de Química da UFRJ).

Outros Projetos Prioritários

- **Pesquisas sobre Tecnologia de Alimentos.**
- **Sistema de Centros Regionais de Pós-Graduação.**
- **Utilização do Potencial Científico da Academia Brasileira de Ciências.**
- **Pesquisas em Ciências dos Materiais.**
- **Pesquisas em Produtos Naturais Orgânicos.**

- **Intensificação do Intercâmbio Científico no País e com o Exterior.**
 - **Pesquisas em Oceanografia e Geofísica do Fundo dos Mares.**
 - **Laboratório de Semicondutores.**
 - **Pesquisas sobre Permeação de Gases.**
 - **Pesquisas sobre Polímeros.**
 - **Núcleo de Pesquisas de Eletrônica Aplicada à Biologia.**
 - **Técnicas de Combate Biológico.**
 - **Instituto Agronômico de Campinas: Programa Ampliado de Pesquisas.**
 - **Formação de Pastagens.**
 - **Programa Ampliado de Pesquisas do IPEAS — M.A.**

PROJETOS DO GRUPO II (Programas Especiais)

Programa Nuclear (além da implantação da I Central Nuclear, apresentada no Programa de Energia):

- **Tecnologia de Reatores e de Materiais Nucleares** — Expansão e atualização das equipes nacionais especializadas, no domínio adequado das técnicas de desenvolvimento, produção e utilização de materiais nucleares e reatores de potência. Metas para o período: implantação de uma Usina-Pilôto para cerâmica nuclear e de um Laboratório para Materiais Nucleares Especiais; desenvolvimento da tecnologia de fabricação de elementos combustíveis para estudos de física de reatores e para reatores de pesquisas; montagem de uma Usina-Pilôto de água pesada; incentivos às indústrias interessadas na engenharia nuclear: formação de equipes de especialistas em metalurgia aplicada à engenharia nuclear.

- **Intensificação da Pesquisa de Recursos de Urânio** — Intensificação das pesquisas de Urânio, com prioridade nas bacias sedimentares (Piauí, Maranhão, Poços de Caldas, Paraná, São Francisco, Tucano-Sergipe, Tremembé-Taubaté). Cr\$ 110 milhões (com recursos do Impôsto Único sobre Combustíveis).

- **Desenvolvimento das Aplicações da Energia Nuclear na Agricultura** — Estabelecimento de um Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), em Piracicaba, com ampliação das pesquisas para aplicação da energia nuclear no tocante à fertilização de solos, nutrição vegetal, bioquímica vegetal, radioisótopos.

Programa Espacial

- **Sensores Remotos** — Instalação de sensores remotos (primeiramente com emprêgo de aeronaves e posteriormente com a utilização de satélites) sobretudo para identificação de recursos do solo, minerais e do mar, bem como para informações nas áreas de meteorologia, geologia e outras.
- **Sistema Avançado de Comunicação em Educação** (ver os projetos de Educação).
- **Formação de Analistas de Sistemas** — Consolidação do Núcleo de Análise de Sistemas da GOCNAE, para aplicação no campo da administração, no setor público e no setor privado.

SAÚDE E SANEAMENTO

- **Erradicação de Doenças Endêmicas Transmissíveis** — Cr\$ 330 milhões.
- **Integração dos Serviços Públicos de Saúde** — Melhoria da produtividade dos serviços públicos (federais, estaduais e municipais) de proteção e recuperação da saúde, mediante sua progressiva e efetiva integração, regionalmente hierarquizada e diversificada. A expansão da rede de unidades locais médico-sanitárias, com assistência financeira e técnica do Governo Federal, constituirá o instrumento operacional básico do programa.
- **Política Nacional da Criança** — Assistência materno-infantil às classes de baixa renda, em áreas prioritárias, de modo a assegurar-lhes, principalmente: melhoria de nutrição, vacinação básica e assistência dentária.

● **Programa Nacional de Medicamentos Básicos** — Para assegurar efetividade aos programas de proteção e recuperação da saúde, a redução substancial do custo de medicamentos considerados essenciais tornar-se-á viável não só por meio da produção em maior escala por parte dos laboratórios de propriedade governamental, como também de maior articulação com a indústria farmacêutica privada e incentivos especiais a lhe serem concedidos.

● **Contrôle da Poluição Ambiental** — O programa visa a assegurar condições efetivas de contrôle da poluição de águas e da atmosfera, através de ação conjugada das agências governamentais competentes, nas diferentes esferas político-administrativas. Os instrumentos operacionais a serem implantados deverão estar apoiados em eficiente estrutura de fiscalização, principalmente nas grandes regiões metropolitanas do País.

● **Programa de Tempo Integral para Médicos Sanitaristas e outros profissionais e técnicos na área de saúde**, nos moldes do programa de tempo integral do magistério superior.

● **Intensificação da Pesquisa Médica**, dirigida, particularmente, para o campo das doenças que constituem entrave ao desenvolvimento nacional.

● **Programa de Interiorização de Médicos.**

● **Mecanismo Financeiro de Saneamento** — Sua consolidação, mantido o regime de financiamento amortizável pelas comunidades beneficiárias, com as adaptações regionais e locais adequadas, visando-se, no quadriênio, ao suprimento de água potável a mais 20 milhões de habitantes urbanos. A meta, na década de 70, é atender cerca de 80% da população urbana com serviços de água e de 50% com serviços de esgotos sanitários. Cr\$ 11 300 milhões de dispêndios públicos (federais, estaduais e municipais).

● **Combate à Erosão e a Inundações** — Articulação dos organismos federais e estaduais, para a realização de amplo programa de contrôle da erosão e inundações, em áreas geográficas de maior interesse para o desenvolvimento do País. Meta para o período de 1970/73: contrôle de inundações e da erosão em cidades com população conjunta de 15 milhões de pessoas, além de trabalhos de recuperação em 150 bacias hidrográficas.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

● **Programa Nacional de Mecanização Agrícola**, com prioridade nas áreas de relativa escassez de mão-de-obra e terra. Meta para 1973: 120 000 tratores em operação (contra 80 000 em 1969). Cr\$ 990 milhões.

● **Programa Nacional de Fertilizantes, Defensivos e Corretivos** — Mediante o fortalecimento da indústria nacional do setor e de medidas de estímulo financeiro e creditício aos usuários, dever-se-á alcançar o nível de consumo, para 1973, de 330 000 t (adubos nitrogenados), 540 000 t (adubos fosfatados) e 360 000 t (adubos potássicos).

● **Nôvo Programa de Pesquisa e Experimentação** — Desenvolvimento de novo programa intensivo e integrado (órgãos federais e estaduais, em colaboração com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) de pesquisas agrícolas, concentrado nas culturas de trigo, milho, feijão, soja, cacau, café, cana-de-açúcar, amendoim. Criação do Fundo de Pesquisa Agrícola. Cr\$ 240 milhões.

● **Plano Nacional de Sementes Melhoradas** — Implantação de projeto, já aprovado, para substancial elevação da proporção de sementes melhoradas no total de sementes plantadas, no que se refere às principais culturas agrícolas. Meta de 604 mil toneladas de sementes melhoradas (oito principais culturas) a serem utilizadas em 1975. Cr\$ 180 milhões (1970/1975).

● **Desenvolvimento da Pecuária de Corte na Região Centro-Sul** — Elevação dos níveis de produção e produtividade de fazendas selecionadas de criação de corte, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Metas: duplicação da produção de carne por hectare, no período de dez anos. Cr\$ 315 milhões.

● **Desenvolvimento da Pecuária de Corte na Região Leste** — Programa semelhante, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Atendimento pelo projeto de 1 560 fazendas (empréstimos integrais de capitalização), 3 500 (empréstimos parciais) e 1 560 (empréstimos para operação). Cr\$ 225 milhões.

● **Combate à Febre Aftosa** — Implantação de projeto, já aprovado, para vacinação maciça e periódica de bovinos nas regiões Sul e Leste (sete Estados). Meta: 32 milhões de bovinos sob controle. Cr\$ 119 milhões.

● **Modernização da Industrialização e Comercialização das Principais Bacias Leiteiras** — Fortalecimento da Indústria e da comercialização do leite, aproveitando-se a experiência do PLAMAM. Objetivos: aglutinação das cooperativas, para aumento da produtividade; reaparelhamento das usinas existentes; construção de quatro fábricas de laticínios nas bacias leiteiras de São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte. Cr\$ 145 milhões.

● **Construção de Terminais Pesqueiros** — Implantação da primeira etapa, compreendendo os portos de Niterói, Santos e Rio Grande. Cr\$ 160 milhões.

● **Plano Nacional de Irrigação** — Implantação dos projetos prioritários do Plano (primeira etapa): a) Baixo Jaguaribe (Ceará), com 16 000 hectares irrigados; b) Bebedouro, no Vale do São Francisco (26 000 ha); c) Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte (27 000 ha); d) Camacuã, no Rio Grande do Sul (50 mil ha); e) aproveitamento integral, para irrigação, dos açudes construídos pelo DNOCS. Cr\$ 506 milhões (com possibilidade de substancial aumento).

● **Eletrificação Rural** — Implantação de projeto, já aprovado, em esquema conjugado do INCRA e da ELETROBRAS, com base em cooperativas de beneficiários. Meta para o quadriênio: implantação de 23 mil km de linhas de transmissão em 340 municípios. Cr\$ 280 milhões.

● **Sistema Integrado de Estradas Rurais** — Implantação do sistema, prioritariamente, nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Mato Grosso (projetos já concluídos), para ligação das zonas de produção com os grandes troncos rodoviários. Cr\$ 150 milhões.

● **Reforma Agrária** — Implantação dos projetos prioritários nas áreas operacionais já selecionadas. Etapa preferencial para o quadriênio: a) Vale do Jaguaribe, no Ceará, com base em projeto de irrigação; b) Zona da Mata, de Pernambuco, com apoio no programa de reorganização e racionalização da agroindústria açucareira; c) Noroeste de Minas Gerais, com base em projeto de desenvolvimento financiado pelo BID. Cr\$ 410 milhões.

● **Ocupação e Aproveitamento dos "cerrados"** — Implantação de programa especial que visa à efetiva incorporação econômica da região dos "cerrados" — 2 milhões de km² no Planalto Central e no Meio-Norte. Aspectos principais: a) determinação da tecnologia agropecuária adequada a cada sub-região; b) delimitação dessas sub-regiões prioritárias para a implantação de projetos específicos; c) ênfase nas atividades de pecuária de corte; d) aprovação dos incentivos e

estímulos de embasamento do programa; e) adoção das medidas necessárias à regularização da posse da terra; f) construção da infra-estrutura de comercialização, notadamente, no referente à indústria de carne.

● **Ocupação de Espaços Vazios** — Implantação de um programa articulado de ocupação, pela colonização, dos "espaços vazios" com condições ecológicas favoráveis, de acordo com as seguintes linhas de ação: instalação de novas unidades de colonização, em terras de propriedade da União ou nos chamados "vales úmidos"; concessão de incentivos especiais à colonização de iniciativa privada; ampliação da colonização fronteiriça, com apoio nas Forças Armadas.

● **Centrais de Abastecimento** — Implantação de uma rede nacional, nos maiores centros urbanos, para reduzir custos de comercialização de produtos agrícolas ao consumidor final. Projetos prioritários para 1970/73: primeira etapa das Centrais de Pôrto Alegre, Niterói-São Gonçalo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Grande Rio de Janeiro, Manaus, Brasília, Goiânia, Curitiba, Maceió e Aracaju; projeto de ampliação da CEAGESP (Grande São Paulo). Cr\$ 350 milhões.

● **Armazenagem** — Complementação e expansão da rede de armazéns e silos (inclusive silos portuários), com implantação pioneira de um programa de armazenagem a nível de fazendas, financiado pelo BNDE. Meta para 1973: aumento da capacidade estática de armazenagem em 2 milhões de toneladas. Cr\$ 75 milhões.

● **Fortalecimento do Sistema de Extensão Rural.**

● **Programa de Desenvolvimento Florestal.**

FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL

● **Fundo de Reorganização e Modernização Industrial** — Sua criação junto ao BNDE, para atuação principalmente em relação às indústrias tradicionais. Financiamento de reorganização administrativa e da mudança de tecnologia de produção: fusões e associações de empresas; especialização em estágios do processo produtivo; reequipamento. Operação a nível de setores (por regiões) e de empresas. Cr\$ 600 milhões (na primeira fase).

● **Novas Faixas de Crédito a Médio Prazo**, inclusive para complementação industrial.

ação setorial em outras áreas

No que concerne à infra-estrutura econômica, relacionam-se, a seguir, as principais realizações programadas, para o período 1970/1973:

Na Área de Energia

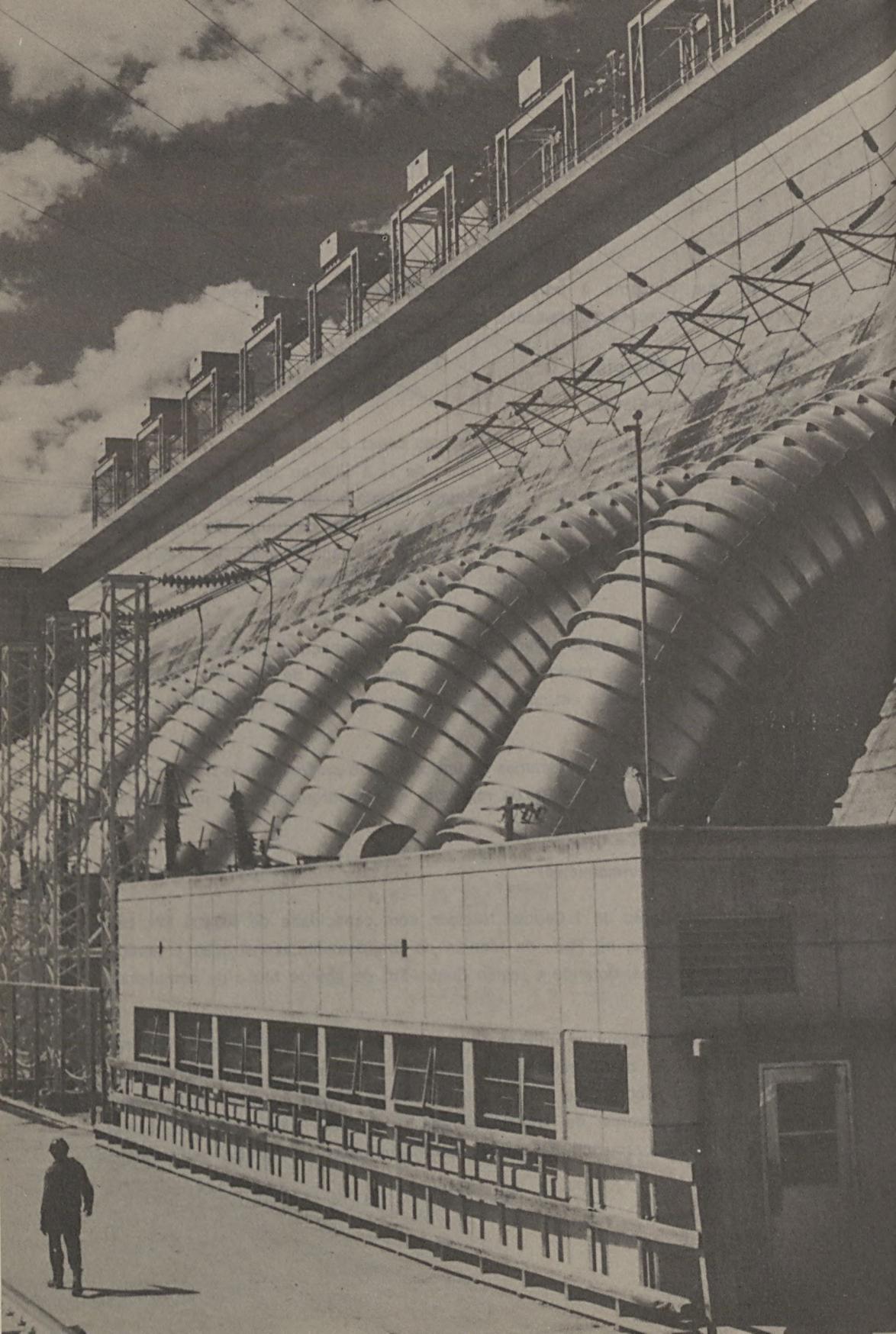
I — Energia Elétrica

Efetivação de programa de investimentos capaz de atender ao crescimento da demanda, que tende a expandir-se a taxas de 11 a 13% ao ano. Está programado o aumento de 5.500.000 kW na capacidade instalada, ou seja, mais de 50% em relação a 1969; e a construção de mais de 23.000 km de linhas de transmissão, com tensões de isolamento diversas, além da substancial expansão prevista na rede de distribuição. A execução do programa obedecerá aos seguintes critérios básicos:

- Política de tarifas segundo a fórmula do "serviço pelo custo", em condições de eficiência, de modo a implicar na observância de rigorosas prioridades na seleção de projetos e em considerável esforço de melhoria da eficiência operativa do sistema.
- Continuação dos programas de uniformização progressiva de freqüência, de interligação dos sistemas elétricos regionais e de padronização de instalações e equipamentos.

II — Energia Termonuclear

- Implantação da I Central Nuclear, com capacidade de 500.000 kW, para permitir a absorção, no País, da técnica de projetamento, construção e geração de usinas nucleares, dotando a região Centro-Sul de grande bloco de complementação térmica.
- Implementação de projetos de desenvolvimento de tecnologia de reatores; de construção de dois circuitos hidrotérmicos experimentais; de construção de uma montagem subcrítica e uma montagem crítica de água pesada; de tecnologia de materiais nucleares; de implantação de usina-piloto para dinâmica nuclear; de pesquisas de recursos de urânio, com prioridade nas bacias sedimentares do Nordeste.



ENERGIA ELÉTRICA

PRINCIPAIS USINAS GERADORAS EM CONSTRUÇÃO NO PERÍODO 1970/73



- ▲ USINA HIDROELÉTRICA
- CENTRAL NUCLEAR
- USINA TERMOELÉTRICA

III — Petróleo

Atribuição de tôda prioridade ao desenvolvimento da produção de petróleo bruto, ampliando-se, sobretudo, a exploração da plataforma continental. O objetivo é realizar grande avanço no sentido de realmente conhecer o potencial brasileiro nessa área e em outras bacias sedimentares. Ao mesmo tempo, consolidar-se-á a auto-suficiência na refinação, obtendo-se a produção, no País, de derivados de petróleo de elevado custo unitário, ainda total ou parcialmente importados.

Serão efetuados investimentos de Cr\$ 2 240 milhões na exploração, de Cr\$ 1 320 milhões no refino, de Cr\$ 740 milhões em transportes, de Cr\$ 140 milhões na distribuição e armazenamento.

No setor de xisto, os investimentos corresponderão a Cr\$ 80 milhões, prevendo-se o término da construção da usina protótipo de Iratí, como etapa para o dimensionamento da futura usina industrial.

Na Petroquímica, os investimentos da PETROQUISA e suas associadas elevar-se-á a Cr\$ 130 milhões.

IV — Carvão

Execução do programa de concentração da produção em número limitado de minas, para permitir a sua mecanização e operação em bases econômicas.

No setor de gás combustível execução dos programas de expansão de capacidade e modernização dos sistemas da Guanabara e de São Paulo. Além disso, dar-se-á apoio à implantação ou renovação de sistemas de gás canalizado nos grandes centros urbanos, estimulando-se a interiorização do consumo de gás liquefeito de petróleo.

Na Área de Transportes

I — Para consecução das metas definidas no Quadro III, realização de programa de investimentos, destinando-se Cr\$ 2 210 milhões ao Sistema Ferroviário, Cr\$ 2 750 milhões a Portos e Navegação Marítima e Fluvial, Cr\$ 5 430 milhões ao Sistema Rodoviário e Cr\$ 480 milhões ao Transporte Aéreo.

II — Dar-se-á prioridade absoluta, no Programa Rodoviário, à construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, como parte essencial do Programa de Integração Nacional.

TRANSPORTES - RODOVIAS
PROGRAMA RODOVIÁRIO
1970 / 73



Esse Programa, cuja implementação se iniciou com a promulgação do Decreto-lei 1.106/70, prevê o imediato início da construção das citadas rodovias.

A Transamazônica, implantada em transversal às bacias dos afluentes do rio Amazonas, abaixo dêste, liga-se às BR-230 e BR-232 (que, partindo de Recife e João Pessoa, respectivamente, confluem na cidade de Picos) e estende-se de Picos até Humaitá. Os trechos a implantar, compreendendo Picos-Floriano-Carolina-Estreito-Marabá-Jatobá-Altamira-Itaituba-Jacareacanga-Prainha-Humaitá, terão extensão total de 2.475 km. O primeiro estágio, de Picos a Itaituba, deverá estar concluído até fins de 1971.

Na rodovia Cuiabá-Santarém, com extensão total de 1.500 km, a prioridade será conferida ao trecho Nobres-Santarém, que integrará também o primeiro estágio do programa, para conclusão, portanto, em 1971.

As novas estradas terão conexão com a rede rodoviária do Nordeste e com as da Amazônia e do Planalto Central. Destaca-se, no Nordeste, a ligação com Teresina, que se fará por intermédio da BR-234 Pôrto Franco-Presidente Dutra-Teresina, a ser implantada, ou da BR-313, por Peritoró, que já se encontra pavimentada. Para Fortaleza far-se-á a ligação por Teresina e daí pelas BR-343, até Piripiri, e BR-222; e para as demais capitais, por Picos, pela BR-230. Com relação à Amazônia haverá entroncamento em Humaitá, com a BR-312, trecho Pôrto Velho-Manaus. No sentido de Pôrto Velho, assegura-se a ligação a Rio Branco, no Acre, e à fronteira com o Peru, pela BR-236, bem assim a Cuiabá, pela BR-364. No sentido de Manaus, fica estabelecida ligação com a Guiana e a Venezuela. A interligação com o Planalto Central far-se-á por intermédio da BR-165 e da BR-080.

III — Dar-se-á, outrossim, prioridade: no Programa Rodoviário, à execução de um conjunto de rodovias de caráter urgente, com base em Planos-Diretores Estaduais, alcançando extensão de 7.600 km, e à Rêde Rodoviária Básica do Nordeste, com pavimentação de 2.344 km; no Programa Ferroviário, ao reaparelhamento e modernização da Rêde Ferroviária Federal, abrangendo remodelação de via permanente, melhoramento de traçados e aquisição de material rodante e de tração; no Programa de Navegação Marítima, à continuação do reaparelhamento da frota mercante nacional de longo curso e de cabotagem, dentro da política de maior participação brasileira no transporte internacional; no Programa de Portos, ao reaparelhamento e modernização dos principais portos nacionais, compreendendo a dragagem, a construção de terminais especializados (cofres de carga, de sal, fertilizantes, cereais, carvão) e a ampliação das instalações portuárias. Nessa última área, acelerar-se-á o trabalho de reformulação de normas e legislação, inclusive de pessoal, para permitir a operação da navegação nacional a custos competitivos internacionalmente.

IV — Realização de Programa de Transporte Aéreo, sob a orientação do Ministério da Aeronáutica, capaz de garantir o acesso do Brasil à nova era dos vôos supersônicos e de cumprir prioridades definidas para que o País seja dotado de adequada infra-estrutura aeroportuária, atendendo à expansão de demanda do tráfego nacional e internacional e à evolução tecnológica. Objetivar-se-á o aumento da participação do Brasil no mercado internacional do frete aéreo.

Será levada a efeito a modernização e ampliação do Aeroporto Internacional do Galeão (Guanabara), com sua transformação em aeroporto supersônico. Efetivar-se-á a conclusão do Aeroporto Internacional de Brasília. Serão executados os projetos de construção de novos aeroportos internacionais em São Paulo e Manaus.

Na Área de Comunicações

I — No campo das comunicações de longa distância, prosseguir-se-á a implantação dos troncos interestaduais do Sistema Nacional de Telecomunicações, com a construção de 6.500 km de troncos em sistemas de microondas de alta capacidade, representando 130% de aumento em relação ao existente em 1969; e de 5.105 km de troncos em tropodifusão, pela primeira vez utilizados no País, e que, pela sua extensão, colocarão o Brasil em posição de destaque nesse campo.

O programa abrange os seguintes projetos principais, com aplicação de recursos financeiros, no período, de Cr\$ 1.423 milhões: Tronco Sul, interligando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Tronco Rio-São Paulo; Tronco Belo Horizonte-Recife-Fortaleza; Tronco Rio-Brasília; Tronco São Paulo-Campo Grande; Tronco São Paulo-Uberaba; Tronco Rio-Vitória, Tronco Fortaleza-São Luiz-Belém; Tronco Belém-Brasília; Tronco Belém-Manaus; Tronco Campo Grande-Rio Branco-Manaus; Tronco Manaus-Boa Vista.

Nesse mesmo campo, efetivar-se-á a ampliação da Rêde Nacional de Telex, com a instalação de 5.200 novas direções de centrais — ou seja, aumento de 100% em relação ao total existente em 1969.

II — No campo das comunicações interurbanas, expandir-se-ão os circuitos em toda a área de concessão da Companhia Telefônica Brasileira, abrangendo os Estados da Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, mediante a instalação de 11.600 novos circuitos, elevando-se o seu número de 6.954 para 18.554 — ou seja, aumento de 167%.

Será introduzido o Sistema DDD ("discagem direta à distância") nas principais localidades.

Os investimentos previstos serão da ordem de Cr\$ 232 milhões.

COMUNICAÇÕES

PREVISÃO DOS GRANDES TRONCOS DO SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES





III — No campo da comunicação urbana, que receberá alta prioridade no período, efetivar-se-ão investimentos maciços objetivando elevar substancialmente o índice de telefones (atualmente, cerca de 2 por 100 habitantes), de forma compatível com as metas do Quadro III da Parte I.

IV — No campo dos serviços postais, que só recentemente foram dotados das condições básicas para sua expansão e aumento de eficiência, com a transformação do antigo DCT em Empréesa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizar-se-á programa intensivo com prioridade para as seguintes medidas: reorganização da estrutura de pessoal e das condições de operação do antigo DCT; instalação de equipamentos para o processamento mecanizado de correspondência, nas áreas do Grande Rio e Grande São Paulo; implantação do Código Postal Brasileiro.

V — No campo das comunicações internacionais, executar-se-ão projetos de construção de um cabo coaxial telefônico submarino entre o Brasil e a Europa; ampliar-se-á o número de canais de recepção da estação terrena para comunicações via satélite; e complementar-se-á o sistema internacional de ondas curtas para canais de telefonia, telex e radiotelegrafia.

desenvolvimento industrial e mineração comércio, turismo

II.1 — DESENVOLVIMENTO DOS RAMOS INDUSTRIALIS PRIORITÁRIOS

Em capítulos anteriores, já foram definidas a estratégia do desenvolvimento industrial, as linhas de atuação e as medidas concretas para o fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. Cabe, agora, indicar as bases para o desenvolvimento dos ramos industriais prioritários, as quais assentarão nas seguintes realizações principais:

I — Execução de Programa de Expansão da Indústria Siderúrgica, compreendendo:

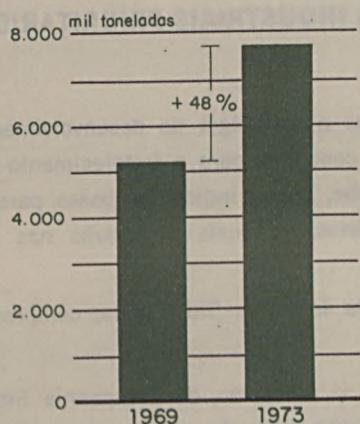
- Conclusão dos programas de expansão, já em curso, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da COSIPA e da USIMINAS para elevar-lhes a capacidade anual de produção de aço em lingotes, para a fabricação de produtos planos, de 2,40 milhões de toneladas em 1969 para 3,25 milhões em 1973, com investimentos de Cr\$ 903 milhões.
- Implementação acelerada do novo programa de expansão da capacidade de produção dessas empresas para atingir a 6,05 milhões de toneladas em 1976, com investimentos de Cr\$ 3 120 milhões, sendo que cerca de Cr\$ 2 000 milhões serão aplicados no período 71/73.
- Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes destinados à fabricação de produtos não planos, aços especiais e tubos sem costura, para elevá-la de 2,80 milhões de toneladas em 1969 para 4,46 milhões de toneladas em 1973, através da expansão de empresas existentes e conclusão de novos projetos, com investimentos de Cr\$ 1 790 milhões até 1973. Como no caso dos produtos planos, a produção de não planos será implementada com um novo programa de expansão.

Assim, a produção total brasileira de aço em lingotes deverá elevar-se de 4,95 milhões de toneladas em 1969 para 7,7 milhões de toneladas em 1973.

II — Consolidação da implantação de poderosa Indústria Química no Brasil, para que se atinjam as metas definidas no Quadro III, assim se preservando o poder competitivo da indústria nacional. Na realização do programa de investimentos, adotar-se-ão as seguintes medidas básicas:

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

SIDERURGIA AÇO (CAPACIDADE)



— Fortalecimento da indústria de fertilizantes, com implantação de projetos visando ao aproveitamento das reservas de rochas fosfatadas e de sais de potássio e de um projeto para produção de amônia com base em gás natural, bem como de uma unidade de fertilizantes complexos no Nordeste.

— Ampliação e modernização de indústria de álcalis, com o consequente aproveitamento das jazidas de sal-gema do Nordeste, especialmente das que já foram prospectadas em Alagoas.

— Apoio a projetos que objetivem a produção de enxôfre ou ácido sulfúrico com base em matérias-primas nacionais, com rejeitos piritosos de carvão, xisto e gipsita.

— Descentralização regional da indústria petroquímica, com a criação de novo pólo na Bahia.

III — Aumento global acima de 40%, entre 1969 e 1973, na produção da Indústria Mecânica, Elétrica e Eletrônica:

● Investimentos da ordem de Cr\$ 1 400 milhões para a categoria de bens de capital e de Cr\$ 2 200 milhões para bens de consumo duráveis.

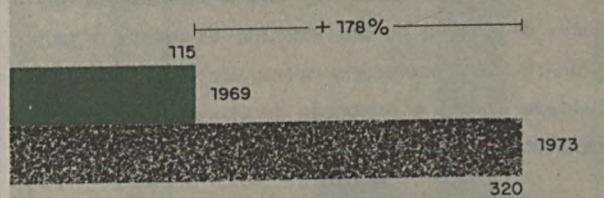
● Estratégia de desenvolvimento com base em incentivos e ação governamental que assegurem: preferência pelos produtos de fabricação nacional, sobretudo em compras governamentais; prioridade aos projetos que prevejam elaboração própria da engenharia de produto e de processo e incorporação de tecnologia importada; prioridade aos projetos que contemplam fusões e associações de empresas para obtenção de escala adequada; fortalecimento da FINAME e ampliação do prazo de financiamento de vendas de bens de capital no mercado nacional.

IV — Implementação, na Indústria de Construção, com base no mecanismo criado pelo Decreto 66 079/69, que institui Grupo de Trabalho Interministerial para a Indústria de Construção, de medidas destinadas a: montagem de sistema de acompanhamento de preços, para evitar práticas abusivas; uniformização da le-

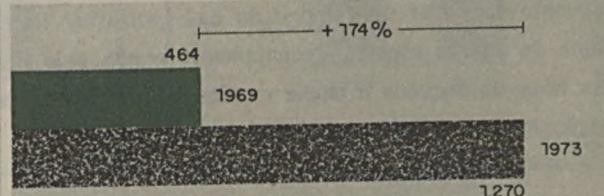
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA QUÍMICA

PRODUÇÃO | em mil toneladas

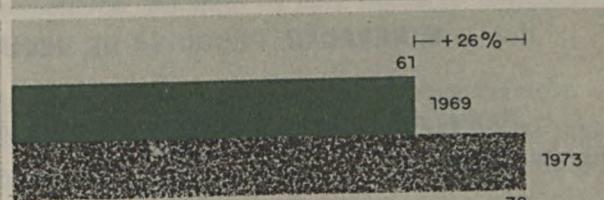
plásticos



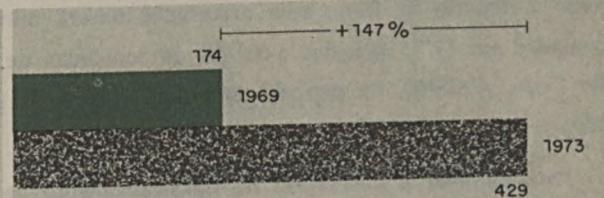
ácido
sulfúrico



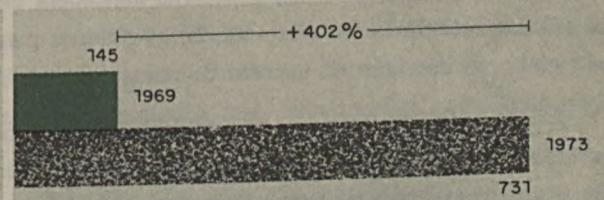
elastômeros



soda cáustica
e barrilha



fertilizantes
(P_2O_5 ; K_2O ; N)



gislação relativa às normas e especificações da indústria de construção, com vistas à racionalização das licitações para obras e serviços, aumento de produtividade da construção de habitações e obras públicas, pela melhor organização do setor.

V — Criação, nas Indústrias Tradicionais (Produtos Alimentícios, Têxtil, Vestuário e Calçados, Madeira, Bebidas, etc.), de condições para aumento da produção que se aproxime de 6% a 7% ao ano e tenda a acompanhar a expansão do PIB.

Para tanto, e tendo em vista a significação das indústrias tradicionais para o início da criação de um mercado de massa e para absorção da mão-de-obra na indústria, será necessário operar em duas linhas de frente, a saber: expansão do mercado interno e promoção de exportações, passando-se inclusive a investir para exportar.

Revela-se indispensável a implementação do sistema de crédito para apoio ao aumento do poder de competição das Indústrias Tradicionais, por intermédio da linha de crédito especial recentemente criada pelo Conselho Monetário Nacional, em favor da pequena e média empresas, e do Fundo de Reorganização e Modernização Industrial, junto ao BNDE.

II.2 — MINERAÇÃO. PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

I — Na área de Mineração, consecução das metas já definidas, para dar grande impulso ao setor.

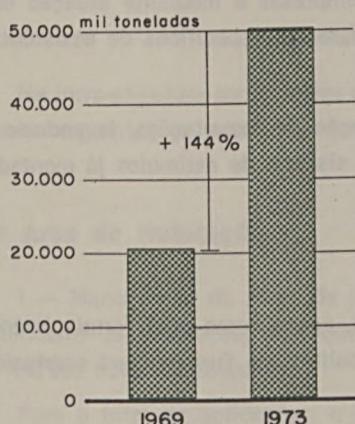
O componente mais representativo da produção mineral brasileira continuará a ser o minério de ferro, cuja exportação deverá atingir cerca de 50 000 000 de toneladas em 1973, inclusive 5 000 000 de toneladas de "pellets" da Cia. Vale do Rio Doce. A CVRD, no período, terá participação de 32% nos investimentos do setor.

Para eliminar a defasagem no desenvolvimento da mineração, no Brasil, em relação ao progresso industrial, o Governo concederá incentivos à sua expansão, a exemplo do recente Decreto-lei 1 096/70, que elevou para 20% a quota de exaustão para efeito de desconto no imposto de renda.

II — Na área de Pesquisa de Recursos Minerais, orientação da ação governamental no sentido de dinamizar a execução do Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, bem como propiciar maiores facilidades ao setor

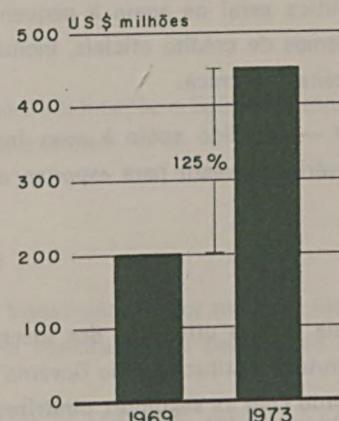
MINERAÇÃO

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO



MINERAÇÃO

EXPORTAÇÃO DE MINERAIS



privado, para que possa desenvolver-se, por meio da nova legislação consubstancializada no Código de Mineração de 1967.

Como instrumento importante da aceleração do programa, já iniciou operações a Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que passará a participar da nova fonte de recursos, de destinação recente, correspondente a Cr\$ 220 milhões no período: 2% do Imposto Único sobre Combustíveis.

II.3 — COMÉRCIO. TURISMO

COMÉRCIO

Pela sua natureza, figura o comércio entre os principais fatores de produção de bens e serviços, nos estágios de comercialização e distribuição. Nesse campo, a condução da política obedecerá orientação que compreenderá, principalmente:

I — Prosseguimento do importante esforço, que se acentuou na última década, de evolução para formas mais eficientes de comercialização de produtos agrícolas

e industriais (supermercados, grandes magazines, centrais de abastecimento, etc.), transferindo-se parte substancial dos aumentos de produtividade para o consumidor, sob a forma de menores margens de lucro na comercialização.

II — Fortalecimento do pequeno e médio empresário nacional do setor, dentro da política geral de apoio à pequena e média empresas e mediante atuação dos organismos de crédito oficiais, inclusive com programas específicos de assistência financeira e técnica.

III — Decidido apoio à nova fase de promoção de exportações, levando-se o empresário a investir para exportar, com base no sistema de estímulos já montado.

TURISMO

Pela correta utilização dos incentivos fiscais, assim como pelo fortalecimento da estrutura institucional do Governo no setor, a política do Turismo será conduzida de acordo com as seguintes diretrizes básicas:

I — Incrementação, quanto ao turismo internacional, da participação do Brasil nas correntes turísticas tanto de renda alta como média. Isso significa dispor de infra-estrutura de hotéis; realizar esforço de redução substancial das tarifas de transporte aéreo com a Europa e Estados Unidos; e dispor de roteiros turísticos prioritários, em nível nacional e no quadro da América Latina.

II — Intensificação das correntes turísticas internas para os roteiros turísticos prioritários, em ação conjunta com os Estados e Municípios.

III — Revisão dos critérios de aprovação dos incentivos fiscais, em consonância com as diretrizes apresentadas, tendo em vista o fortalecimento da iniciativa nacional.

infra-estrutura social: habitação, trabalho e previdência social



Na infra-estrutura social, além dos programas de Educação e Saúde-Saneamento, são as seguintes as realizações principais programadas:

Na Área de Habitação

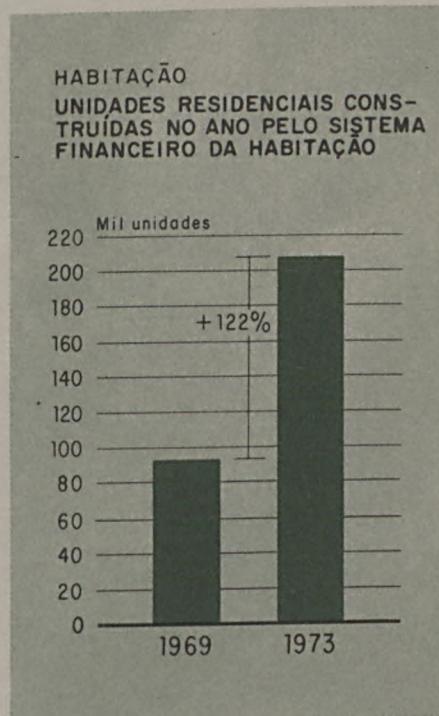
I — Manutenção do ritmo do programa de investimentos, por meio do Sistema Financeiro da Habitação, de modo a permitir a construção, no período, de cerca de 840 000 novas residências.

Para o total de aplicações, o Banco Nacional da Habitação (BNH) contribuirá com Cr\$ 6 500 milhões, a poupança induzida do setor privado com Cr\$ 3 000 milhões e o Sistema de Poupança e Empréstimo (letras imobiliárias e cadernetas de poupança) com Cr\$ 4 000 milhões.

II — Estímulos à captação de recursos pelo Sistema de Poupança e Empréstimo, para compensar a tendência a declínio dos recursos adicionais canalizados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

III — Criação de cerca de 600 000 novos empregos, no período, pelo efeito direto do Programa de Habitação e pelos efeitos indiretos, inclusive sobre as indústrias de materiais de construção.

IV — Consolidação dos mecanismos de poupança integrados no Sistema Financeiro de Habitação, para aplicação, notadamente, nos setores de Habitação, Saneamento e indústrias correlatas. Sem prejuízo da preservação da viabilidade econômico-financeira do sistema, serão corrigidas eventuais distorções no fun-





cionamento dos fundos em operação ou nos diferentes programas em execução, para compatibilização com a capacidade de pagamento das diversas classes de renda.

Na Área do Trabalho e Previdência Social

I — Efetiva participação do trabalhador brasileiro na vida da emprêsa e no processo de desenvolvimento, por meio de medidas concretas orientadas para a sua valorização, com o objetivo de torná-lo suficientemente forte, do ponto de vista econômico, para o atendimento de suas necessidades normais, e adequadamente amparado pela proteção social.

Essa atuação se exercerá principalmente nas áreas de política salarial; legislação do trabalho; educação para o trabalhador e sua família; integração dos sindicatos nos programas de Educação e Saúde; fortalecimento pela poupança do progresso econômico individual; acesso ao crédito; fortalecimento e complementação do FGTS. O Programa de Integração Social constitui, inequivocamente, um dos mais importantes instrumentos dêsse processo de valorização do trabalhador.

As principais medidas previstas são: atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (Código do Trabalho); expansão substancial do Programa de Bôlsas de Estudo (PEBE), principalmente quanto à formação profissional; alfabetização de trabalhadores por intermédio dos sindicatos; organização de cooperativas de consumo pelos sindicatos; criação de instrumentos de poupança especiais para os trabalhadores; instituição de formas de acesso do trabalhador ao crédito, para fins específicos; extensão do FGTS aos trabalhadores avulsos; e sistematização e ampliação dos estímulos ao aumento de produtividade dentro das emprêas.

II — Fortalecimento e aperfeiçoamento da unificação do sistema nacional de previdência social, por intermédio do INPS, cujo programa de benefícios, no período, deverá atingir cerca de Cr\$ 26 800 milhões (inclusive assistência médica). Tomar-se-á por base para isso o relatório do Grupo de Trabalho de alto nível que estudou a reformulação e consolidação do INPS.

As principais medidas programadas são as seguintes: extensão da assistência farmacêutica, além de aos doentes, aos beneficiários do regime da previdência social, pelo fornecimento de medicamentos básicos; definição do regime previdenciário dos servidores estaduais e municipais; definição do esquema operacional para constituição de um Fundo de Garantia do sistema de previdência, objetivando a plena execução do seu plano de custeio.

Esfôrço excepcional se fará, consoante determinações já baixadas, para humanização do atendimento do INPS na área da assistência médica, com aumento de eficiência operativa e eliminação de entraves burocráticos.

III — Extensão da previdência social a trabalhadores rurais ainda não abrangidos pela legislação vigente, para efeito de sua gradual aplicação a todos os ramos da atividade agrícola, a partir das principais agroindústrias.

IV — Execução, no campo da política nacional de mão-de-obra, dos seguintes programas principais: interiorização de técnicos, com base no Programa de Ação Experimental já em funcionamento no Estado do Rio; intensificação do treinamento de trabalhadores adultos desempregados ou sem qualificação profissional; treinamento de profissionais na indústria de construção civil; treinamento de mão-de-obra para atividades pesqueiras; modernização e ampliação da rede de agências de colocação.

desenvolvimento regional e urbano



A política nacional de desenvolvimento regional e de desenvolvimento urbano integrado compreenderá:

I — Estratégia nacional de desenvolvimento regional integrado, de acordo com estas linhas de ação:

— Integração do núcleo básico de desenvolvimento industrial-agrícola do Centro-Sul — o eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte — com as áreas próximas, abrangendo os vários Estados que participam do atual processo de industrialização e expansão agrícola e terciária dessa área. Desenvolver-se-á principalmente um conjunto de políticas setoriais coordenadas, orgânicamente, com participação do Governo Federal, Governos Estaduais e principais Governos municipais, cuidando-se do planejamento integrado das áreas metropolitanas e dos principais centros urbanos, assim como da hierarquização urbana dentro da região.

— Desenvolvimento das regiões Nordestina e Amazônica por meio dos instrumentos já em vigor, ficando a infra-estrutura econômica e social, basicamente, a cargo do setor público, e atribuindo-se aos setores diretamente produtivos (Indústria, Agricultura) os poderosos estímulos dos incentivos fiscais do sistema 34/18 (Imposto de Renda).

— Apoio ao crescimento acelerado de importantes áreas (a exemplo do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo), cujo ritmo foi entorpecido pelo processo de industrialização do Centro-Sul ou cujos setores dinâmicos experimentaram recente debilitamento.

Mediante a aprovação de planos estaduais relacionados com a distribuição do Fundo de Participação e do Fundo Especial, evoluir-se-á, gradativamente, para a articulação das decisões federais e estaduais, de modo a completar-se o elenco de meios pelos quais se efetivará a política de desenvolvimento regional integrada.

II — Estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, na próxima década, tendo como objetivos básicos o crescimento do produto regional acima da 7% ao ano; o equacionamento do problema do emprégo, pela ampliação de oportunidades nas zonas urbana e rural e pela expansão da fronteira agrícola, dentro e fora da região; o equacionamento do problema da região semi-árida, pela elevação da produtividade da mão-de-obra empregada e pela montagem de uma infra-estrutura

agrícola resistente às sécas, significando, inclusive, a sua transformação em economia de mercado, com a criação de empresas agrícolas; e o encaminhamento do problema social, reduzindo-se as dramáticas disparidades de renda e preparando-se o homem nordestino para o trabalho a níveis razoáveis de eficiência.

Aquela estratégia deverá apoiar-se, pelo menos, nas seguintes frentes de atuação:

1) Continuação do programa acelerado de investimentos do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios com atividades destacadas na área (Interior, Transportes, Minas e Energia, Educação, Saúde), num total de Cr\$ 4 800 milhões no período 1970/1973 (a preços de 1970); e do programa de transferências da União para os Estados e Municípios do Nordeste, pelo Fundo de Participação e do Fundo Especial, no montante de Cr\$ 2 000 milhões no mesmo período.

2) Prosseguimento do programa de industrialização, que deverá absorver a quase totalidade dos incentivos fiscais, estimados em Cr\$ 2 800 milhões no período 1970/1973. Em colaboração com a SUDENE, já se está preparando a programação do fluxo de caixa para os próximos anos, a fim de assegurar-se pleno atendimento aos projetos prioritários para a indústria do Nordeste.

3) Robustecimento da Agricultura da região, por meio dos instrumentos já indicados, inclusive da primeira etapa de implantação do Plano de Irrigação do Nordeste, já incluída no Programa de Integração Nacional.

4) Fortalecimento e reorganização da agroindústria canavieira, por intermédio do GERAN, com execução imediata dos projetos de racionalização já elaborados.

5) Integração da política de fortalecimento da Agricultura do Nordeste com o Planalto Central e a Amazônia, no contexto do Programa de Integração Nacional, tendo como principal instrumento a construção da Transamazônica, com a simultânea implantação do programa de colonização e reforma agrária ao longo de seu traçado.

III — Execução de política de consolidação de ocupação da Amazônia e da sua integração crescente na economia nacional, com prioridade para, de forma compatível com o fortalecimento da atuação do setor privado: consolidação da infra-estrutura econômica da região (implantação da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de penetração e integração, combinadas com projetos de colonização; construção da rede de aeroportos; implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia); desenvolvimento da pecuária e outras áreas do setor primário de melhor potencial na região; intensificação da pesquisa e da exploração de recursos minerais; fortalecimento da Zona Franca de Manaus.

Está programada a efetivação de investimentos diretos do Governo Federal, na Amazônia (1970/1973), no valor aproximado de Cr\$ 944 milhões, e a realização de

transferências para Estados e Municípios da região (Fundo de Participação, Fundo Especial, Fundo Rodoviário, Fundo de Eletrificação, etc.) na ordem de Cr\$ 1 566 milhões, assim como a concessão de incentivos fiscais ao setor privado, principalmente através do impôsto de renda, de Cr\$ 1 000 milhões (exclusive contrapartida de recursos próprios e sem inclusão do PIN).

IV — Desenvolvimento das principais Regiões Metropolitanas do País, notadamente o Grande-Rio e o Grande-São Paulo. Revigoramento da estrutura de decisões em nível municipal, mediante a realização dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado.

O principal instrumento desse revigoramento é o Programa de Ação Concentrada (PAC), do Ministério do Interior, que abrange em sua primeira etapa cerca de 450 municípios, representando aproximadamente 2/3 da população urbana do País.



V.1 — JUSTIÇA

No exercício de suas atribuições, como órgão político do Governo, incumbido de zelar pelo entendimento harmônico entre os Poderes, pela preservação da ordem jurídica, pelos direitos políticos e pelas garantias constitucionais, competirá ao Ministério da Justiça, no período, a iniciativa, entre outros, dos seguintes projetos e medidas:

I — Revisão ou elaboração de Códigos, a saber: Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código de Navegação, Código de Contravenções, Código de Execuções Penais, Código do Trabalho, Código de Processo do Trabalho, Lei Geral da Aplicação das Normas Jurídicas.

II — Leis Complementares da Constituição e Regulamentação de Dispositivos Constitucionais, destacando-se: lei complementar sobre Regiões Metropolitanas; lei complementar sobre criação de Municípios; lei complementar sobre criação de Estados e Territórios; lei complementar sobre remuneração de vereadores; e regulamentação da Representação do Procurador-Geral da República para declaração de inconstitucionalidade de lei.

III — Ampliação dos órgãos judicantes de primeira instância da justiça do trabalho, em face do desenvolvimento industrial e agrícola dos últimos anos.

IV — Consolidação da Justiça Federal de Primeira Instância.

V — Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, reorientando as suas atribuições e dotando-o de pessoal e equipamento especializado.

V.2 — RELAÇÕES EXTERIORES

Incumbirá ao Itamarati continuar a desenvolver esforços a fim de que sejam reformadas as regras do comércio internacional, de forma que os países em desenvolvimento, como o Brasil, possam vir a usufruir de parcela justa e equitativa de seus benefícios.

Para tanto, realizar-se-á a tarefa de articulação, quer no âmbito interamericano, quer fora dêle, a fim de conjugar-se a vontade política do País e sua consciência dos problemas que enfrenta com a consciência e vontade política de nações que se encontram em situação semelhante à sua.

Por meio de contatos bilaterais e multilaterais e ação coordenada do Governo, buscar-se-á assegurar que a cooperação externa se ajuste às nossas prioridades econômicas, se adapte a nossos planos, tenha continuidade e obedeça a condições e modalidades operativas consentâneas com sua função aceleradora do desenvolvimento.

Adotar-se-ão, por outro lado, medidas tendentes a fazer com que a captação de informações científicas e tecnológicas se amolde aos imperativos, prioridades e objetivos de nosso processo de desenvolvimento.

Entre as metas a serem alcançadas no período 1970/1973, contam-se:

I — Programação e execução, no plano externo, de atividades vinculadas diretamente ao desenvolvimento do País, mediante:

— Diretrizes de ação que articulem a programação e execução de atividades no plano externo à geração e canalização de recursos para os setores de prioridade nacional.

— Esforços para a revisão em profundidade da estrutura do sistema econômico internacional, a fim de atender-se de modo mais efetivo às conveniências do desenvolvimento nacional. Isso se fará por meio de ação bilateral ou multilateral; neste caso, por atuação, coordenada com outros órgãos da administração, em organismos internacionais — UNCTAD, GATT, FMI, Banco Mundial —, em organismos interamericanos — CIAP, CIC, CIES —, em organismos regionais — CECLA, ALALC.

II — Conjulação dos elementos indicados em função das grandes prioridades estabelecidas, objetivando a expansão do valor das exportações a ritmo anual que corresponda às necessidades da economia; canalização, disciplinamento e orientação do influxo de investimentos estrangeiros, públicos e privados; aceleração do processo de transferência e incorporação da tecnologia; e maior participação da bandeira brasileira no transporte de seu comércio e contenção substancial de dispêndios nos itens "serviços" e na conta de "invisíveis" do balanço de pagamentos.

A colimação desses resultados requererá, além de medidas de âmbito interno, que os princípios e as recomendações acordadas em foros internacionais, tais como no Consenso de Viña del Mar, na VIII Reunião Extraordinária do CIES, nas conferências UNCTAD I e UNCTAD II, no GATT e na FAO, se traduzam em ações concretas.

III — Medidas de reformulação da instrumentação administrativa e de programas internos a serem adotados isoladamente ou em cooperação com outros órgãos governamentais:

— Manutenção dos estímulos às exportações, mediante incentivos e alívio da carga tributária, em especial no tocante a empresas nacionais.

— Plena articulação e coordenação entre os órgãos internos que tratam de matérias com repercussão no exterior, com vistas à unidade de atuação do País a esse respeito.

— Cooperação técnica multilateral e bilateral, implantação definitiva do mecanismo de coordenação interna previsto no Decreto 65 476, de 1969 e, concomitantemente, aparelhamento das Missões Diplomáticas para que sejam instrumentos de captação de informações sobre novos métodos tecnológicos e evolução científica em geral.

— Adaptação da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a possibilitar o pleno desempenho das incumbências a ele atribuídas no plano de Governo.

projetos prioritários nas diferentes áreas

VI

(Com aplicações previstas no período 1970/1973, a preços de 1970).

VI.1 — INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

ENERGIA

Energia Elétrica

● **Implantação da I Central Nuclear** — Capacidade de geração de 500.000 kW, com localização do projeto na região de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Início da construção em 1971, para conclusão em 1976. Cr\$ 236 milhões (CNEN-ELETROBRÁS).

● **Usinas de Jupiá e Ilha Solteira** — Conclusão da Usina de Jupiá (1.200.000 kW) e continuação da Usina de Ilha Solteira (3.200.000 kW). O complexo de Urubupungá, constituído das duas usinas, destina-se à capacidade total de 4.600.000 kW. Cr\$ 90 milhões e Cr\$ 920 milhões, respectivamente.

● **Usina de Marimbondo** — Prosseguimento da construção, para alcance da potência final de 1.400.000 kW de capacidade de geração. Localizada na bacia do rio Grande (limite dos Estados de São Paulo e Minas Gerais), destina-se a ampliar a oferta de energia elétrica na região Centro-Sul; será ligada aos principais mercados consumidores por um sistema de transmissão que operará em 500 kV, tensão utilizada pela primeira vez na América Latina. Cr\$ 311 milhões.

● **Usina de Salto Osório** — Construção da primeira etapa, que ampliará em 612.000 kW a potência instalada na região Sul (a Usina utilizará fontes hidráulicas do rio Iguaçu). Com capacidade final prevista para 948.000 kW, demandará investimentos totais de Cr\$ 528 milhões, dos quais Cr\$ 239 milhões serão aplicados em 1970/73.

● **Usina de Passo Fundo** — Conclusão das obras para produção de 220.000 kW.

● **Usina de Passo Real** — Conclusão da primeira etapa (125 000 kW). A construção da Usina (250 MW ao todo) ampliará inclusive a capacidade da Usina de Jacuí, proporcionando em conjunto cerca de 1.200 milhões de kW.

● **Usina de Moxotó e Ampliação de Paulo Afonso** — Construção da barragem e início de construção da Usina de Moxotó (600.000 kW) conjugadamente com a ampliação (mais 3 unidades de 200.000 kW cada) da Usina de Páulo Afonso (Paulo Afonso IV). Os dois empreendimentos são imprescindíveis para assegurar o pleno atendimento da demanda de energia elétrica no Nordeste, a partir de 1972/73. Cr\$ 241 milhões.

● **Sistema de Boa Esperança (COHEBE)** — Conclusão da Usina General Humberto de Alencar Castello Branco (complementando-se a potência com mais 52.000 kW) e ampliação do sistema de transmissão, para atendimento às Capitais do Piauí e Maranhão e mais 30 municípios. Cr\$ 18 milhões.

● **Integração Elétrica da Capital Federal** — Construção de um conjunto de linhas de transmissão (345 e 230 kV), para ligar os sistemas geradores da região Centro-Sul com os das Centrais Elétricas de Goiás e da Cia. de Eletricidade de Brasília, o que é indispensável para a segurança e continuidade do abastecimento da Capital Federal. Cr\$ 72 milhões.

● **Usina de São Simão** — Desenvolvimento das obras de construção, para mais rápida conclusão da primeira etapa (990.000 kW). A potência global será de 1.320.000 kW e beneficiará preferencialmente os mercados do Centro-Oeste (Oeste de Minas Gerais e Goiás). Cr\$ 36 milhões.

● **Atendimento dos Núcleos de Desenvolvimento da Região Amazônica** — Cr\$ 277 milhões.

Outros Projetos Prioritários

● **Usina de Itaúba (500.000 kW)** — Cr\$ 43 milhões.

● **Usina de Xavantes (400.000 kW)** — Cr\$ 27 milhões.

- **Usina de Jaguara** (472.000 kW) — Cr\$ 68 milhões.
- **Usina de Volta Grande** (400.000 kW) — Cr\$ 173 milhões
- **Usina de Pôrto Colômbia** (320.000 kW) — Cr\$ 315 milhões.
- **Usina de Promissão** (200.000 kW) — Cr\$ 280 milhões.

— Petróleo

- **Exploração da Plataforma Submarina** — Intensificação da exploração da Plataforma Continental Brasileira, cujas possibilidades petrolíferas, reveladas por estudos em desenvolvimento, abrem perspectivas para crescente suprimento de petróleo bruto ao mercado nacional. Metas para o quadriênio: a) 75% dos detalhes sísmicos e teste de 50% de uma área prospectável que mede 840 mil quilômetros quadrados; b) perfuração de 100 poços exploratórios. Cr\$ 829 milhões.
- **Refinaria do Planalto Paulista** — Conclusão da execução do projeto, que acrescerá 126 000 barris/dia à capacidade de refino do País. O projeto compreende ainda a construção de um oleoduto (226 km) para suprimento de óleo à refinaria. Cr\$ 585 milhões (conclusão das obras em 1971).
- **Modernização e Ampliação da Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão)** — Instalação de uma unidade de craqueamento catalítico e de uma unidade de produção de enxôfre (45 toneladas/dia). A modernização da Refinaria propiciará concomitante aumento da capacidade de refino (mais 45 000 barris/dia). Cr\$ 264 milhões (conclusão em 1972).
- **Ampliação da Refinaria de Duque de Caxias** — Construção da Unidade de Lubrificantes (capacidade para 4 600 barris/dia), baseada na construção de mais uma unidade de destilação, dimensionada para 45 000 barris/dia de óleo (a capacidade total de refino passará de 157 para 202 mil barris/dia). Cr\$ 155 milhões (conclusão em 1971).
- **Aproveitamento do Xisto do Iratí** — Implantação de uma Usina Protótipo, para demonstrar, em equipamentos de dimensões

industriais, as condições de aproveitamento do xisto do Iratí, na região de São Mateus do Sul (Paraná). A Usina poderá iniciar a operação em 1971. Cr\$ 76 milhões.

- **Ampliação da Refinaria Gabriel Passos.**
- **Ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini.**

Carvão

● **Mecanização das Minas de Carvão de Santa Catarina** — Implantação de um sistema mecanizado nas principais minas de carvão do Estado e consequente encerramento de atividade das minas antieconómicas. O dimensionamento mínimo econômicamente admissível deverá situar-se em 15 000 toneladas. O Governo estimulará a execução do programa com incentivos de crédito, garantia de mercado, etc., sem, contudo, deixar de considerar suas implicações sociais, com vistas ao desenvolvimento de atividades que permitam a absorção da mão-de-obra na região. Cr\$ 30 milhões.

TRANSPORTES

Transporte Rodoviário

● **Programa Prioritário Nacional**, com base em Planos-Diretores Estaduais e desenvolvimento de obras que cobrem:

- implantação básica de 430 km;
- pavimentação e/ou duplicação de pistas de 12 rodovias federais e 6 estaduais, compreendendo 2 150 km;
- implantação e/ou pavimentação de 2 500 km de rodovias federais e estaduais, já com projetos de engenharia em execução;
- elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica de 4 000 km de rodovias federais e estaduais.

Investimento de Cr\$ 2 900 milhões.

● **Rodovias de Colonização da Amazônia** — Construção da BR-165, de Cuiabá a Santarém, e da Rodovia Transamazônica, pormenorizadamente descritas no texto dêste documento.

● **Rêde Básica do Nordeste** — Continuidade de implantação da rêde rodoviária básica da região, definida pelos Planos-Diretores da SUDENE e do GEIPOT. Implantação entre 1970/73 de 911 km, bem como pavimentação de 2 344 km. Cr\$ 929 milhões.

● **Ponte Rio-Niterói** — Conclusão dêsse empreendimento, de alto significado não só para a vida econômico-social da região metropolitana do Rio de Janeiro, mas também para a melhor articulação rodoviária nacional (a ponte integrar-se-á na BR-101). Cr\$ 361 milhões.

● **Ligações Pavimentadas entre Curitiba, Florianópolis e Pôrto Alegre** — Cr\$ 265 milhões.

● **Ligações Rodoviárias Internacionais** — Cr\$ 440 milhões.

Reaparelhamento Ferroviário

● **Remodelação da Via Permanente e Melhoramento de Traçados (RFF)** — O sistema ferroviário controlado pela Rêde Ferroviária Federal será remodelado em extensão de 7 000 km de linhas (28% da extensão em tráfego). Cr\$ 271 milhões.

● **Reequipamento do Parque de Tração (RFF)** — A melhoria das condições do transporte ferroviário será complementada através de amplo programa de reequipamento do parque de tração. Metas programadas: encomenda de 180 locomotivas (diesel e elétricas) e de 2 205 vagões (graneleiros, tanques, plataformas e especiais para minérios). Cr\$ 420 milhões.

● **Ligaçāo Rio/São Paulo** — Investimentos para aumentar a segurança e a velocidade dessa ligação fundamental, reduzindo o percurso a 5 horas e permitindo o uso generalizado do sistema auto-trem e de cofres de carga. Cr\$ 160 milhões.

● **Ligaçāo Apucarana-Ponta Grossa** — Cr\$ 61 milhões.

Portos e Navegação (Marítima e Fluvial)

- **Ampliação de Instalações Portuárias** — O programa prevê a conclusão, no quadriênio, de obras de ampliação em portos prioritários — Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro, Recife, Belém e Itaqui — para melhor movimentação de carga geral. Cr\$ 176 milhões.
- **Frota Mercante de Longo Curso e de Cabotagem** — Fortalecimento da política de maior participação nacional no transporte marítimo de longo curso, mediante acréscimo de mais de 1 milhão de TDW; investimentos de Cr\$ 1 367 milhões. Consolidação do programa de aumento da capacidade do transporte marítimo de cabotagem, pelo acréscimo de quase 130 mil TDW; investimentos de Cr\$ 400 milhões.
- **Terminais Especializados**: Cofres de carga, terminais de sal, açúcar, minério de ferro. Cr\$ 319 milhões.
- **Programa de Dragagem** — Cr\$ 89 milhões.

Transporte Aéreo

- **Aeroporto Internacional do Galeão** — Obras de modernização e considerável ampliação, para transformá-lo, inclusive, em aeroporto supersônico. Cr\$ 523 milhões.
- **Equipamento de Proteção ao Vôo** — Modernização desses equipamentos, com prioridade na ligação São Paulo-Rio-Belo Horizonte-Brasília, para garantir melhores condições de segurança, na medida em que se intensifica o tráfego nos respectivos aeroportos. Cr\$ 315 milhões.
- **Aeroportos Internacionais de São Paulo, Manaus e Brasília**.

COMUNICAÇÕES

- **Sistema Nacional de Telecomunicações** — Complementação e integração do sistema, em escala nacional, para possibilitar, até 1973, satisfatórias comunicações telefônicas e de outros tipos entre as principais Capitais de Estados e as maiores cidades do País. Metas

até 1973: a) construção de 6 500 km de troncos em sistemas de microondas; b) construção de 5 105 km de troncos em tropo-difusão (abrangendo a região Amazônica). Cr\$ 1 423 milhões.

● **Sistema Interurbano** — Cr\$ 232 milhões.

● **Sistema Internacional de Comunicações** — Cr\$ 49 milhões.

● **Expansão de Rêdes Urbanas de Telefonia** (sistema CTB) — O programa de expansão compreende os sistemas urbanos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais e Espírito Santo.

● **Modernização do Sistema Postal-Telegráfico** — (ECT) — O programa prevê: a) modernização e expansão da rede de telégrafos mediante instalação de sistemas automáticos de retransmissão de telegramas, construção de novas linhas, instalação de rôdes de radio-telegrafia e radiotelefonia, etc.; b) ampliação da rede de telex, estendendo-a a todas as Capitais de Estados e cidades com mais de 100.000 habitantes; c) modernização dos serviços postais, por meio, sobretudo, da instalação, nas principais cidades, de equipamentos para processamento mecanizado da correspondência.

VI.2 — INDÚSTRIA, MINERAÇÃO, PESQUISA MINERAL

INDÚSTRIA

(Lista indicativa de projetos de maior significação, apenas para efeito de informação; não significa endôssio da parte do Governo).*

● **Produção de Laminados de Aço** — Metas principais:

● **Laminados Planos** — Conclusão da ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional para 1,7 milhões de toneladas por ano de aço em lingotes e início do programa de 2,5 milhões; ampliação do programa de expansão da USIMINAS de 1,4 milhões para 1,8 milhões de toneladas por ano de aço em lingotes e conclusão do programa de expansão da COSIPA para 1 milhão de toneladas por ano de aço em lingotes e início do programa de expansão para 2,0 milhões.

— Investimentos globais de Cr\$ 2.903 milhões.

* Deixam de ser incluídos importantes projetos na Indústria Química, como o da ULTRAFERTIL e da Union Carbide, por já se ter realizado sua implantação em 1970.

● **Laminados não Planos** — Implantação de Aços Finos Piratini (R. G. Sul), para produzir 66 e 90.000 t/ano de ferro-esponja e 85.500 t/ano de lingotes, e da etapa inicial da USIBA para produzir 280.000 t/ano de tarugos — Investimentos de Cr\$ 470 milhões.

Outros projetos com investimentos da ordem de Cr\$ 1.320 milhões. Investimentos globais de Cr\$ 1.790 milhões.

● **PETROQUISA** — Fortalecimento da atuação da PETROBRAS QUÍMICA S.A. (PETROQUISA), criada para incentivar a indústria petroquímica nacional, por meio, sobretudo, de financiamento e participação societária. Até 1973, a PETROQUISA aplicará cerca de Cr\$ 350 milhões e participará de: a) Petroquímica União; b) produção de olefinas; c) Cia. Brasileira de Estireno; d) COPETRAM; e) Conjunto Petroquímico da Bahia.

● **Potássio** — Início de implantação de usina de óxido de potássio, com produção da ordem de 200.000 t/ano, utilizando 330.000 t/ano de silvinita, minério já prospectado com excelentes resultados em Carmópolis (Sergipe). Cr\$ 450 milhões (em consideração).

● **Soda cáustica** — Implantação, na Bahia, de usina para 200.000 t/ano de soda cáustica e 185.000 t/ano de cloro, a partir de salgema da região. Cr\$ 230 milhões.

● **Olefinas** — A PETROQUISA estimulará a produção, pela Petroquímica União, de olefinas e aromáticos (eteno, propileno, benzeno, tolueno, buteno, butadieno e outros produtos petroquímicos básicos). Produção global de 900.000 t, das quais 300.000 de eteno. Cr\$ 320 milhões.

● **Conjunto Petroquímico da Bahia** — Implantação de um segundo parque petroquímico brasileiro, localizado em Aratu (Bahia), com base em projeto da PETRONOSA para produzir 150.000 t/ano de eteno.

● **Ácido Sulfúrico** — Implantação de usina para 330.000 t/ano, mediante o aproveitamento dos rejeitos piritosos da mineração de carvão de Santa Catarina. Cr\$ 85 milhões.

● **Cobre refinado** — Implantação de usina para 70.000 t/ano do metal, assegurando-se auto-suficiência nacional nesse setor (projeto a ser localizado na Bahia). Cr\$ 320 milhões.

- **Cimento** — Considerável ampliação do parque produtor, com base nos seguintes projetos principais: a) Barroso (expansão, para 630.000 t/ano); b) Camargo Corrêa (implantação, para 650.000 t/ano).

Outros Projetos

- **Amônia** — Cr\$ 100 milhões.
- **Produção de Octanol e Butanol.**
- **Produção de Polipropeno.**
- **Exportação de Cavaco de Madeira e Celulose** — Cr\$ 276 milhões.
- **Produção de Pistões, Bronzinhas, Buchas e Arruelas de Encôsto.**
- **Produção de Estampos, Dispositivos, Ferramentas de Corte e Moldes para Fundição.**
- **Produção de Fibras e Fios Poliestéricos e Acrílicos para Aplicação Têxtil.**
- **Produção de Café Solúvel.**

MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAL

- **Produção e Exportação de Minério de Ferro** — Ampliação das exportações nacionais para aproximadamente 50 milhões de toneladas (inclusive 5 milhões de "pellets"), destacando-se a participação da Cia. Vale do Rio Doce (30 milhões t do minério e 5 milhões t de "pellets"). Investimentos em mineração e beneficiamento da ordem de Cr\$ 1 100 milhões, além de vultosas obras de infra-estrutura ferroviária, portuária, etc., que demandarão mais Cr\$ 1 400 milhões.

- **Mineração de Cassiterita** — Consecução, no período, de auto-suficiência em estanho, com a implantação de projeto da FERUSA, que proporcionará, inclusive, exportações de 20.000 t/ano do minério. Cr\$ 100 milhões.

- **Mineração de Amianto** — Colimação, a médio prazo, de auto-suficiência nacional, mediante a implantação do projeto da SAMA, para 15.000 t/ano. Cr\$ 55 milhões.

- **Mineração de Bauxita** — Considerável ampliação das exportações nacionais, com o projeto da Alumínio Minas Gerais S/A (localizado no Estado do Pará), que proporcionará vendas externas da ordem de 1 milhão t/ano de bauxita lavada e seca. Cr\$ 100 milhões.
- **Prospecção de Minério de Ferro** — Avaliação de grandes ocorrências de minério de ferro na região do rio Tocantins (bacias dos rios Itacaiunas e Xingu, no Pará). A abertura de nova região ferrífera de alta potencialidade é indispensável à consecução das metas de exportação de minério. Cr\$ 30 milhões.
- **Mapeamento Geológico** — Por intermédio do DNPM e da Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais, será concluído, no quadriênio, o mapeamento geológico de Goiás (recursos em níquel, cobre, cromo, amianto, etc.), área de 495.000 km²; e Bahia (recursos em cobre, chumbo, zinco, cromo), área de 200.000 km². Cr\$ 11 milhões.
- **Pesquisa de Bens Minerais para a Indústria da Construção** — Cr\$ 7,7 milhões.
- **Hidrologia da Bacia Amazônica** — Cr\$ 7 milhões.

VI.3 — INFRA-ESTRUTURA SOCIAL: HABITAÇÃO, TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

HABITAÇÃO

- **Habitações Populares Urbanas** — Construção, no período, de 219 000 unidades para famílias de baixa renda. Cr\$ 1 420 milhões.
- **Habitações "Econômicas" Urbanas** — Construção de 235 000 unidades, para famílias com renda mínima de 1,6 salários-mínimos. Cr\$ 2 915 milhões (inclusive participação dos beneficiários).
- **Habitações "Médias" Urbanas** — Construção de 29 000 unidades, para famílias de classe média (renda mínima de 5,2 salários-mínimos). Cr\$ 570 milhões (inclusive contrapartida de beneficiários).
- **Habitações do Sistema de Poupança e Empréstimo** — Construção de 280 000 unidades com financiamento pelo sistema, que se nutre de poupanças populares (letras imobiliárias, cadernetas de poupança).
- **Habitações Rurais** — Construção no quadriênio de 22 000 unidades. Cr\$ 145 milhões.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

● **Medicamentos para Beneficiários** — Gradativa ampliação da indústria farmacêutica do INPS, para dar solução satisfatória ao problema de assistência farmacêutica aos beneficiários, dado o comprovado não avimento, em grande proporção, de receitas originárias das consultas ambulatoriais, por incapacidade financeira dos usuários.

● **Extensão da Previdência Social aos Trabalhadores Rurais** — Progressiva extensão dos benefícios da previdência aos trabalhadores rurais, assalariados ou não, mediante efetiva implantação do Plano Básico da Previdência Social instituído em 1.º de maio de 1968.

● **Alfabetização por Meio dos Sindicatos** — Estímulo e assistência direta aos Sindicatos, para implantação de grande programa de alfabetização dos associados, em ação conjugada com o programa de erradicação do analfabetismo, desenvolvido pelo Ministério da Educação.

● **Treinamento de Mão-de-Obra Profissional** — O Programa subdividir-se-á nos seguintes projetos principais:

— Trabalhadores adultos sem formação profissional — Mediante convênios com entidades e empresas, como SENAI, SENAC, Secretarias de Trabalho estaduais, etc.

— Atividade pesqueira — Especialização de pessoal no setor, em colaboração com a SUDEPE e a FEMAR.

— Construção Civil — Capacitação de pessoal vinculado ao setor, com base em experiências já realizadas (Estado da Guanabara) nos próprios canteiros de obras.

Outros Projetos Prioritários

● **Interiorização de Técnicos.**

● **Bônsas de estudo em nível médio** (ampliação do PEBE).

● **Cooperativas de Trabalhadores** (por intermédio dos Sindicatos).

● **Educação cívico-trabalhista.**

VI.4 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

GERAL

- **Programa de Integração Nacional** (já descrito).
- **Projeto Rondon** — Sob a coordenação do Ministério do Interior, já se completaram cinco projetos, com um total de mais de 14 000 participantes. A programação para o futuro prevê a cobertura de todo o território nacional e a atuação continuada do projeto, através de "campus" avançados, que contarão com equipes de professores e alunos renovadas mensalmente.

Além dos já existentes em Boa Vista (RO), Tefé (AM) e Parintins (AM), encontram-se em fase de implantação os de Aragarças (GO) e Barra do Garça (MT) e, em fase de estudo, mais 22, em localidades dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e dos Territórios de Rondônia e Amapá.

- **Programa Noroeste de Minas Gerais** — O Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais visa à colonização e desenvolvimento de extensa área do território mineiro, parcialmente povoado e econômica e subutilizado, compreendido pelas regiões fisiográficas do Paracatu e Alto-Médio São Francisco. Pela sua execução é responsável a Fundação Ruralminas.

Os dispêndios do Plano Noroeste visam, basicamente, a dotar a região de uma infra-estrutura de estradas e eletrificação rural, armazens e silos, assim como promover a reforma agrária da região. Dadas as relações dos fatores terra e mão-de-obra, gastos consideráveis (da ordem de Cr\$ 50 milhões) serão necessários para a mecanização das lavouras, bem como para a promoção da industrialização de parte dos produtos primários da região.

O projeto global é da ordem de Cr\$ 250 milhões, com recursos externos (BID) de Cr\$ 125 milhões.

NORDESTE

- Plano de Irrigação do Nordeste
- Centrais de Abastecimento de Recife, Salvador, Fortaleza, Aracaju e Maceió
- Terminal Açúcareiro do Recife
- Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte
- Usinas de Moxotó e Paulo Afonso IV
- Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE)
- Consolidação da Rêde Rodoviária Básica do Nordeste
- Tronco Nordeste de Microondas
- Racionalização da Agroindústria Canavieira
- Sistemas de Abastecimento d'Água e de Esgotos das Principais Cidades do Nordeste
- Usina Siderúrgica da Bahia — (USIBA)
- Aproveitamento do Potássio
- Implantação de Central Petroquímica no Nordeste

AMAZÔNIA

- Programa de Integração Nacional — Colonização
- Implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia
- Suprimento de Energia Elétrica aos Núcleos de Desenvolvimento da Região
- Central de Abastecimento de Belém

- Projeto de Heveacultura da Amazônia (PROHEVEA)
- Adequação e melhoria dos portos da Região
- Construção da Rêde de Aeroportos de COMARA
- Aproveitamento de Bauxita — Região do Baixo Rio Trombetas-Pará.
- Hidrologia da Bacia Amazônica
- Programa de Estudos Energéticos da Amazônia e Nordeste

VI.5 — JUSTIÇA. RELAÇÕES EXTERIORES

JUSTIÇA

- **Ampliação da Justiça do Trabalho** — Criação de novas juntas de Conciliação e Julgamento, principalmente nos centros industriais de maior porte, para descongestionamento da Justiça do Trabalho.
- **Consolidação da Justiça Federal de Primeira Instância** — Reformulação das diretrizes básicas da Justiça Federal de Primeira Instância, não só para melhor rendimento dos trabalhos, como por imperiosa necessidade de adaptação ao novo texto constitucional. Será proposta a Lei Orgânica dessa Justiça, que disporá sobre a divisão judiciária do País, os juízes federais, o Conselho de Justiça Federal, o Juri Federal, etc.

RELAÇÕES EXTERIORES

- **Melhor Utilização das Potencialidades Econômicas do Brasil no Mercado Mundial** — Levantamento crítico das relações econômicas, comerciais e financeiras do Brasil com todos os países do mundo, para avaliação da eficiência dos serviços responsáveis e possibilidades de sua dinamização.

- Sistema de Processamento de Dados como Instrumento de Expansão das Exportações Brasileiras — Criação de Centro de Processamento de Dados, em articulação com as missões diplomáticas no exterior (por meio de telex), para recebimento e transmissão de informações, montagem de cadastro de importadores de produtos brasileiros, etc.
- Modernização da estrutura e métodos de trabalho do Itamarati.
- Coleta e disseminação de informações técnico-científicas.
- Criação da Fundação Alexandre de Gusmão.
- Aperfeiçoamento de pessoal diplomático em nível médio e superior.

VII.1 — AÇÃO DE GOVERNO: REALIZAÇÕES PRINCIPAIS

MARINHA

O Ministério da Marinha levará a efeito, no período 1970/1973, a execução do seu Plano Diretor, que constitui um sistema permanente de planejamento, coordenação e controle das ações operativas e administrativas, orientadas para o cumprimento, econômico e eficiente, de sua destinação constitucional, de sua missão e de suas tarefas específicas, em harmonia com o Programa de Governo.

São as seguintes as principais realizações a serem empreendidas:

I — Programa de Construção Naval, que determina quais os navios a serem obtidos e, simultaneamente, a baixa das unidades obsoletas.

A renovação do material flutuante da Marinha justifica-se pela necessidade inadiável de impedir que ela atinja um grau de inaceitável eficiência operativa, provocada pela obsolescência do seu aparelhamento. Há, porém, outras vantagens na execução do programa aprovado, de consequências sócio-econômicas ponderáveis, ou seja, o desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico.

II — Programa de Construção e Ampliação de Bases Navais.

III — Programa de Segurança à Navegação Marítima, Fluvial e Lacustre.

IV — Programa de Transporte e Abastecimento, inclusive para preparação de pessoal destinado à marinha mercante.

V — Programa de Ciência e Tecnologia, com implementação de projetos pela Marinha de Guerra, pela indústria nacional ou por ambas em colaboração (sistema Ômega de navegação e telemetria, sintetizador de marés, sonar de pesca, etc.).

EXÉRCITO

I — Prosseguimento da Reorganização do Exército, de forma a obter: racionalização da sua estrutura administrativa e operacional; efetivação da estratégia de presença em todo o território nacional, pela permanência física ou pela mobilidade, conforme indicar a necessidade das áreas consideradas; adequação das Fôrças Terrestres às exigências prioritárias da segurança.

Essa reorganização será efetivada de acordo com as seguintes diretrizes básicas: harmonização da reorganização do Exército com a Reforma Administrativa em curso; prosseguimento da rearticulação das Unidades, visando a proporcionar segurança e a servir, quando possível, ao desenvolvimento e integração nacionais; eliminação ou redução das organizações que venham a ser julgadas desnecessárias, ou cujos serviços possam ser mais econômica e eficientemente realizados por entidades civis, governamentais ou privadas.

II — Aceleração do reaparelhamento do Exército, para, mediante o reequipamento das Organizações Militares, possibilitar-lhe melhores condições para o cumprimento de sua destinação constitucional.

No reaparelhamento do Exército ter-se-ão em vista, primordialmente, os seguintes objetivos:

— Busca de motivação, também, através da realização freqüente de exercícios com acentuado cunho de realidade.

— Progressiva nacionalização dos equipamentos, em condições de eficiência, como fundamento da própria segurança e estímulo à indústria do País.

— Consideração, no programa de reaparelhamento, do material existente, inclusive encarando-se a possibilidade de recuperação de equipamentos, sempre que conveniente, sob o duplo prisma de emprêgo e de economia.

— Atividades de pesquisa tecnológica visando a modernizar e reequipar o Exército com base principalmente na indústria nacional.

III — Prosseguimento do programa de instrução do pessoal e adestramento das unidades, com a finalidade de:

— Coordenar e integrar, nos diferentes níveis, as atividades de seleção, formação e aperfeiçoamento dos quadros permanentes, a fim de manter um núcleo capaz de enquadrar e empregar a Fôrça existente e servir de base à sua evolução.

— Criar melhores condições para o exercício da profissão militar e para motivar o adestramento das Unidades, pela ação efetiva no setor de ensino e ins-

trução, conjugada com o programa de reaparelhamento material, de forma a aumentar a operacionalidade da Fôrça Terrestre.

IV — Execução de atividades ligadas ao desenvolvimento nacional, de modo a para êle contribuir:

— primacialmente, proporcionando, com as demais Fôrças Armadas, a segurança indispensável ao próprio desenvolvimento;

— complementarmente, participando das atividades de Educação, Pesquisa e Desenvolvimento, Ação Cívico-Social, Levantamento e Mapeamento do Território, Transportes, Colonização.

AERONÁUTICA

A atuação do Ministério da Aeronáutica na área do transporte aéreo já foi focalizada.

Além dela, as suas principais atividades programadas, a serem realizadas de forma integrada, cobrirão os seguintes campos:

I — Manutenção e fortalecimento da unidade do Poder Aéreo Nacional, constituído pela Fôrça Aérea Brasileira, pela Aviação Civil, pela Indústria Aeronáutica e pela Tecnologia que lhe é indispensável.

II — Adequação da Fôrça Aérea às necessidades prioritárias da Segurança Nacional, garantindo-se, pelo princípio da mobilidade, a presença da FAB em todo o território do País.

III — Modernização e reequipamento da Fôrça Aérea Brasileira, mediante o provimento de recursos humanos e materiais, tanto para atender à sua destinação constitucional, como para cumprir o seu papel de importante instrumento de interiorização das fronteiras econômicas do País e de integração nacional.

IV — Dinamização do Plano de Modernização da Infra-estrutura de Apoio e das Instalações das Unidades da FAB, paralelamente à do Plano de Adestramento, com ênfase nas manobras conjuntas e combinadas com as demais Fôrças Armadas.

V — Estudo da localização de Unidades da FAB nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, visando à integração nacional e ao desenvolvimento sócio-econômico.

VI — Manutenção e ampliação do já elevado grau de participação da Fôrça Aérea Brasileira na integração nacional e no desenvolvimento sócio-econômico do País, particularmente por meio de:

— Ampliação, aprimoramento e manutenção da infra-estrutura aeroportuária, de proteção ao vôo e do Serviço de Busca e Salvamento;

- Desenvolvimento das atividades do Correio Aéreo Nacional, prestando-se assistência às populações das áreas geo-econômicas menos favorecidas e às guarnições de fronteiras, bem como apoando-se as iniciativas dos organismos regionais e missões religiosas, na colonização das referidas regiões;
- Participação no Programa Espacial, com a realização de projetos em meteorologia, climatologia, geofísica, desenvolvimento de lançamento de foguetes de sondagem para fins meteorológicos e outras atividades do campo da aplicação pacífica das conquistas das atividades espaciais;
- Participação no Programa da Indústria Aeronáutica, com a implantação do projeto da EMBRAER, para a produção de 80 unidades/ano do avião-bimotor turbo-hélice "Bandeirante", bem como de 100 unidades/ano do avião de treinamento para formação avançada de pilotos de reação;
- Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, com um programa de pesquisas e desenvolvimento, que compreende a instalação de laboratórios especializados no C.T.A. e os projetos de Tecnologia dos Metais Estratégicos, do Desenvolvimento de Aeronaves, de Sistemas Bélicos Táticos e de Armamento para Aeronaves da FAB e outras Pesquisas e Desenvolvimentos Tecnológicos Fundamentais;
- Apoio às pesquisas técnico-científicas no setor, estimulando-se a iniciativa privada, com vistas à progressiva nacionalização do material, equipamento e armamento da Fôrça Aérea Brasileira;
- Participação na formação de especialistas, objetivando-se a constituição de equipes de alto nível, capacitadas a promover, em bases nacionais, o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Apoio às campanhas de civismo que se venham a desenvolver em universidades e escolas médias.

VII.2 — PROJETOS PRIORITÁRIOS

GERAL

- **Hospital das Fôrças Armadas** — Término da construção, com capacidade para 500 leitos. Atenderá prioritariamente aos militares das três armas, das regiões Norte e Centro-Oeste.

MARINHA

- **Construção Naval** — Início ou prosseguimento da construção de Fragatas; Submarinos; Navios Varredores, de Patrulha Costeira, de Patrulha Fluvial, Faroleiros, Balizadores, Hidrográficos, de Assalto, Hospital, Transporte, Escola e Avisos Hidrográficos.

- **Construção de Bases Navais** — Reaparelhamento e desenvolvimento das Bases Navais de Aratu (Salvador-Ba) e Val de Cãs (Belém-Pa).

- **Manutenção da Navegação** — Apoio e controle do tráfego marítimo, fluvial e lacustre, inclusive formação de oficiais e subalternos para a Marinha Mercante.

- **Rêde de Sinalização Náutica** — Levantamentos Hidrográficos da costa, rios e lagos navegáveis.

- **Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas** — Estudos e pesquisas oceanográficas. Desenvolvimento da indústria nacional de computador digital de controle de processo para fins táticos.

- **Ampliação e Reparo da Rêde de Tráfego Marítimo.**

EXÉRCITO

- **Programa de Reaparelhamento do Exército** — Prosseguimento da reorganização e adequação do Exército à realidade brasileira, com reaparelhamento e rearticulação progressivas, de acordo com imposições ditadas pela necessidade de emprégo.

AERONÁUTICA

- **Consolidação da Indústria Aeronáutica** — Fabricação de aeronaves e suprimento de material à FAB.
- **Reforma Administrativa do Ministério da Aeronáutica** — Prosseguimento da reforma, com implantação, além da Direção Geral e Direção Setorial e de Assessoramento, dos demais órgãos da nova estrutura.
- **Reequipamento da FAB** — Compra de aeronaves e equipamentos, para elevação dos índices de operacionalidade.
- **Aquisição de Suprimentos de Aeronaves.**
- **Localização de Unidades nas Regiões Amazônica e Centro-Oeste.**
- **Construção da Academia da Fôrça Aérea.**
- **Estudos e Pesquisas Básicas no Campo Espacial.**

Brasil. Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral (MPCG)

Metas e bases para a ação do governo : síntese

BD MPCG 338.26 B823m Síntese

Tit.: 1957 Ex.: 001555

Composto e impresso no Serviço Gráfico da Fundação IBGE

